



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
CAMPUS UNIVERSITARIO DE ABAETETUBA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO CIDADES, TERRITÓRIOS E IDENTIDADES –  
PPGCITI

MAX JOSÉ COSTA E COSTA

**“A dedicação está no açaí”**: A monocultura e seus efeitos na segurança alimentar em  
comunidades das ilhas de Abaetetuba-PA

Abaetetuba-PA  
2022

Max José Costa e Costa

**“A dedicação está no açaí”**: A monocultura e seus efeitos na segurança alimentar em comunidades das ilhas de Abaetetuba-PA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Cidades, Territórios e Identidade – PPGCITI, da Universidade Federal do Pará – UFPA, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de mestre em estudos interdisciplinares.

Linha de pesquisa: Políticas Públicas, Movimentos Sociais e Territórios.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dra. Eliana Teles.

ABAETETUBA-PA

2022

MAX JOSÉ COSTA E COSTA

**“A dedicação está no açaí”:** A monocultura e seus efeitos na segurança alimentar em comunidades das ilhas de Abaetetuba-PA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Cidades, Territórios e Identidade – PPGCITI, da Universidade Federal do Pará – UFPA, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de mestre em estudos interdisciplinares.

Linha de pesquisa: Políticas Públicas, Movimentos Sociais e Territórios.

DATA DE AVALIAÇÃO 19/10/2022

BANCA EXAMINADORA

---

Prof<sup>o</sup>. Dra. Eliana Teles Rodrigues  
Orientadora

---

Prof<sup>o</sup>. Dr. Lívio Sergio Dias Claudino – Examinador Interno

---

Prof<sup>o</sup>. Dr. Flávio Bezerra Barros (PPGAA/ PPGA/ UFPA)

ABAETETUBA  
2022

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD  
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará**

Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

---

C837d Costa, Max José Costa E.  
"A dedicação está no açaí" : A monocultura e seus efeitos na  
segurança alimentar em comunidades das Ilhas de Abaetetuba-PA. /Max  
José Costa E Costa. — 2022.  
94 f. : il. color.

Orientador(a): Profª. Dra. Eliana Teles Rodrigues Dissertação  
(Mestrado) - Universidade Federal do Pará, , ,  
Abaetetuba, 2022.

1. Alimentação . 2. Várzea . 3. Commodities. 4.  
Monocultura. I. Título.

## **Agradecimentos**

A gratidão pelo autor da vida, o Deus todo poderoso, criador do céu e da terra, que através da fé me fortalece a seguir em frente.

Aos meus pais por todo incentivo, tanto financeiro quanto emocional, por compreenderem a minha ausência, por acreditarem na educação e me apoiarem em todos os meus processos de formação.

Como maioria dos sujeitos oriundos das Ilhas que visam estudar na cidade se hospedam na casa de parentes ou de amigos. Eu quero agradecer aos Sr. Ademar Amaral e Sra. Benedita Lima, por cada prato de comida, remédio nas doenças e carinho ao longo desses anos, os considero como pais.

Aos meus irmãos e suas famílias pela torcida, apoio e colaboração em casa, principalmente nas minhas ausências diárias.

A minha namorada e amiga pelo incentivo, escuta e paciência e por esperar sonhos e está sempre na torcida nos passos dessa construção.

Agradeço imensamente a minha orientadora Dra. Eliana Teles, por tantos aprendizados, por me apontar caminhos, por compartilhar as tristezas e alegrias, e principalmente pela amizade.

Aos agentes sociais envolvidos na pesquisa. Por me acolherem, partilhar suas vivências, lutas e dificuldades cotidianas, esses são os verdadeiros autores desde estudo.

A amada PJ das Ilhas de Abaetetuba, uma organização que ajudou a estar mais próximo das comunidades, sem está pastoral tudo seria mais difícil.

A Associação de Moradores das Ilhas de Abaetetuba-AMIA, pelas lutas e aprendizados.

A tantos amigos e amigas pelo apoio, de forma especial, o Padre Adamor Lima que ajudou bastante a compreender o sentido de lutar por todo tipo de vida, por me “empurrar” pra frente.

E a todos que contribuíram direta ou indiretamente, toda gratidão!

## O céu

“Há muito tempo se interessava pelo universo,  
Passava horas observando todas as suas minúcias,  
Com tantos detalhes, nada podia escapar,  
Chegava a perder algumas festas e encontros com os amigos,  
Mas afinal havia um universo todo a ser explorado,  
Ele achava o universo um ambiente mágico, a começar por todo  
aquele brilho,  
E conseguia sem muito esforço ver luz sempre que olhava,  
Além de brilho tinha cor,  
Ah, universo misterioso esse,  
Tendo como recheio beleza inimagináveis,  
Parece realmente um infinito de possibilidades.  
Ali se encontram, lua, galáxia e as constelações,  
Esses dias fez uma descoberta revolucionária,  
Não precisaria mais de lunetas e afins,  
Ele poderia continuar sua pesquisa de um jeito muito mais  
interessante.  
Ele descobriu um outro universo.  
Esse sim, infinito e de beleza tamanha que nenhuma galáxia continha,  
E para isso bastava mergulhar,  
Profundamente no universo dentro de si” (Vitor Hugo)

## RESUMO

O presente trabalho estuda efeitos do aumento de cultivo de açazais em áreas de domínio de várzea no estuário paraense. Especificamente se detém na parte insular do município de Abaetetuba, nordeste paraense, onde a palmeira (*Euterpe oleracea* Mart.) domina a paisagem, em substituição a diversidade vegetacional da várzea. Parte-se das seguintes questões: que efeitos a monocultura do açaí tem provocado nos territórios dos povos tradicionais da área insular do referido município? Estariam esses efeitos provocando insegurança alimentar, uma vez que já se percebe forte dependência do consumo de produtos comercializados na cidade, os quais antes eram encontrados localmente? As novas práticas de cultivo teriam alterado as relações ecológicas no ecossistema da várzea? Para responder essas questões buscou-se como objetivo central, analisar os efeitos da monocultura do açaí nos territórios tradicionalmente ocupados na área insular do município de Abaetetuba. Tomou-se como objetivos específicos: relacionar o uso ampliado de áreas cultivadas com açazeiros e a segurança alimentar dos agentes sociais da pesquisa; identificar alterações físicas na área em estudo ligadas às práticas monocultoras de açaí, e por fim, verificar quais agentes da cadeia produtiva são mais afetados no processo de comercialização desse fruto. A pesquisa é de natureza qualitativa com aporte etnográfico, a fim de fazer uma “nova descrição” (ALMEIDA, 2018) com base no diálogo com agentes sociais diretamente envolvidos nesse sistema, por meio de oficinas de autcartografia desses territórios. O trabalho aponta como um dos resultados, a mudança no modo de vida, a qual se junta àquela expressa na forma de grandes empreendimentos intensivos de capital, que tem transformado a várzea em um território em disputa (ACSELRAD, 2013), cujo efeito maior é a desterritorialização (HAESBAERT, 2004) de povos tradicionais da várzea.

**Palavras chaves:** Alimentação; Várzea; *commodities*; monocultura

## ABSTRACT

The present work studies the effects of the increase of açai plantations in areas of floodplain domain in the Pará estuary. Specifically, it focuses on the insular part of the municipality of Abaetetuba, northeast of Pará, where the palm tree (*Euterpe oleracea* Mart.) dominates the landscape, replacing the original lowland vegetation. It starts with the following questions: what effects has the açai monoculture had on the territories of the traditional peoples of the insular area of that municipality? Could these effects be causing food insecurity, since there is already a strong dependence on the consumption of products sold in the city, which were previously found locally? Would the new farming practices have altered the ecological relationships in the floodplain ecosystem? To answer these questions, the main objective was to analyze the effects of the açai monoculture in the territories traditionally occupied in the insular area of the municipality of Abaetetuba. The specific objectives were: to relate the expanded use of cultivated areas with açai trees and the food security of the social agents of the research; to identify physical changes in the study area linked to açai monoculture practices, and finally, to verify which agents in the production chain are most affected in the commercialization process of this fruit. The research is qualitative in nature with an ethnographic contribution, in order to make a “new description” (ALMEIDA, 2018) based on dialogue with social agents directly involved in this system, through auto-cartography workshops of these territories. The work points out as one of the results, the change in the way of life, which joins that expressed in the form of large capital-intensive enterprises, which has transformed the floodplain into a disputed territory (ACSELRAD, 2013), whose greatest effect is the deterritorialization (HAESBAERT, 2004) of traditional peoples of the floodplain.

Keywords: Food; Várzea; commodities; monoculture

### **Lista de siglas**

|          |  |
|----------|--|
| ANRGP    | Agência Nacional de Recursos Genéticos das Plantas                     |
| CEBS     | Comunidades Eclesiais de Base  |
| EMATER   | Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural                        |
| EMBRAPA  | Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária                            |
| IBGE     | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística                        |
| LABCARTS | Laboratório de Cartografia Social do Baixo Tocantins                   |
| OIT      | Organização Internacional do Trabalho                                  |
| ONU      | Organização das Nações Unidas  |
| PAE      | Projeto de Assentamento Agroextrativista                               |
| PAM      | Produção Agrícola Municipal  |
| PCT      | Parque de Ciência e Tecnologia   |
| PJ       | Pastoral da Juventude  |
| PRONAF   | Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar            |
| SAN      | Segurança Alimentar e Nutricional                                      |
| SEDEME   | Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Mineração e Energia |
| TUP      | Terminal de Uso Privado  |

## LISTA DE FIGURAS

|   |    |
|---|----|
| Figura 1: Localização da área da pesquisa. ....   | 19 |
| Figura 2: Oficina de autcartografia social com família ribeirinha.....                                | 22 |
| Figura 3: Embarcação utilizada pela empresa de Bolthouse para a coleta do açaí. ....                  | 40 |
| Figura 4: Debulhador de açaí utiliza a lona para colocar os caroços de açaí na rasa. ....             | 40 |
| Figura 5: Vista da paisagem do Furo Pai Pedro na percepção dos entrevistados e entrevistadas<br>..... | 45 |
| Figura 6: Embarcação motorizada no Furo Pai Pedro.....  | 47 |
| Figura 7: efeitos da monocultura na paisagem das comunidades.....                                     | 54 |
| Figura 8: Peconheiro escala no açazeiro .....   | 62 |
| Figura 9: Atividade do debulhador do açaí .....   | 64 |
| Figura 10: Mapeamento das parcelas dos produtores de açaí nas ilhas de Abaetetuba.....                | 66 |
| Figura 11: Ponta da plantação do senhor Miguel Lobato, Rio Caripetuba.....                            | 72 |

## LISTA DE TABELAS

|   |    |
|---|----|
| Tabela 1: Escala brasileira de Insegurança Alimentar, adaptada da<br>PNAD.....                      | 79 |
| Tabela 2: Alimentação de famílias que foi aplicado o questionário alimentar do dia<br>anterior..... | 82 |

## LISTA DE GRÁFICO

|   |    |
|---|----|
| Gráfico 1: Rendimento semanal na safra do açaí do produtor Vitor.....         | 60 |
| Gráfico 2: Ponta de açazal da beira da casa.....                              | 67 |
| Gráfico 3: Ponta de açazal do seu Moisés.....                                 | 67 |
| Gráfico 4: Ponta de açazal do meio.....                                       | 68 |
| Gráfico 5: Vegetação da ponta do Turiá.....                                   | 68 |
| Gráfico 6: Vegetação da ponta do Furo.....                                    | 69 |
| Gráfico 7: Espécies vegetais totais do terreno do produtor Miguel Lobato..... | 70 |

## SUMÁRIO

|  |    |
|--|----|
| 1-INTRODUÇÃO .....   | 12 |
| 2. METODOLOGIA.....  | 18 |
| 2.1 A autcartografia do território pelos agentes sociais.....                  | 21 |
| CAPÍTULO I- MONOCULTURA E ALIMENTAÇÃO: CONCEITOS A PARTIR DO TERRITÓRIO .....  | 26 |
| CAPÍTULO II - O MONOCULTIVO DO AÇAÍ NA VÁRZEA .....                            | 33 |
| 4.1. A monocultura modifica a paisagem .....                                   | 35 |
| 4.2 Os efeitos da monocultura nos rios, furos e igarapés .....                 | 42 |
| 4.3. A comercialização do açaí .....   | 56 |
| 4.4. O produtor .....  | 58 |
| 4.5. O peconheiro e o debulhador.....  | 61 |
| CAPÍTULO III - O EFEITO DA MONOCULTURA DO AÇAÍ NA ALIMENTAÇÃO RIBEIRINHA ..... | 64 |
| 5.1. A funcionalidade dos territórios afetada pelo “progresso” .....           | 73 |
| 5.2 Monocultura x Soberania alimentar .....                                    | 78 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS .....   | 85 |
| 7. REFERÊNCIAS .....   | 87 |
| 8. ANEXO .....   | 93 |

## 1-INTRODUÇÃO

Envolvido desde a infância nas Comunidades Eclesiais de Base (Cebs), aprendi desde muito cedo pela vida do próximo e da natureza, que tudo está interligado. Na fase da adolescência, já tinha um anseio intenso por querer agregar dentro dos movimentos sociais. Contribuíu nessa trajetória a formação integral da Pastoral da Juventude onde compreendi os conceitos de militância.

Em meio as formações pastorais, a trajetória acadêmica se juntou a este processo. O curso de Licenciatura em Educação do campo acrescentou nas reflexões das problemáticas que se passavam no território. Foi através do curso que me aproximei da Associação de Moradores das Ilhas de Abaetetuba (AMIA), onde mergulhei de forma mais profunda nos movimentos sociais. Isso despertou o interesse de estudar os efeitos socioambientais nas Ilhas de Abaetetuba.

Soma-se a estas aprendizagens o curso de pós-graduação em Extensão, Inovação Socioambiental de Sistemas Agroalimentares (AGIS), que me levou a investigar os efeitos da palmeira do açaí na ilha Maúba (região fronteira entre Abaetetuba e Igarapé Miri) e seu reflexo nos territórios de várzea em Abaetetuba. Esses territórios encontram-se na área insular que cobre extensa faixa da margem esquerda do rio Tocantins, em sua foz no município de Abaetetuba.

No Programa de Pós-Graduação Cidades, Territórios e Identidades (PPGCITI), o estudo partiu do interesse em aprofundar o tema, a partir de um território que é vivido por quem escreve este trabalho e têm experiências compartilhadas no movimento social, na igreja católica e que observa e escuta o cotidiano de quem pertence as ilhas de Abaetetuba principalmente por se tratar dos territórios de várzea. O tema surge aos relevantes debates que se direciona aos efeitos socioambientais que vem se formando a partir de grandes empreendimentos pensados para a região do baixo Tocantins do estado do Pará. Na perspectiva de contribuir nessas discussões e compreender esses processos de transformação que se solidificam na região Amazônica, por meio da comoditização.

Nessa região, há centenas de anos, a população autóctone, desenvolve um modo de vida com base nos recursos que a várzea oferece, destaca-se, a caça, a pesca e o extrativismo especialmente o açaí (*Euterpe oleracea* Mart). No município de Abaetetuba, a maior parte de sua extensão territorial está sob o domínio da várzea em área insular. Trata-se de um território ocupado por povos tradicionais que tem como prática o manejo desse ecossistema.

O açaí é um fruto típico da área de várzea que é ambiente propício para a plantação devido à fertilidade do solo inundado no período de cheia da maré. Além disso, é possível

perceber que os produtos originados das ilhas, isto é, peixe, camarão, frutas, plantações entre outros produtos, são a base econômica dessa população, com os quais abastecem o mercado da cidade de Abaetetuba. O açaí é um fruto que beneficia a população local tanto no consumo, quanto na geração de renda para a subsistência das famílias. Como produto, segundo a Produção Agrícola Municipal (PAM) realizado pelo IBGE, Abaetetuba alcançou 109 mil toneladas em 2020, o que contabiliza 7,78% de toda a produção daquele ano, onde Abaetetuba alcançou a terceira melhor colocação do estado.

Em sua dissertação de mestrado, Azevedo (2019) apresenta dados da produção da safra no ano de 2017 na ilha do Capim, uma dentre as diversas ilhas existentes na área insular do município. Segundo este autor, o fruto contabilizou 6.378 rasas de açaí anual e no período da safra daquele ano, contabilizaram 38.561 rasas de açaí (AZEVEDO, 2019). Esses dados reforçam o aumento da produção em grande escala na região.

A valorização do açaí ainda deixa muitas interrogações principalmente por considerar o valor econômico atribuído aos agentes sociais que se encontram no início da cadeia de comercialização. Contudo o açaí é a principal fonte de renda de muitas famílias e estas por sua vez ficam à mercê de atravessadores e empresas que impõe seu preço ao produto, causando dificuldades financeiras no período da entressafra, quando escasseia o fruto.

Pinto e Souza (2019) em um estudo de caso na ilha Maúba explicam como ocorre o sistema de comercialização no qual donos de açaizal, por uma relação de confiança, recebem um determinado valor, como se fosse financiamento, pago no período da safra do açaí, com a venda da produção exclusivamente para o atravessador. O trabalho dos autores supracitados também foca no papel do aviamento atualmente ajuda a refletir que o produtor, ou seja, o cultivador ribeirinho, não é o único injustiçado nessa cadeia. Outros agentes dessa cadeia como peconheiro, debulhador e carregador são categorias muitas vezes esquecidas e mal remuneradas diante da atividade que praticam, pois graças a esses agentes, o produto chega ao comércio.

Concomitante a produção em larga escala, se visualiza ao longo das diversas ilhas, o assoreamento dos rios, a erosão do solo, a seca de rios, furos e igarapés. Por exemplo, Gonsalves e Brasil (2016) explicam que a derrubada das árvores nativas, principalmente para colocar o açazeiro (*Euterpe oleracea* Mart.) faz com que ocorra a fragilidades dos solos presentes nas margens dos rios. Segundo Nascimento (2008), o açazeiro como árvore de raiz fasciculada é mais propício para a erosão do solo, se predominante no meio ambiente.

Os efeitos apontados na literatura se confirmam com relatos de moradores que expressam a preocupação em vista dos rios assoreando, que eles próprios associam, entre outros fatores, a retirada das espécies nativas para a plantação do açaí. Isso ajuda na hipótese, qual

seja, o predomínio de tais espécies nessa área de várzea onde provoca-se a erosão do solo, afeta os recursos e conseqüentemente pode levar a problemas socioambientais. Um dos aspectos afetados diz respeito a alimentação. De acordo com os estudos de Silva et al (2020), o consumo de alimentos na várzea na Amazônia tem forte ligação com o ambiente físico, bem como os elementos culturais e históricos, relacionados a grande diversidade de frutas e peixes que tem nesse território. Assim, em sua dieta alimentar, os povos amazônicos contam com a pecuária (em pequena escala), a pesca e o extrativismo, embora os alimentos industrializados são acessados pela população.

Nessa dinâmica, a relação com a água é uma característica fundamental, no entanto naquilo no que se refere a região do Baixo Tocantins, as pesquisas de Faial e Alves (2012) demonstram a existência de metais pesados como alumínio (Al), chumbo (Pb) e cádmio (Cd) na água, o que afeta diretamente a alimentação de comunidades ribeirinhas, cujas famílias utilizam dessa água para fazer seus alimentos. Por sua vez, o assoreamento do rio leva a escassez do peixe, como aponta Ramalho et al (2014), que fazem um levantamento de fatores que levam a ausência de peixes nos rios e seus afluentes, como é o caso dos igarapés que estão com sua profundidade alterada, no qual o principal elemento são os troncos das árvores que são jogados nos rios. Os ribeirinhos relatam que quando é retirada a vegetação nativa, bem como se maneja o açaí, os troncos das árvores são jogados nos rios e igarapés o que dificulta as práticas pesqueiras, que de imediato as ferramentas de pesca ficam presas nesses troncos e em longo prazo o assoreamento.

Além desses efeitos, o predomínio da espécie *Euterpe oleracea*, dada suas características morfológicas, isto é, a estrutura da espécie em superpopulação num determinado lugar, afeta as matas ciliares, pois as raízes pivotantes<sup>1</sup> agem contra a erosão (TOLFO, 2011). A mata ciliar, se retirada, compromete o equilíbrio socioambiental (FERREIRA e MENEGUELLI, 2017). Os autores apontam que a falta de planejamento é a consequência da destruição dos recursos naturais, pois ao pensar somente o presente sem perspectiva futuras, tais práticas extrativistas contribuem para a destruição desse ambiente.

Segundo estudos de Costa e Martins (2019), o assoreamento contribui para a escassez do pescado do camarão e interfere na própria locomoção dos sujeitos. Por sua vez, a monocultura do açaí contribui para a escassez e tem influência direta na segurança alimentar desses povos e comunidades tradicionais, pois tem mudado o hábito nas refeições.

---

<sup>1</sup> A raiz pivotante é constituída por uma raiz principal de onde distribui-se as ramificações que são chamadas de raízes secundárias (AMABIS, MARTHO, 2004, p. 202).

Até décadas recentes as comunidades ribeirinhas exerciam a agricultura baseada na policultura, isto é, diversificada e tinha a pesca como complemento. Todavia na atualidade percebe-se as famílias a se deslocar para a sede municipal para comprar nos supermercados e feiras, produtos que contém os fertilizantes químicos, agrotóxicos e transgênicos, os quais afetam drasticamente a saúde dos seres vivos (MARTINS (2019).

Nas últimas décadas a região do Baixo Tocantins tem apresentado uma intensa dinâmica socioeconômica. E se em décadas anteriores a agricultura familiar foi muito diversificada (NAHUM e SANTOS, 2013) na região, atualmente percebe-se uma intensa produção voltada ao extrativismo do açaí (ALMEIDA, 2020).

De fato, fala-se em uma monocultura do açaí (ALMEIDA, 2020) de forma desenfreada, tem provocado o assoreamento dos rios, a retirada da mata ciliar para o manejo das palmeiras desse fruto. E com isso nota-se a erosão do solo nas margens de rios, furos e igarapés, conforme apresenta o mapa situacional de uma das ilhas no município de Abaetetuba (COSTA E MARTINS, 2019).

A intenção de pesquisar os efeitos da intensificação do cultivo de açaí surgiu a partir de observações *in loco*, quanto ao predomínio de palmeiras de açaí em detrimento da vegetação original de várzea. Tal situação se junta a outro, expressos na forma de grandes empreendimentos de capital (HAESBAERT, 2004; SAQUET, 2019), o qual tem transformado a várzea, nesse município, um território de disputas (BASTOS, 2019), disputa que se trava entre as comunidades ribeirinhas e o estado, tal qual provoca-se, danos materiais e imateriais.

Este trabalho problematiza situações socioambientais no território insular de Abaetetuba, mais especificamente, analisa efeitos das alterações que se observam na paisagem composta por diversas ilhas em área de várzea. Tal paisagem, antes caracterizada pela floresta de várzea, com diversas espécies, agora é dominada por grandes cultivos de açazais, na qual também se visualiza o assoreamento dos rios, furos e igarapés. Concomitante, nota-se também a dependência de seus moradores, a produtos provenientes da cidade, dentre esses destacam-se os alimentos.

As situações socioambientais configuram alterações diversas. Na parte que compreende a foz do rio Tocantins em sua confluência com o rio Pará se observam paisagens inteiras dominadas por grandes cultivos de açazais (*Euterpe oleracea* Mart.). Ao coincidir com essa fisiografia nota-se também assoreamento de rios, furos e igarapés nessas áreas de monocultivo, como se nota na área insular do município de Abaetetuba, estado do Pará.

É perceptível um numeroso fluxo de embarcações que rasgam os rios, furos e igarapés em direção a sede municipal. São embarcações de médio e grande porte que se deslocam de

diversas localidades nitidamente lotadas de basquetas ou rasas de açaí, para ser entregues aos caminhões que as aguardam na orla da cidade. No passado recente, havia poucas embarcações motorizadas e assim, as viagens até a cidade se davam através da canoa – o casco – movida a remo, e duravam horas para chegar, posto que dependiam da força de quem remava. Quanto mais distante o rio, comunidade, da cidade, maior o tempo de viagem e assim, muitas vezes, as famílias se juntavam para irem juntas a mesma.

Atualmente, os rios, os furos das ilhas de Abaetetuba são cortados em velocidade cada vez maior, por rabetas<sup>2</sup> e embarcações diversas, as quais transportam não só pessoas, mas principalmente rasas de açaí. Esse trânsito é muito mais intenso durante a safra do fruto que corresponde os meses de setembro a dezembro. Estudos apontam o potencial da comercialização do açaí produzido nessa região das ilhas de Abaetetuba e que isto tem contribuído para a construção de um mercado local, que oferece condições e recursos ao desenvolvimento social (AZEVEDO, 2019). Tal potencial deve muito a fertilidade dos solos de várzea, que favorecem as palmeiras de açaí e a potencialidade de produtos que geram renda para a subsistência de comunidades inteiras, onde ele é cultivado.

Certamente as ilhas de Abaetetuba por sua localização na foz do rio Tocantins favorecem esse tipo de cultivo. No entanto não são apenas ilhas, elas constituem um território habitado por diversas comunidades que se denominam ribeirinhas, extrativistas e quilombolas, cujas vidas estão marcadas de forma cultural, econômica e socialmente pelo cultivo de açaí. Famílias inteiras formadas por essas categorias se dedicam a maior parte do tempo agrícola ao cultivo de palmeiras de açaí nos seus terreiros<sup>3</sup> e demais áreas da unidade familiar. Como consequência dessa dinâmica, se reafirmam e se resinificam categorias de trabalho identificadas localmente como produtores, peconheiros, extrativistas, atravessadores que são dedicados a esse trabalho, onde altera-se suas práticas. Enquanto isso, outras categorias tradicionalmente conhecidas ficam em segundo plano como o pescador, que está pescando menos, para se tornar peconheiro, debulhador ou manejar o açaizal.

Ao mesmo tempo o uso da terra se modifica, pois até os terreiros que antes compunham a parcela dedicada ao consumo interno, agora, também passa a ser ocupado por açaizais. Entrevistados descrevem o terreiro como o chão, que por ser mais acessível por estar em torno da casa, é o lugar onde plantam-se remédios, frutos, mas na atualidade se volta para a plantação do açaizeiro.

---

<sup>2</sup> Rabeta é um tipo de embarcação de porte médio, utilizada pelos ribeirinhos e demais moradores para a locomoção na baía, nos rios, furos e mesmo nos igarapés.

<sup>3</sup> Conforme o Meu Dicionário de Cousas da Amazônia (MORAES, 2013, p. 160), o terreiro corresponde "o solo varrido, limpo, plantado na frente das moradias à beira de rios e lagos".

Vandana Shiva (2003), trata dessa relação entre monocultura e alimentos, ela diz que o ser humano é estimulado pela indústria e esse estilo de vida leva a uma forma de produzir intensamente baseada na monocultura, a mesma tem diversos aspectos e não age no ambiente em si mesmo. Conforme a referida autora, ela também age nas mentes e leva o ser humano a não perceber a riqueza que a diversidade ecológica contém.

A base alimentar de ribeirinhos de Abaetetuba até recentemente era baseada na pesca e naquilo que era produzido no terreiro e nas roças. Havia mais variedades de alimentos, pois a pesca, a caça, bem como o que era criado no terreiro, como a criação de porco, galinha e pato, constituíam a base alimentar de famílias inteiras. Os alimentos provenientes da área urbana eram dificilmente consumidos, como relataram entrevistados para esta pesquisa. Diz a entrevistada da Costa Maratauíra: “Era a coisa mais difícil a gente comer carne de boi, era uma ou duas vez no ano, mas a gente comia comida boa, feito na lenha, meus pais me criaram assim”. (Maria Costa, Costa Maratauíra, entrevista concedida em setembro de 2021).

Por outro lado, com a intensificação da plantação de palmeiras de açaí, o acesso a alimentos *in natura*, tem se tornado cada vez mais difícil, não que exista a falta de alimento, mas a falta de valor nutricional que com o avanço da biotecnologia altera a naturalidade dos mesmos (SOUZA, 2009).

Nesse sentido é possível dizer que tal situação implica na questão da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), definida por Pena (2007), como

garantia de condições de acesso aos alimentos básicos, seguros e de qualidade, em quantidade suficiente, de modo permanente e sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais”. Este enunciado alude práticas alimentares saudáveis e a existência digna em um contexto de desenvolvimento integral da pessoa humana. O conceito de SAN envolve, portanto, a qualidade dos alimentos, as condições ambientais para a produção, o desenvolvimento sustentável e a qualidade de vida da população (PENA, 2007, p.70).

Conforme Shiva (2003), a modificação de alimentos tem levado o consumo de alimentos com baixo valor nutricional. É o que vem transformando os alimentos e as sementes, daí a necessidade de preservar o que ainda resta e é a essência de povos e comunidades tradicionais, pois como Shiva afirma:

As patentes e os direitos de propriedade intelectual são os últimos obstáculos a serem superados para a distribuição em larga escala de sementes biotecnológicas por parte das grandes empresas e transnacionais. Um exemplo: uma das cláusulas da nova política de sementes na Índia exige que todas as companhias de importação de sementes coloquem uma pequena quantidade delas a disposição do banco de recursos de genes do governo, controlado pela Agência Nacional de Recursos Genéticos das Plantas (ANRGP) (SHIVA, 2003, p. 151).

Ainda conforme aponta a autora acima citada, as gigantes desse mercado não estão dispostas a aceitar dividir os ganhos, como na fala do diretor geral da Cargill South-east Asia Limited: "Nenhuma companhia vai se dispor a doar algo que levou anos para conseguir e gastou milhões de dólares para desenvolver. É uma questão de direito de propriedade intelectual" (*apud* SHIVA, 2003, p. 151).

Assim torna-se evidente que as multinacionais detentoras das patentes fazem altos investimentos na modificação de alimentos que visam a atender o lucro e não a diversidade e qualidade alimentar. Tal situação causa uma perda na diversificação de espécies em favor da monocultura, um elemento das *commodities*, as quais se apropriam do saber empírico dos povos e comunidades tradicionais e o transforma em um grande potencial de consumo na forma de patente, desconsiderando-se a relação dessas comunidades com a terra, o que interfere na perda da diversidade (TOLEDO, 2001).

Neste estudo, os relatos apontam mudanças na alimentação. A alimentação tradicional baseada na diversidade ou naquilo que se cultivava na terra, abre espaço para o consumo de produtos alimentícios adquiridos nos mercados da cidade. Assim, a presente pesquisa levanta as seguintes questões: quais efeitos o monocultivo do açaí tem provocado nos territórios dos povos tradicionais da área insular do município de Abaetetuba? Estariam esses efeitos provocando insegurança alimentar, uma vez que já se percebe forte dependência do consumo de produtos comercializados na cidade, os quais antes eram encontrados localmente? As novas práticas de cultivo teriam alterado as relações ecológicas tradicionais no ecossistema da várzea?

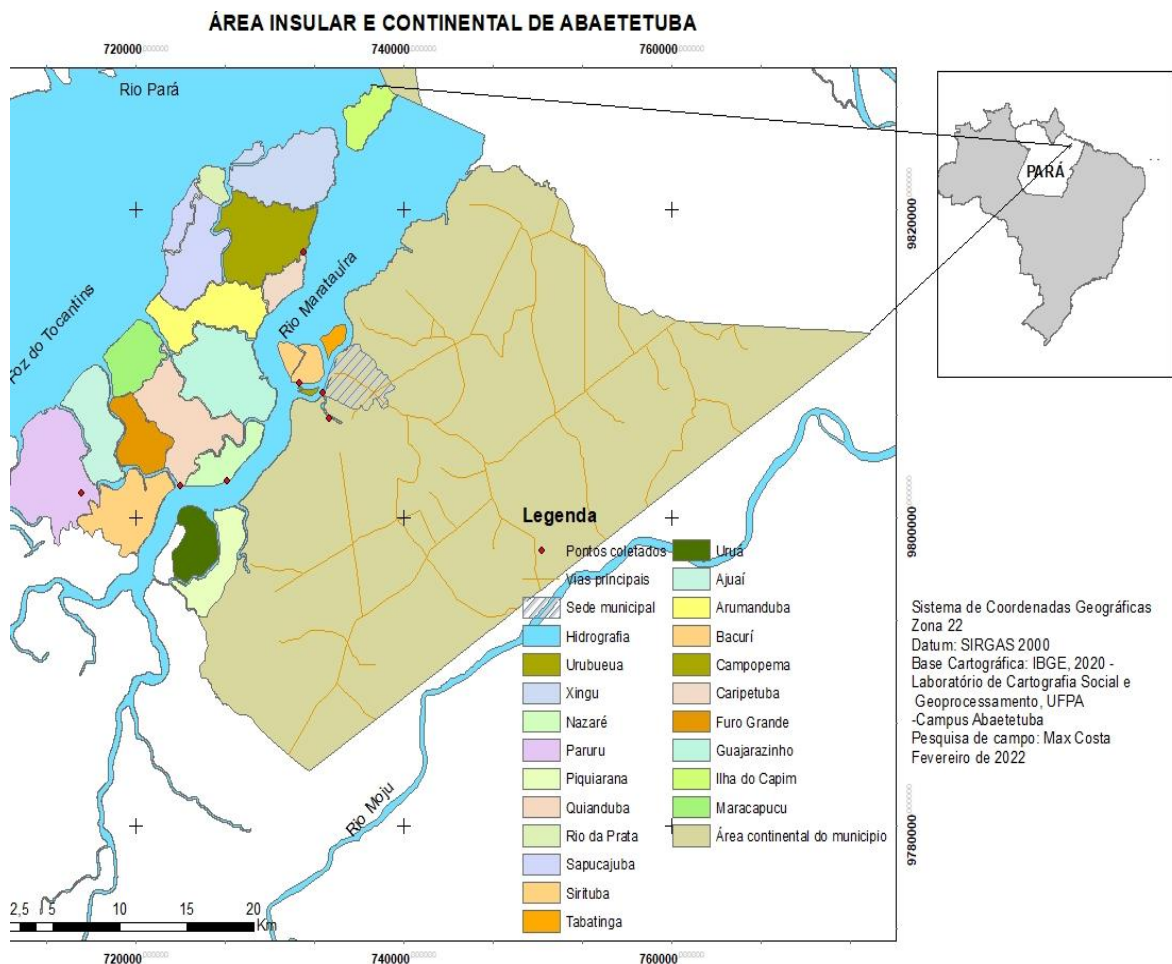
Para responder essas questões, se estabeleceu como objetivo central, analisar os efeitos da monocultura da palmeira do açaí nos territórios tradicionalmente ocupados na área insular do município de Abaetetuba. Para estruturar esse objetivo central buscou-se relacionar o uso ampliado de áreas cultivadas com açazeiros e a segurança alimentar dos agentes sociais da pesquisa; identificar alterações físicas na área em estudo ligadas às práticas monocultoras de açaí, bem como explicitar estratégias dos agentes sociais para minimizar os efeitos desse monocultivo nessa porção da várzea estuarina, e por fim, verificar quais agentes da cadeia produtiva são mais afetados no processo de comercialização do açaí.

## **2. METODOLOGIA**

A natureza desta pesquisa é qualitativa e teve início com um levantamento bibliográfico para definir conceitos e categorias que remetam à temática conforme aponta Severino (2007). Posteriormente foi definido a área da pesquisa empírica e está compreende a porção que vai da

margem direita do Rio Costa Maratauíra - o qual separa a região insular da parte continental no município de Abaetetuba, abrange-se comunidades ao longo dos furos e rios que margeiam outras ilhas inseridas na pesquisa. Conforme apresenta a figura abaixo:

Figura 1: Localização da área da pesquisa.



Fonte: LABCARTS, 2022.

Como base empírica a pesquisa de campo realizou-se por meio de entrevistas estruturadas com produtores de açai, peconheiros e debulhadores. Para uma maior aproximação, a cartografia social foi alicerce, desde um estudo etnográfico em que se procurou destacar a trajetória dos entrevistados (SANJURJO et al, 2016; HENÃO, MARTÍNEZ, TREJOS, 2018). A aplicação de uma oficina e rodas de conversa, ocorreu na localidade Costa Maratauíra em três vizinhanças. Na ocasião, os agentes sociais produziram o croqui/mapa da comunidade, descrevendo a situação de seu território antes e atualmente, acionando a identidade

coletiva de ribeirinhos, num exercício que passou a ter uma perspectiva etnográfica (ALMEIDA, 2012).

Para dar conta desse feito foi necessário adotar a ferramenta que se apoia numa autocartografia, posto que se concretiza nas falas dos agentes sociais<sup>4</sup> consultados em oficina cartográfica e rodas de conversa. Conforme Henão, Martínez e Trejos (2018) sugerem, a cartografia se torna uma estratégia de pesquisa quando opta em mostrar a visão dos moradores sobre o seu território, suas práticas, suas vivências.

O ato de cartografar assim, permite que os entrevistados e entrevistadas se representem em sua territorialidade, pois ao produzirem seus próprios relatos possibilitam a somatória de individualidades dos agentes sociais que se auto classificam nas suas territorialidades sem ter em conta denominações externas (ALMEIDA, 2012). Neste mesmo sentido, Acselrad (2013) sugere que a cartografia social legitima a ação dos agentes sociais, uma vez que:

Se constitui como um elemento importante para a ação política das comunidades, pois contribui de diversas maneiras: serve para dar visibilidade aos grupos sociais seus territórios, territorialidades, representações, identidades, conflitos e lutas por reconhecimento de direito. (ACSELRAD, 2013, p. 17).

Em outras palavras, essa ferramenta auxilia os sujeitos mapeados a compreender a realidade do território seus hábitos, costumes e sua maneira de se relacionar com o território representado por meio do mapa, eles são os protagonistas. Para auxiliar essa ferramenta foram analisados dados espaciais, por meio de sistema de informação geográfica (SIG) e entrevistas com atores chaves.

Contudo, mais do que ferramentas tecnológicas de geolocalização, ao se optar por fazer uma cartografia da situação em estudo foi levado em conta que o ato de cartografar se coaduna a uma etnografia. Para o antropólogo Alfredo Wagner Berno de Almeida, tal prática vai “além do mero ato de mapear” e “tende a ser uma prática de descrever aberta e amplamente uma nova dimensão da descrição etnográfica” (ALMEIDA, CASTRILLON, 2021, p. 1)<sup>5</sup>.

Desse modo a cartografia social torna-se ferramenta chave desse processo, na medida que é a representação dos relatos de agentes sociais, que apresentam a visão de seus próprios territórios, e esses são os que vivem no lugar e desfrutam a realidade na qual estão inseridos. Descrever tais situações não tem um método ou critério rígido, pois como afirma James Clifford (2011, p. 54), “a escrita etnográfica não é uma atividade controlada”. Daí a necessidade de

---

<sup>4</sup> Para Saquet (2009) Os/as agentes sociais são sujeitos que estão ligados com o espaço-tempo-território, de maneira material e imaterial que forma cada sujeito.

<sup>5</sup> Disponível no resumo “Elementos para reflexões sobre Nova Cartografia Social” da Palestra proferida pelo professor Alfredo Wagner B de Almeida com Antonio João Castrillon no curso on-line Diplomados, da Universidad de Magdalená, Colômbia, em 21/04/2021.

pensar em uma etnografia, que no âmbito das ciências sociais leva em consideração “estar em campo” e que isso gera objetos discursivos que não tem fórmulas prévias, mas cientificamente a etnografia se junta ao respeito a vida dos outros.

Henão et al (2018) destacam as várias possibilidades que o ato de mapear adquire. Como no excerto a seguir:

Las narrativas y los lenguajes locales juegan un papel importante dentro de la construcción cartográfica, ya que es a través de los saberes, percepciones e imaginarios de los pobladores que se plasman los aspectos fundamentales como los rasgos físicos, naturales, sociales, culturales, productivos, históricos, etc. Su desarrollo puede dar cuenta de las problemáticas pero también de las potencialidades que dicha comunidad posee en el territorio, de manera que el ejercicio abre paso a la posibilidad de manejar el territorio como un espacio para la toma de decisiones colectivas ya sea para consolidar o formar una identidad territorial, la valoración de un saber tradicional espacial necesario para la formulación de instrumentos de políticas públicas de ordenamiento territorial, o para generar estrategias para la defensa del territorio. (HENAO, et al, 2018, p. 149).

Os relatos e linguagens de quem pertence ao território, consolida a identidade coletiva, desta forma, o mapa é instrumento de poder. Nesses tempos em que a disputa por território se intensifica com as possibilidades de mercado projetadas por multinacionais, principalmente no que diz respeito a Amazônia é uma proposta esperta e audaciosa tratar de mapas, e não de qualquer mapa, pois no caso estudado, é sim uma ferramenta de defesa de povos que tradicionalmente ocuparam terras.

Assim, compreender as práticas e experiências de ribeirinhos de comunidades na região das ilhas de Abaetetuba contribuiu para a construção desse estudo na medida que possibilitou seccionar as informações da comunidade com base na identidade coletiva e as demandas do grupo social presente no território. É um exercício que concede legitimidade, uma vez que é permitido compreender o território.

A legitimidade do território é necessária, uma vez que fazer mapas, por muito tempo esteve sob domínio do Estado (HARLEY, 2009). O ato de fazer mapas do ponto de vista do Estado, por um lado remete a dominação, controle do espaço e do conhecimento, por outro lado, negligencia os pobres ao produzir cartografias silenciosas.

## **2.1 A autcartografia do território pelos agentes sociais**

Para descrever os passos realizados na pesquisa de campo é necessário mencionar o período e o contexto no qual ela se realizou. Tanto meu ingresso no PPGCITI quanto o período da pesquisa empírica se deram durante o tempo pandêmico, o qual teve total influência na elaboração e andamento do trabalho desta dissertação. Uma vez que a consciência de ter uma

construção segura, ética e responsável é fundamental para os resultados do trabalho, nesta perspectiva foram realizadas rodas de conversa e uma oficina, para esse momento pensou-se em como alcançar um número considerável de participantes.

Dialogar nas vizinhanças comunitárias, vislumbrado a realização de oficina e rodas de conversa com as famílias, assim reuniria o mínimo de pessoas. Foi uma estratégia para garantir a aproximação entre pesquisador e as famílias da comunidade. Essa estratégia de pesquisa é necessária, pois pesquisar povos e comunidades tradicionais é um exercício que não deve ser olhado de uma tela, é preciso pisar na terra e escutar os sujeitos que vivem e constroem suas territorialidades com base nos recursos do meio que os cercam, como os rios e as florestas. Logo, a cartografia social se torna protagonista, na medida que esta ferramenta possibilita às comunidades ribeirinhas, como as referidas nesta pesquisa, falarem por si.

Almeida (2020) no artigo “Cowboy antropológico” questiona o não reconhecimento das ciências sociais nessas disputas e a sobreposição de poder por meio do ato de mapear. O alerta do autor se refere aos estudos e pesquisas que já favorecem o capitalismo, sem reconhecer o pertencimento de sujeitos dos chamados povos e comunidades que por sua vez dependem de seu território. Tem-se então a importância do protagonismo dos sujeitos que são parte da territorialidade. A figura 2 retrata a oficina ocorrida no dia 19 de junho de 2021, a qual teve como resultado o croqui da Costa Maratauíra.

**Figura 2:** Oficina de autcartografia social com família ribeirinha



Fonte: Pesquisa de campo, realizada em 2021.

A oficina mencionada ocorreu na residência de um dos entrevistados e envolveu cinco pessoas: os senhores e senhoras Ivanildo Cardoso, Manoel José Costa, Maria Costa, Adevaldo

e Alessandra Silva. A oficina resultou o croqui da figura 5 encontrada no capítulo 2, onde reflete-se os efeitos da monocultura nos rios, furos e igarapés.

Em suas recordações, essas pessoas ressaltam artefatos do passado que mergulham na história dessa parte da Amazônia. Essas memórias não são descobertas para quem pesquisa, mas é como se fosse tomar um banho dentro do rio, que ao mergulhar e boiar, se enxerga carregado de experiências que são relatadas por quem faz parte e vive essa história.

A paisagem se configura território na medida em que suas características fisiológicas se encontram presentes na natureza, que está constituída pela floresta e tudo que há nela: as árvores, os pássaros e os animais. Além disso tem-se o rio, onde está o peixe, as pedras, bancos de areia, argila, bem como as casas, embarcações e as tecnologias sociais, como é o caso do *paneiro*<sup>6</sup>, *rasa*<sup>7</sup>, *peconha*, *remo*, *canoa* e entre outras, produzidas por ribeirinhos para suprir suas necessidades.

Assim, a realização da oficina aconteceu entre vizinhos, o período pandêmico evitou reuniões comunitárias e a participação de pessoas tem ocorrido em menor quantidade. Essa é uma outra consequência da crise causada pelo corona vírus, as lideranças da comunidade afirmam que a covid-19 fez com que a participação em atividades da comunidade fossem em menor quantidade.

As vizinhanças são formadas por casas onde há relação parental. Essa é uma característica dessas comunidades devido os filhos ou filhas constituírem família e conseqüentemente construirão suas casas ao lado dos seus pais, que por sua vez cedem uma parte do terreno da família para que o filho ou filha para darem prosseguimento ao cultivo da terra.

Devido à baixa participação em reuniões e encontros comunitários, surgiu a estratégia de reunião nas residências das famílias escutando-os e assim alcançado mais pessoas. Dessa forma foi mais satisfatório e eficaz ampliar a escuta de pessoas para que mais membros da comunidade pudessem relatar a respeito de suas vidas no território. O número de famílias que participaram das conversas representada por algum membro, foi de sete famílias em três vizinhanças de casa, em um total de 12 pessoas. Essa etapa de rodas de conversa foi de extrema importância no início da pesquisa para que a partir da fala com esses moradores a pesquisa tomasse rumos em meio a pandemia.

---

<sup>6</sup> De acordo com o Dicionário de Cousas da Amazônia (MORAES, 2013, p. 131) Cesto muito comum na Amazônia, de grandes olhos, feito de talas de palmeira, onde se acondiciona, depois de forrado interiormente com a palha de ubim, a farinha-d'água. Há de várias medidas: meia quarta, uma quarta, meio alqueire, um alqueire. Este regula, em média, 30 litros ou 30 quilos.

<sup>7</sup> A *rasa* é feita com tala da palmeira, segundo os agentes sociais da pesquisa as está se trocando as *rasas* feitas de tala, e está se adquirindo as de material de fibra na perspectiva de aumentar a durabilidade.

Nessas rodas de conversas com as famílias, entrevistados e entrevistadas relataram as atividades realizadas para manter a alimentação e foi constatada as atividades realizadas da pesca artesanal e o manejo e extrativismo do açaí nas pontas de açazais que é a renda mais certa no tempo em que o fruto está na safra. Após, a roda de conversa utilizou-se das entrevistas com sujeitos específicos que sobrevivem da coleta do açaí. Essa etapa teve a participação das seguintes comunidades: Rio Panacuera, Furo grande, Caripetuba, Sirituba, Maracapucu, Maúba, Médio Tucumanduba, Ilha do Capim e Costa Maratauíra. Algumas dessas entrevistas deram-se presencialmente, outras foram combinadas com antecedência e ocorreu por meio de aparelho celular.

As entrevistas tiveram o intuito de compreender os efeitos do açaí, como cultura que predomina o território ribeirinho. Houve perguntas direcionadas aos donos de açazais denominados produtores de açaí, bem como entrevistas com agentes que desempenham a função de peconheiro e debulhador.

Com os produtores da comunidade Costa Maratauíra, teve-se como estratégia selecionar os que utilizavam práticas de comércio diferentes um dos outros, ou seja, há algumas variações na comercialização do fruto do açazeiro. Dessa forma identificou-se a seguinte sequência de entrevistas feita com os donos dos açazais, que compõe pelo menos estas três formas de comércio:

- o produtor faz a venda do açaí para o atravessador, se trata de um comerciante que compra o fruto na casa do produtor enchendo sua embarcação com centenas de rasas de açaí. Ele também é chamado atravessador. Em cada rasa o atravessador ganha um determinado valor ao vender o açaí para maquinários<sup>8</sup> ou empresas que buscam o açaí em caminhões na orla municipal.

- donos de açazais, que preferem coletar o fruto e colocar na sua embarcação e levar para vender a maquinários da cidade. Essa prática visa encurtar ao máximo a cadeia e o produtor tem por tendência vender por um preço mais viável e já acertado para assim, obter mais lucro. Vender para os batedores de açaí na cidade faz o produtor entregar o açaí direto a seu destino final.

- o terceiro é aquele que leva para a feira da sede municipal sem saber o valor, corre o risco de ter prejuízo se o preço estiver ruim. Mas esse mesmo produtor vende para o atravessador.

---

<sup>8</sup> O maquinário são os sujeitos/as com pontos de venda de açaí na cidade e geralmente compram o fruto em feiras, e vendem em litro para os consumidores.

Na comunidade do Rio Caripetuba foi identificada outra categoria de produtor, que além de trabalhar com a coleta no seu próprio terreno, ele faz o arrendamento, isto é, compra a safra do fruto de outro produtor do Rio Xingu.

Como dito anteriormente, a entrevista foi essencial para a construção da pesquisa. Serviu para tirar dúvidas, registrar, bem como para analisar aquelas falas que causam relação com o objeto pesquisado capaz de explicar um acontecimento (BORDIEU, 1997). São tratados com nome fictícios, os entrevistados que cederam entrevista e optaram pela não exposição dos nomes, outros entrevistados com seus nomes reais são os que cederam as entrevistas e autorizaram o uso do seu nome de identificação. Ressalta-se que os envolvidos tiveram ciência da proposta deste trabalho. É importante ressaltar também, os aprendizados obtidos na interação com as pessoas nas embarcações durante as viagens. Esses sujeitos conversavam e expuseram suas ideias com relação ao manejo, coleta e comercialização do açaí, o que proporcionou maior compreensão sobre o tema em questão.

Outra estratégia da pesquisa de campo foi fazer caminhadas no terreno dos produtores de açaí, para verificar o entendimento deles sobre as “pontas” de seus terrenos e assim analisar a superpopulação de espécies de açazeiro, levando em consideração as outras culturas de vegetais. Para essa estratégia foi utilizado ferramentas de geolocalização, como o aplicativo GPS Essentials, o qual contribuiu para marcar os pontos onde se localizam as comunidades, bem como para medir as pontas dos açazais desses produtores e assim georreferenciar as parcelas por meio do software QGIS, versão 3.24.

A marcação das pontas de açazal, ocorreu nos terrenos de dois produtores. No terreno do senhor Manoel José foi feita a medida de cinco pontas de açazal com o suporte do aplicativo *GPS Essentials* e neste, o levantamento das culturas existentes em cada ponta de açazal. No terreno do senhor Miguel Lobato no rio Caripetuba, os pontos de geolocalização em toda a área e não somente das pontas.

Em retorno a campo durante a entrevista com senhor Miguel, aplicou-se um questionário semelhante a um recordatório alimentar, na tentativa de visualizar a alimentação familiar do entrevistado. Essa metodologia abriu portas para ampliar a análise, pois com base nos dados foi aplicado o mesmo questionário com outras famílias, para assim refletir a respeito da soberania alimentar e segurança alimentar nutricional.

Como não era possível contar com recursos financeiros para fazer o inquérito alimentar presencialmente com famílias das ilhas, utilizou-se a aplicação de questionário com jovens da

Pastoral da Juventude (PJ)<sup>9</sup>, por meio do aplicativo WhatsApp. Primeiramente foi lançado o convite para contribuírem na pesquisa. O número total de jovens a quem foi feito o convite foi 35, porém o retorno positivo foi de 23 jovens, totalizando 24 questionário de diferentes famílias. As conversas possibilitaram realizar a aplicação do questionário sobre o dia anterior das famílias na perspectiva de analisar a originalidade da alimentação dos ribeirinhos e a frequência dos alimentos mais consumidos antes da aplicação foi verificado se a refeição da família teve algum movimento atípico com influência no consumo alimentar, sendo esse um exercício importante para realizar a análise.

Os jovens que responderam ao questionário apontaram a refeição conforme a hora que era consumido, a exemplo do café da manhã, almoço e jantar, o tipo de alimento consumido e sua origem e a quantidade de pessoas que fizeram aquela refeição. Uma das dificuldades encontradas foi o tempo para ficar trocando mensagens com os jovens, pois havia a demora de respostas e assim proceder a sistematização dos dados. Porém, a maior das dificuldades é a falha na conexão com a internet, motivo que tornou pessoas a não participarem dessa atividade de pesquisa. O resultado dessas estratégias de pesquisa são apresentadas nos capítulos II e III desta dissertação.

## **CAPÍTULO I- MONOCULTURA E ALIMENTAÇÃO: CONCEITOS A PARTIR DO TERRITÓRIO**

Antes de adentrar no tema deste capítulo é necessário explicar o sentido da oposição entre monocultura e alimentação. Para dar conta desse feito tomou-se como categoria de análise o território, que se entrelaça com o sentido de lugar e espaço, por meio de práticas e experiências. Dentre as várias acepções do conceito, o caráter político é o mais enfatizado, quando se trata de destacar mobilizações coletivas. No entendimento de Almeida (2012), o território é formado por identidades coletivas e suas múltiplas categorias. Esse sentido pode ser remetido aos ribeirinhos das ilhas de Abaetetuba, os quais também se inserem nas categorias de agricultores, pescadores, peconheiros, produtores dentre outros.

Território é um conceito de várias acepções. Para geógrafos como Saquet (2019), o território se caracteriza pela apropriação, mas é também espaço de domínio e controle, onde as relações de poder são estratégias. Mas na perspectiva de Rogério Haesbaert o território diz respeito "as relações sociais (ou culturais, em sentido amplo) e ao contexto histórico que está

---

<sup>9</sup> Trata-se da PJ, a Pastoral da Juventude, que é um organismo da Igreja Católica no Brasil e tem por objetivo levar jovens a evangelizar outros jovens baseados nos princípios da Teologia da libertação.

inserido” (2004, p. 78). Essa compreensão se associa ao pensamento do antropólogo Maurice Godelier (1976), cuja compreensão se direciona para a interação existente entre as relações sociais e o espaço material.

Em Haesbaert (2004), o território é pensado a partir de três aspectos. Destaca-se aqui, o político enquanto espaço de poder, onde o capital financeiro é quem mais busca lucrar a qualquer custo, promove a chamada desterritorialização, e que o estado não é fundador da territorialização, pois a partir do seu controle militar, político, jurídico e administrativo, se torna um elemento importante para constituir as sociedades capitalistas.

Milton Santos (1988) trata das formas e do uso do território, o qual é constituído de elementos naturais como lagos, montanhas, rios, como aqueles produzidos pela ação humana: cidades, barragens entre outros recursos, para mostrar que existe a territorialização. Como é possível perceber nessa afirmação do autor:

O território são formas, mas o território usado são objetos e ações, sinônimo de espaço humano, espaço habitado. Mesmo a análise da fluidez posta ao serviço da competitividade, que hoje rege as relações econômicas, passa por aí. De um lado, temos a fluidez virtual, oferecida por objetos criados para facilitar essa fluidez e que são, cada vez mais objetos técnicos. Mas os objetos não nos dão senão uma fluidez virtual, porque a real vem das ações humanas, que são cada vez mais ações informadas, ações normatizadas. (SANTOS, 1998, p. 16).

Para este autor há interação entre território e espaço geográfico e que vai configurando o campo das relações econômicas por meio da técnica e da ciência. Essa acepção se aproxima daquela elaborada por Saquet (2008, p. 81), na qual se entende o território como uma construção, uma construção humana, da qual emergem suas múltiplas territorialidades, a partir dos sujeitos que nele vivem.

Na perspectiva socioantropológica falar do território remete também às terras tradicionalmente ocupadas, por identidades sociais coletivas que se constituem no processo de territorialização (ALMEIDA, 2004). Para o autor supracitado há ocupação e o uso permanente da terra por povos e comunidades tradicionais. É isso que caracteriza o sentido de tradicional, termo que, mesmo originalizado no período da colonização, ganha força em 1988, com a promulgação da Constituição. Dito de outro modo, são os agentes sociais que ao ocuparem esses territórios conforme seu modo de vida, é que irão defini-los.

Ainda nesta perspectiva, em Almeida (2010), o autor aborda sobre a expansão de cultivos homogêneos, o que configura as agroestratégias. Tal feito, visa ampliar o mercado de *commodities* com projetos pensados desde o legislativo por se apropriar das terras dos chamados povos e comunidades tradicionais, essa política tem custos degradantes, o qual o

autor define como guerra ecológica por tratar de imensuráveis áreas de terras devastadas e a monocultura em massa.

O geógrafo Paul Claval (1999) em seus argumentos sobre a apropriação coletiva do espaço por um grupo não são somente materiais. Nas palavras deste autor “são também de ordem simbólica, o que os torna reflexivos. Os homens concebem seu ambiente como se houvesse um espelho que, refletindo suas imagens, os ajuda a tomar consciência daquilo que eles partilham” (CLAVAL, 1999, p. 11).

Para Vitor Toledo (2001), a ação dos povos e comunidades tradicionais interferem na biosfera, porém, em menor escala se comparados ao poder do capital que tem impactos elevados em toda a biodiversidade. A biodiversidade é um elemento marcante em sua concepção de território e tem a ver com a sociodiversidade. Segundo este autor:

Dada a importância demonstrada dos povos e comunidades tradicionais para a conservação da biodiversidade é essencial se reconhecer a necessidade de se empoderar as comunidades locais. Isto é, manter, reforçar ou ter controle por parte desses grupos sobre seu território e recursos naturais assim como ter acesso suficiente a informação e tecnologia. É de importância aqui o reconhecimento legal dos direitos à terra e águas que oferecem às comunidades um incentivo econômico assim como uma base legal para a conservação (TOLEDO, 2001, p. 13).

Toledo sugere uma reflexão mais específica acerca dos territórios formado por povos e comunidades tradicionais. Isso se justifica nos critérios identificados pelo autor para manifestar a originalidade e a interação desses povos com a natureza, como é o exemplo do direito à terra.

Na concepção de Silva (2020), a plantação em larga escala ou a *plantation*, está atrelada a produção de um necrosaber agrônômico que trata da destruição do saber local atrelado a interesses capitalistas, que afeta a relação íntima entre homem e natureza em benefício de projetos que se resume a “lucro” e “dinheiro”. Em outras palavras são considerados territórios “vazios” nos termos capitalistas, para implantar modelos interessantes ao perfil de empreendimentos com interesses unicamente voltados a valores financeiros, além de violentar os povos colonizados.

Quanto ao conceito de território para os sujeitos das ilhas de Abaetetuba, o Boletim informativo elaborado pelo Projeto Nova cartografia social da Amazônia – PNCSA junto com agentes sociais da região do Baixo Tocantins descrevem sua definição própria de território, conforme este relato:

No meu pensamento, o território é donde tá o peixe, o camarão, o açai, a nossa roça, as plantas, os rios, os animais, a casa de forno, a canoa, os poços de gapuia que a gente faz, as frutas, eu acho né? São as sementes das plantas, posso dizer, o lugar que moramos, o nosso fazer. É tudo isso. É donde tiramos o nosso sustento, para nossa

família e nossos filhos (Maria da Cuiá, Boletim Estratégias de desenvolvimento, mineração e desigualdade, 2020).

Na perspectiva alimentar, os seres humanos se relacionam com o meio em que habitam e a forma com que essa relação vai se solidificar, dá outro significado. Os temas alimentação e monocultivo estão associados na abordagem do território, uma vez que o sistema de monocultura tem influências na refeição da sociedade.

O trabalho de Poulain (2004) salienta que comer é um ato que liga o homem a natureza. Porém essa afirmação tem se tornado motivo de angústia, uma vez que comer é simbólico para o comedor na construção da sua identidade. Tal motivo se relaciona com a mudança do hábito alimentar e a preferência pelo consumo de alimentos produzidos nas indústrias de massa.

Para Freitas e Pena (2007), quanto a questão da segurança alimentar e nutricional no Brasil, “remete à necessidade do entendimento de questões estruturais, em que a desigualdade social conduz ao significativo essencial do termo em relação ao acesso ao alimento” (2007, p.73). Nesse trabalho busca-se olhar o fator alimentar a partir da relação daqueles que vivem na terra e sua relação com ela.

Conforme Azevedo e Ribas (2016) apontam: “A alimentação saudável e adequada é concebida tendo como pauta o referencial tradicional e local de produção e consumo”, assim como o acesso a terra. E ainda: “Deve atender aos princípios de variedade, equilíbrio, moderação e prazer e considerar as dimensões de gênero e etnia e priorizar alimentos livres de contaminantes físicos, químicos, biológicos e de produtos transgênicos. (AZEVEDO, RIBAS, 2016, p. 242).

A alimentação da produção familiar, assim como o uso da terra, deve acontecer de forma sustentável, o que torna essa, uma contraposição daquilo que oferecido pelo agronegócio quanto a alimentação, como é apontado por Carvalho:

há uma dívida histórica quanto à questão agrária, mas a dinâmica do capital no campo coloca a soberania alimentar num segundo plano, já que com o processo de exploração e expropriação exercido pelas grandes corporações e latifúndios, os camponeses acabam relegando a um segundo plano questões fundamentais como a produção, nesse enfrentamento desigual, e ressalta (CAVALHO, 2004, p. 51 apud SOUZA, 2009, p. 117).

Para além de fatores relacionados aos conflitos agrários muito recorrentes no Brasil, o fator alimentação fica em segundo plano, mesmo levando em consideração que todos precisam se alimentar de forma adequada. Em Raimundo *et al* (2017) mostram os avanços da indústria de alimentos e bebidas no início do século XXI, onde a interação entre as empresas consolidam uma nova dinâmica de avanços para o setor de alimentos.

Nas últimas décadas, as várzeas do estuário paraense têm se tornado um território de disputa (BASTOS, 2019), disputas estas, que de um lado coloca grandes empreendimentos de capital e de outro, seus ocupantes autóctones que manejam esse ambiente e se sucedem há gerações. Todavia foi a partir da década de 80 do século XX, como consequência do avanço da chamada “fronteira agrícola” na Amazônia (LENÁ e OLIVEIRA, 1991), que essa disputa se intensificou. Atualmente, junta-se a essa disputa do capital, o monocultivo de sistemas agrícolas que avançam da terra firme para a várzea e tem mudado a paisagem e a forma de viver dos ocupantes desse território, os povos tradicionais<sup>10</sup>.

Diante dessa realidade destaca-se a questão da segurança alimentar alinhada aos hábitos alimentares. E nesse contexto, as análises de Martins (2019) expõem a mudança de hábito alimentar na comunidade ribeirinha Maúba, uma das dezenas existentes nas ilhas do município de Abaetetuba. No referido estudo foi analisado o consumo de alimentos que sofrem influência dos processados<sup>11</sup> e ultraprocessados. Os impactos advindos do setor industrial já são notados no contexto ribeirinho e soma-se a isso o monocultivo do açaí, que se mostra influente na mudança alimentar desses sujeitos.

Avelino et al (2020), afirma que os alimentos modificados industrialmente na modernidade têm exigido mais demanda ambiental e quanto a segurança alimentar não resolvem os problemas relacionados a alimentação no mundo. Conforme o entendimento do autor mencionado, esse discurso ganha força na década de 1990 com a nova revolução verde protagonizada pela alteração genética, a qual alterou a agricultura mundial, a partir da união entre a biotecnologia e a engenharia genética.

Ainda em Cavalli (2001), já apontava as controvérsias existentes na biotecnologia que modifica a alimentação. Isso ocorre, porque enquanto o setor industrial de alimentos tem mais lucro econômico, o consumidor sai em desvantagem levando em consideração a devastação cultural e ambiental causada pelos produtos que são modificados e chegam à mesa do consumidor.

Conforme Zimmermann (2009) destaca, a agricultura é o alicerce da segurança alimentar, mas o modelo atual que devasta a biodiversidade por uma produção agrícola ligada a monocultura, coloca em risco a história da humanidade e a ecologia do planeta, pois ao

---

<sup>10</sup> Considera-se a definição encontrada no Decreto n. 6.040 de 7 de fevereiro de 2007, art.3, inciso I, que define: “grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para a sua reprodução”.

<sup>11</sup> Alimentos processados são produzidos pela indústria alimentos com a adição de sal ou açúcar ou ainda substâncias para aumentar a durabilidade dos produtos alimentícios (MARTINS, 2019, p.16).

mercantilizar os alimentos estimula-se então, a insegurança, principalmente a das populações mais vulneráveis.

Em Ploeg (2008) na sua obra “Camponeses e impérios alimentares: luta por autonomia e sustentabilidade na era da globalização”, o autor enfatiza a luta pela sobrevivência de camponeses por uma autonomia alimentar em vista do modelo capitalista que afeta drasticamente o hábito alimentar nesta nova era. No trabalho de Nascimento e Guerra (2016), destaca-se alguns fatores dessa mudança no padrão alimentar, no que diz respeito a preferência de alimentos comprados nos mercados pela comunidade do rio Acaraqui em Abaetetuba, assim como suas práticas extrativistas:

A diversidade da produção local, “no tempo dos pais”, proporcionava uma menor dependência com relação ao mercado e maior autonomia da unidade de produção, uma vez que essa produção se destinava, prioritariamente, ao consumo da unidade familiar. A especialização aponta para uma elevação na relação entre a comunidade e o comércio local, com o aumento de sua participação nas transações locais de compra e venda de alimentos (NASCIMENTO, GUERRA, 2016, p. 235).

Há um alinhamento entre a diversidade ecológica, a segurança alimentar e comunidades tradicionais, que apresentam como característica a base da subsistência proveniente dos recursos do meio onde vivem, como os que vivem na várzea. Essa categoria social detém a riqueza biológica, com suas práticas voltada a agricultura na várzea, se unido a pesca e caça (SILVA, et al, 2020).

Os estudos de Adams et al (2005), afirmam que o ecossistema de várzea é rico e fértil, o que contribui para a produção de variedades de espécies de frutos e sustentou os primeiros povos, exatamente pela qualidade do solo, embora este apresente limitações, a exemplo da impossibilidade de colheita de uma única cultura o ano todo. Porém têm culturas diversas que podem ser produzidas na várzea, capazes de possibilitar alimentação saudável em seus territórios.

Por outro lado, a monocultura não assegura a alimentação das comunidades ribeirinhas. Ao contrário, conforme afirma Souza (2009), um modelo baseado no monocultivo amplia o mercado para as commodities, que por consequência gera uma “crise de alimentos”. Nessa mesma direção Valente (2019) aborda:

A fome e a má nutrição não existem porque o sol discrimina, ou porque não há terra fértil suficiente ou alimentos disponíveis. Elas se materializam porque sociedades foram estruturadas de acordo com os interesses de grupos sociais politicamente e economicamente hegemônicos. Isso leva à produção e à reprodução do acesso limitado, para a grande maioria das pessoas, a recursos naturais e produtivos, a empregos com salários que assegurem uma existência digna e a condições adequadas

de trabalho, à moradia, à amamentação, à saúde, à seguridade social e à proteção social, entre outros (VALENTE, 2019, p.137).

Nessa lógica é essencial perceber o quanto que a alimentação é influenciadora na qualidade de vida principalmente se tratando dos valores nutricionais. se trata das tomadas de decisões que perpassa pela política atreladas a soberania alimentar, pois são aspectos fundamentais para a saúde da sociedade atual (VALENTE, 2019).

O sociólogo suíço e ex-relator da Organização das Nações Unidas – ONU, Jean Ziegler sugere que o poder político das empresas que dominam a indústria de alimentos, saiu do controle social. De fato, as maiores atribuições de alimentos no mundo são de base negociados no mundo e controlados por grandes empresas que controlam a questão alimentar (ZIEGLER, 2013, apud HALE, 2015).

Dessa forma, não ocorre somente o controle de alimentos, e sim de toda a nutrição presente neles, é o que aponta o trabalho de Campos et al (2014). Para estes autores, os alimentos industrializados afetam a segurança alimentar, uma vez que facilitam diversas doenças e exigem mais exploração dos recursos naturais, e portanto, o monocultivo. Porém, conforme aponta Nogueira (2018), as comunidades tradicionais procuram combater a monocultura por meio de outras estratégias:

Motivados a resgatar outras sementes tradicionais e, dessa forma, recuperar e estimular a conservação da agrobiodiversidade, agricultores, lideranças Krahô, indígenas e pesquisadores tiveram a ideia de promover feiras de trocas de sementes. Assim, no ano de 1997, foi realizada a I Feira Krahô de Sementes Tradicionais. (MORAES; DIAS; NOGUEIRA, 2018, p. 18).

Também é válido destacar a experiência das mulheres indígenas, que tiveram como ponto de partida, a perda da diversidade de sementes crioulas, colocando o território em uma situação de insegurança alimentar. Ao que se percebe é que o trabalho coletivo contribui para a sociodiversidade territorial, bem como a alimentação orgânica capaz de agir na segurança alimentar de comunidades indígenas.

Em trabalho sobre a região amazônica Silva *et al* (2020) destacam que:

Em relação a produção de alimentos, a região amazônica dispõe de grande diversidade de peixes e frutas, o que deveria contribuir para disponibilidade adequada de proteínas, calorias, vitaminas e minerais para a população que vive nessa região, provendo assim, saúde, nutrição e qualidade de vida para a mesma, mas, essa diversidade de fontes alimentícias na região, contrapõe a realidade de desigualdade social e econômica, e a precariedade da saúde e nutrição, presente na realidade das vidas de amazônidas invisíveis aos olhos do sistema capitalista ( SILVA *et al*, 2020, p. 181).

Em conformidade com a práxis das indígenas Krahô, os estudos de Silva *et al* (2020), sinalizam para a diversidade de alimentos presentes na região amazônica, que por um lado se direciona para uma segurança alimentar, mas que devido a sazonalidade influenciam na qualidade da alimentação das famílias. A sazonalidade do açaí, tem influência na alimentação, isso porque o fruto, no seu período de safra, tem uma produtividade elevada, enquanto fora desses meses que é a entressafra do produto, não há.

Para Silva *et al* (2020), há uma precariedade nas vidas em que a desigualdade social e econômica nessa realidade é uma alerta não debatida nas esferas públicas no período em que os frutos da monocultura estão fora do ciclo de safra. Por outro lado, a ausência de variedade de alimentos orgânicos, originados da várzea a serem comercializados na feira municipal de Abaetetuba proporciona uma dependência dos produtos alimentícios da zona urbana, como mostra Nascimento e Guerra (2016):

Esses fatos estão ocasionando uma mudança significativa nos padrões alimentares das famílias da comunidade do baixo Acaraqui. Enquanto “no tempo dos pais” a alimentação era diversificada e proveniente da unidade de produção, “nos tempos atuais” podemos observar uma maior dependência com relação ao comércio local e à cidade de Abaetetuba, principalmente no consumo de produtos industrializados: enlatados, embutidos, refrigerantes, entre outros (2016, p. 237).

É possível compreender que a segurança alimentar para comunidades tradicionais, especificamente para as que se localizam na várzea, não está pautada somente na falta de alimento, que pode ocorrer pela falta de recurso econômico, mas também por essa relação que se predomina do monocultivo dos açazais, onde o fruto é rentável, mas dá acesso para poder de compra, principalmente aos industrializados.

Quanto a monocultura dos açazais, Freitas (2019) fala de uma “assembleia” de árvores na natureza da várzea amazônica. Dados da pesquisa deste autor sugerem que o manejo do açaí vem alterando a composição das assembleias de árvores na várzea. Assim, densas áreas são desmatadas, e por consequência, tem a redução de espécies vegetais, sendo sinal de alerta para as comunidades tradicionais que sempre dependeram da floresta.

Para Shiva (2003), a monocultura é uma devastação da sabedoria milenar dos povos, a derrubada da floresta é o domínio das sociedades pela modernidade. Em seus mecanismos políticos os detentores do poder atribuem técnicas que geram riquezas para minorias e dizem a biodiversidade e os valores ecológicos das comunidades primitivas.

## **CAPÍTULO II - O MONOCULTIVO DO AÇAÍ NA VÁRZEA**

Este capítulo, trata do monocultivo do açaí, no qual busca-se descrever seus efeitos no território da várzea a partir das entrevistas com produtores de açaí, bem como outros entrevistados presentes no território. Eles que tem o saber da realidade na qual vivem e a partir de seus relatos é possível analisar suas práticas com os açaizais. Também se analisa a alteração da paisagem, como as interferências nos rios, furos e igarapés, ligadas as questões de assoreamento.

O entrevistado Jair, tem 62 anos, nascido e criado na Costa Maratauíra, relata sua trajetória nessa parte da várzea. Ele e mais 5 irmãos, sempre trabalharam no manejo da terra, alternando pesca, cultivo e colheita de várias espécies como o milho (*Zea mays*), feijão (*Phaseolus vulgaris*), arroz (*Phaseolus vulgaris*), maxixe (*Cucumis anguria*), mamão (*Carica papaya*), cana-de-açúcar (*Saccharum officinarum*) dentre outras. Essas eram as práticas que ajudavam a sustentar a família. Aos 27 anos de idade, Jair formou a família com 4 filhos e fala a respeito da agricultura do seu tempo:

Antes tinha muita coisa na terra, o miriti que a gente comia com o camarão seco, ou então o peixe salgado, é muito gostoso, mas tinha o milho, arroz, feijão, maxixe, jerimum, tudo isso a gente plantava. A gente trocava essas coisas com quem tinha a farinha, a mamãe pegava o cardo do arroz e dava pra nós, ela dizia que isso dava a sustância, aquele cardo branco. (Jair Ferreira, Costa Maratauíra, novembro de 2021)

Em meados da década de 90 do século XX, Seu Jair viu na extração do açaí a possibilidade de manter esposa e filhos. Assim, iniciou várias experiências de manejo de açaizais, onde necessitou derrubar algumas espécies nativas. Seus parentes e outros moradores da comunidade também começaram a fazer a mesma prática: eles trocavam as experiências de manejo entre si. Como menciona o senhor Manoel:

O açaí foi um negócio que a gente foi aprendendo, antes era mais pro consumo, ai começou a levar aos poucos pra fera de Abaeté, e o nosso povo viu que o açaí era negócio e começou a limpar o mato e colocar açaí, hoje em dia tá ai, todo mundo quase se sustenta da plantação do açaí, o açaí toma conta aqui (Manoel José Costa, Costa Maratauíra, novembro de 2021)

O relato é um demonstrativo da modificação da agricultura na várzea ao longo das últimas décadas. Se antes o açaí era apenas mais uma espécie das variedades de tantas palmeiras que continha, na atualidade os moradores estão plantando cada vez mais o fruto da palmeira de açaí. Nota-se que a dedicação de tempo e espaço na produção do açaí vem predominando no terreno dos ribeirinhos. Tal atividade se repete na maioria das famílias, principalmente aquelas

que tem áreas maiores de terrenos, estas estão a plantar mais açaí, o que se configura a superpopulação da palmeira no território.

Esse efeito vai na contramão do que aborda Shiva (2003), sobre comunidades tradicionais serem guardiãs do território que vivem, porque sabem cuidar da terra, fazendo uso daquilo que era necessário para manter a sua existência, ao passo que a monocultura é a ameaça da biodiversidade de forma que, esse processo tende a trazer escassez e pobreza para esses povos.

Para Almeida (2004), as comunidades tradicionais: “expressam uma diversidade de formas de existência coletiva de diferentes povos e grupos sociais em suas relações com os recursos e a natureza” (2004, p. 9). Porém, tal relação vem sendo motivo de alerta, devido a monocultura, como é possível verificar no relato da entrevistada

Era bonito antes tudo que a gente plantava, o terreno da minha mãe era cheio de planta que a gente usava pra remédio, mas hoje em dia está sendo tudo tirado, eu plantei uma árvore de limão na beira do igarapé, nasceu uma árvore de açaí no meio do limão, tu acredita que eles cortaram a árvore o limoeiro pra da vez pro açaí?, tem vez que pra mim colocar um azedume na comida tem que trazer da cidade, é triste o pessoal só quer saber do açaí. (Maria Costa, Costa Maratauíra, novembro de 2021)

O relato da entrevistada é uma chamada de atenção, principalmente ao pensar na variedade de espécies que caracterizam as florestas da região Amazônica, conforme diz a senhora Maria Costa, há uma preferência por manter o açaí do que uma outra espécie como é o caso do limão (*Citrus limon* L.) que tem outras utilidades.

Enquanto nos estudos de Silva (2011), a monocultura provoca o conflito por terra, não na forma clássica de conflito pela mesma, como é caso dos encurralamentos ou expropriações, mas sim pela invasão da monocultura que predomina um território e causa a devastação da vegetação. Em Silva (2020), a monocultura do dendê é tratada como um mecanismo de destruição, um “necrosaber”. A expansão do monocultivo na várzea com o avanço dos açaizais, potencializado pelas *commodities*, desgasta os saberes de grupos sociais e neste sentido e contexto, os ribeirinhos tornam-se refém de empreendimentos alusivos a monocultura.

#### **4.1. A monocultura modifica a paisagem**

Desde os anos 1990, o açaí tem ganhado destaque na economia do município de Abaetetuba, mas nas últimas décadas se tornou, se não o principal, mas uma das maiores fontes de renda no município, o que provocou mudança no modo de vida local. Dentre essas mudanças destaca-se o manejo dos açaizais, pois atualmente o fruto do açaí se torna a principal fonte de

trabalho que gera recurso financeiro das comunidades ribeirinhas localizadas na região insular das ilhas de Abaetetuba, como é possível perceber na fala do entrevistado Heraldo.

Desde os meus 13 ano eu já trabalhava com o velho no roçado, meu avô e pai de criação, aqui mesmo na região, ia ajudar ele capinar, cortar cana, ai foi acabando o engenho e eu passei pra olaria pra trabalhar com meu tio, trabalhar no barrero. Com uns 15 ano, serviço pesado, dia e noite trabalhando, acabou a olaria e passemo pro açai, tô mais de 20 anos nessa peleja de açai, eu tô com 64 ano (Heraldo Ribeiro, Costa Marataúira, novembro de 2021).

O entrevistado, aborda a mudança da atividade de trabalho que ele teve que fazer para chegar até a mão de obra voltada para o açai. É importante perceber que nas últimas décadas do século XX, esses ribeirinhos enxergaram nessa prática, uma possibilidade de comércio com potencial de gerar renda e melhores condições de vida para suas famílias.

Daí a importância de valorizar as práticas por melhores condições de vida das populações mais vulneráveis que desempenham papéis que os caracterizam. Mas, hoje especificamente, compõe “pontas” dedicadas a produção do açai, faz com que as denominadas comunidades tradicionais, sejam reconhecidas pelo que desempenham em seus territórios.

Os relatos transitam em meio aquilo que é lembrado durante a trajetória desses sujeitos, essas trajetórias têm um desfecho coletivo pensado a partir do território. Portanto, suas vivências no trabalho com a cana-de-açúcar, nas olarias, se desvelam e assumem outro caráter antes as conquistas com o cultivo do açai, como é possível perceber na fala do senhor Orlando:

Hoje o açai dá uma melhor condição pra nós, tempo atrás desde quando eu me entendo era uma situação difícil, a gente só trabalhava pra comer mesmo, mas cada um se virava pra um lado. Quem pescava, pescava, quem ia pra olaria ia, quem ia pra engenho....., hoje em dia o açai trouxe uma melhor condição, pra gente comprar uma roupa, uma carne, que era difícil a gente comer, ter uma televisão pra assistir, mas tudo é por causa desse açai. (Orlando, Costa Marataúira, novembro de 2021)

O açai oportunizou aos ribeirinhos acessarem o comércio, como aponta o estudo de Nascimento e Guerra (2016). Possibilitou as famílias terem acesso à energia elétrica, geladeira, televisão, embarcações motorizadas entre outros eletrodomésticos que contribuíram para uma melhor qualidade de vida. Mas é necessário refletir acerca das comunidades ribeirinhas em Abaetetuba que são protagonistas em seus territórios, as quais têm um papel fundamental na tradicionalidade dos povos, que está ameaçado pela monocultura do açai, na perspectiva de perceber as mudanças paisagísticas, como fala a entrevistada:

Era muito difícil a gente ver antes uma casa de madeira, a maioria era casa de paxiúba, a parede era de miriti, hoje tem casa alvenaria já. O tempo foi passando e tem a condição, demais hoje com o açai. Apesar de tudo a gente tinha paz, hoje a gente

compra nossas coisinhas, mas a gente fica visado com a pirataria. (Maria Soares, Rio Sirituba, janeiro de 2022)

Conforme as entrevistas, percebe-se atividades realizadas pelos moradores, onde o açaí começa a ser mais valorizados em 1990. Antes disso, destaca-se a extração da borracha, cana-de-açúcar, trabalho nos engenhos, o serviço das olarias, extração do palmito do açazeiro e o açaí. Esta última se intensificou próximo as casas, bem como ao longo do terreno dos agricultores com o aumento da demanda no comércio e mercado, até chegar no predomínio dos açazais em toda parte. Esses dados se relacionam com os dados coletados em campo representados no quadro a seguir.

**Quadro 1:** Atividades desenvolvidas por ribeirinhos até o manejo dos açazais

| Período     | Atividade   | Relato  |
|-------------|---|---|
| 1962        | Extração do leite da Seringa ( <i>Hevea brasiliensis</i> L) | Com 7 anos eu ia com a minha mãe ela ia cortando e eu ia pregando na tigela de barro, aí o leite ficava escorrendo, cinco hora da tarde a gente ia baixar as tigela (Maria Costa, Costa Maratauíra)   |
| 1970        | Cana-de-açúcar (Engenho)                                    | “Eu desde os meus 13 anos trabalhava com o velho no roçado, tinha a cana, ai foi acabando o engenho e eu passei pra olaria” (Heraldo Ribeiro, Costa Maratauíra)   |
| 1977-1993   | Olária  | Comecei a trabalhar em olaria com 9 anos de idade, tenho 54 anos, trabalhei 16 anos só de olaria (Elias, Costa Maratauíra)  |
| 1970-1980   | Cacau   | Antes do açaí teve uma venda de muito cacau mas não deu certo, acho que lá pelo anos 80 mais ou menos (Giovane Rodrigues, Furo do Panacuera)  |
| 1980-1990   | Palmito   | Antes do fruto do açaí interessava mesmo o palmito, mas dava muito trabalho (Antunes, Costa Maratauíra)   |
| 1990 - 2022 | Produção de açaí  | Tenho 67 anos, trabalhava na roça com meu pai, plantação de mandioca, milho, arroz, tudo isso no Xingu, pra cá, eu trabalhei de carpinteiro, depois passei no açaí também, trabalho na lavoura do açaí, trabalho com açaí há 37 anos. (Miguel Lobato, Rio Caripetuba) |

Fonte: Pesquisa de campo, realizada em 2021.

O quadro 1, apresenta o relato de ribeirinhos que é um demonstrativo de atividades praticadas por quem vive a região insular das ilhas nos últimos 70 anos. Essa exposição não chega a ser uma linha do tempo, mas é um retrato das atividades que eram realizadas e que no cenário atual é visível a dedicação do açaí nos últimos 30 anos.

O manejo e extração do açaí continua cada vez mais intenso na várzea, de maneira que não se pensa em uma área de terra sem um açazal, como se nota na fala do entrevistado: “Eu já iniciei nessa experiência com o açaí, peguei o fim do trabalho da cana-de-açúcar, mas eu

comecei a limpar o mato do meu avô, e hoje eu tenho meu pedaço de terra e já trabalho hoje com meu próprio açailal” (Vitor Dias, Costa Maratauíra, novembro de 2021).

Conforme os relatos mostram, os agentes sociais no manejo dos açais realizaram essas experiências no seu terreno particular ao longo dos anos para se chegar a uma conclusão de como seria a melhor forma de intensificar a produção. De acordo com a fala do entrevistado, seu Jair, é possível perceber que houve testes e planejamento para aumentar a produção no seu terreno:

Eu venho trabalhando, fazendo experiência, eu tô achando que cada ano vai aumentando a produção. Eu, quando comecei, comecei com poucas, produção menor, trabalhava 600, 700 rasas no ano, ai foi aumentando, hoje eu faço conta que eu tenho uma base de 2.000, 2.500 lata de açai por ano. (Jair Ferreira, Costa Maratauíra, novembro de 2020).

Com base na fala do entrevistado, lata é mais uma denominação que se refere as rasas, tecidas com talas de arumã ou fibra tomou-se como análise um terreno para verificar como é subdividida a área de manejo desse produtor. A mudança provocada pela monocultura do açai nesse terreno tomado como exemplo é descrita da seguinte forma. A área do produtor é dividida em parcelas que ele denomina de “ponta de açailal”. A medida total dessas pontas do terreno equivale a aproximadamente 7 hectares de terra. As pontas de açailal é a forma com que o produtor se organiza para fazer o manejo da terra, que se realiza por meio de rodízio. Para fazer a limpeza do terreno, o produtor retira a mata, derruba as árvores de outras espécies que não contribuem para o desenvolvimento do açazeiro, bem como a retirada do açazeiro velho que pouco produz, posteriormente é feito o plantio de novas palmeiras de açai, como é explicado pelo entrevistado no relato a seguir:

A gente tem que trabalhar o plantio a 4 metros a distância de uma árvore pra outra árvore e no meio dessas árvores que vem desenvolvendo, a gente tira aquelas que vão envelhecendo, né. Elas vão envelhecendo e vão deixando as filiações pequenas, medias e as maiores pra todo tempo se fazer, porque quando se faz esse manejo a terra fica forte e o açai produz mais. (...) Quando se vai preparar uma área para o plantio do açai, tem que tirar uma certa quantidade de árvores, aquelas árvores muito alta, que tá muito fechada, que sufoca o açai tem que tirar uma parte, mas você tem que deixar árvores longe da outra, no caso o miritizeiro, é as árvores maiores, seringueira, pode plantar o facãozeiro, ingazeiro e o próprio cupuaçuzeiro porque isso são árvores que produz o estrumo, a folha se torna adubo. (Giovane Rodrigues, Furo do Panacuera Rodrigues, dezembro de 2021).

Esta é uma demonstração dos passos que ele tomou para chegar ao ponto que atualmente se encontra, como o exemplo, a retirada das árvores mais antigas do açai. O entrevistado entende que a retirada do açazeiro velho serve de reciclagem para fortalecer o solo, para que as filiações de açazeiro venham com mais força para produzir. Ainda se destaca a importância, relatada pelo entrevistado, de manter outras espécies distantes do açazeiro. Mantem-se o domínio do açazeiro, que de acordo com sua prática, as folhas das outras espécies servem de adubo para a terra, e de sombreamento para o açazeiro.

Azevedo (2010) no seu trabalho sobre o sistema de manejo dos açazais em uma ilha de Abaetetuba, fala sobre o manejo intensivo que se correlaciona com que é apresentado por produtores na pesquisa de campo. Ele explica que o manejo intensivo,

É aquele que está intensificando o uso da mão-de-obra na roçagem do açazal e vive basicamente do açaí fruto. O açaí fruto é a sua principal fonte de renda, contribuindo com mais de 60%. Faz as seguintes práticas de manejo: enriquecimento com açazeiro (semeio e mudas), roçagem (em mutirão), desbaste dos estípes e raleamento da mata (AZEVEDO, 2010, p. 73).

O estudo de Arima et al, (1998) já apontava a falta de domínio claro sobre os recursos naturais compromete o investimento no manejo se pensar em uma perspectiva sustentável. Neste sentido, quando se imagina a várzea entrelaçada com a maré capaz de fertilizar o solo, há um potencial elevado para produzir o açaí é combinado com outras espécies. Nas últimas décadas cresceu o interesse das *commodities* na comercialização do fruto, os produtores relatam que esse evento ganhou força a partir da atuação da empresa Bolthouse do Brasil<sup>12</sup>.

Este empreendimento estimulou a fundação de associações para realização de contratos para a compra do açaí. A atuação dessa empresa é retratada na fala de alguns produtores como é o caso do entrevistado Heraldo Ribeiro (2021): “A Bolthouse ensinou muitas coisas, depois que ela meteu a cara aumentou muito a produção”. Conforme observado a empresa tinha uma equipe de trabalho que dava assistência técnica para as associações comunitárias, de forma que o técnico ia fazer a vistoria no terreno do produtor, mede-se a área, e orientado a forma para manejar o açazal, e é estimulando uma alta quantia para ser coletada pela Bolthouse.

Para a coleta, a empresa centralizava em alguma ponte que tivesse boa estrutura para receber a entrega dos produtores associados da comunidade, onde eles passavam o fruto das rasas para as basquetas. Era utilizada pela empresa embarcação de portes maiores para a realização desse serviço como é possível ver na imagem a seguir:

---

<sup>12</sup>De acordo com Silva (2010), a Bolthouse do Brasil, com sede em Belém, é uma das empresas exportadora de açaí. Conta, atualmente com 550 produtores cadastrados todos certificados orgânicos, e mantém contrato com associações e cooperativas. Sua atuação no mercado com a venda de produtos à base do açaí compreende sabonetes, cremes, geléias, sucos, refrigerante, dentre outros.

Figura 3: Embarcação utilizada pela empresa de Bolthouse para a coleta do açaí.



Fonte: Fabio Fiock (2010).

A Bolthouse incentivou a aumentar o cultivo do açaí e forneceu materiais para produtores como é o exemplo das lonas, colocada para o fruto do açaí ser debulhado de forma que se evite o contato do mesmo com a terra para ele sair mais limpo, bem como acelerar o trabalho de juntar os caroços de açaí que caem fora da rasa. Esta é uma prática mantida até hoje, como se vê na imagem abaixo:

Figura 4: Debulhador de açaí utiliza a lona para colocar os caroços de açaí na rasa.



Fonte: Pesquisa de campo, realizada em 2021

Os produtores não souberam responder os motivos da empresa parar de comprar açaí em Abaetetuba, mas sabe-se que isso fez com que as associações, fundadas para trabalhar em forma de contrato com este empreendimento, parassem com as atividades organizacionais, a medida em que a empresa encerrou suas atividades na região.

Neste contexto Silva (2015) menciona acerca da assistência técnica efetivada por quem tem interesse do mercado se por se tratar de melhores rendimentos na produção agrícola, principalmente para obter maior potencial comercial sustentável. Porém a perda da vegetação é crescente, enquanto o pequeno produtor é motivado a abastecer o mercado. O estado, por meio de seu aparelho e as empresas, participam nesse processo, como é possível verificar na fala do entrevistado:

Tinha os técnicos que eles vinham visitar, que eles entravam na agricultura, no terrenos, mostrando como era pra fazer o plantio, a EMATER ajudava, tinha recurso da EMATER, do PRONAF, tudo isso ajudou muito o agricultor só que hoje tá tudo praticamente excluído, a gente tá vendo que hoje (...) a EMATER, a EMBRAPA eles forneciam os tecnico, que vinham fazer a visita, eles olhavam, eles sabiam, organizavam, a gente tem essa influência, essa experiência porque esses técnicos que vieram antes, isso tá fazendo já 10 a 12 ano, né, mais ou menos, a gente tinha essa vantagem, hoje a gente já não tá tendo (Alberto, Costa Marataúira, novembro de 2021).

O incentivo de crédito ofertado pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) é um investimento para aumentar a produtividade da cadeia econômica de produtos advindos da agricultura familiar. Para os agricultores da várzea das ilhas de Abaetetuba, isso foi a oportunidade para manejar os açais, o que elevou a produção do açá. Como afirma a entrevistada: “com o PRONAF muita gente comprou terçado, machado, bota, esses equipamentos aí, que era pra fazer a limpeza do açazá” (Maria Soares, rio Sirituba, janeiro de 2022).

Em Ploeg (2008), as commodities são como impérios do agronegócio, por meio de grupos que comercializam e operam em escala mundial, a exemplo da Parmalat que conseguiu juntar os interesses de “lugares pobres” e “lugares ricos”, que tornou todo o produto ainda mais mercadoria. Neste exemplo da Parmalat<sup>13</sup> Ploeg (2008) explica que os produtores primários de leite se tornam relevante só a partir da dinâmica demandada pela empresa que perpassa pelo processamento, distribuição até a venda. Desta forma, esse império tende a controlar e se apropriar das atividades iniciais.

Ao fazer uma comparação, pode-se dizer que o mesmo acontece com o fruto do açá, pois as commodities acabam controlando a comercialização do produto. Elaboram extensas cadeias e o produto acaba tornando-se alvo do fluxo desses impérios e distante do ideal dos

---

<sup>13</sup> Segundo Lang e Heasman (2004 apud, Ploeg, 2008, p.108) O grupo Parmalat passou, em relativamente pouco tempo, de uma pequena empresa comercial em Collecchio, na província de Parma, no Norte da Itália, para uma das maiores multinacionais da indústria do leite, se tornando no que agora designamos de *atorglobal*. Em 2000, a empresa realizou um total de vendas anuais de 6,5 bilhões de dólares e estava no 29º lugar entre os 50 principais grupos alimentares do mundo segundo Lang e Heasman (2004, apud, Ploeg, 2008, p.108).

produtores primários, os quais ficam reféns do mercado das grandes empresas que faturam grandes fortunas.

#### **4.2 Os efeitos da monocultura nos rios, furos e igarapés**

O rio é como se fosse a própria vida para as comunidades ribeirinhas, principalmente se relacionar a dependência do rio na medida que precisam se locomover, para tomar banho, preparar os alimentos, pescar e fazer suas atividades do dia a dia. Logo é evidente a importância do rio para quem depende dele. Noda e Silva (2016), afirmam que o rio juntamente com as matas, contribuem para formação das paisagens amazônicas.

Na compreensão de Ojeda (2016), a interferência da humanidade no cotidiano tem desapropriado o que está disponível nos recursos naturais. A autora mencionada relata acerca dos modelos responsáveis pela expansão e ameaça do que se dispõe na natureza, como a expansão do agronegócio, mineração e o extrativismo, os quais contribuem para este processo. Essas modalidades atuam em detrimento do desenvolvimento e provocam a desterritorialização das comunidades de várzea. Como podemos relacionar a partir da fala do entrevistado:

A gente tá vendo que o negócio tá ficando pra nós ribeirinho. Pessoal fala nessa empresa aí que quer tomar conta da nossa baía, e parece que nós tomo cercado mesmo, a gente vende esse açai que tem aí, mas se essas empresas tomarem conta, eu já ouvi fala que essas empresa compra nosso açai. Só que elas tão plantado também, quer dizer, um dia eu vi até uma reportagem na televisão das empresa comprando terra pra trabalhar (Mateus, rio Caripetuba, dezembro de 2021).

Vê-se pelo relato que a chegada do grande capital provoca insegurança. Nessa concepção terra, água, praias e florestas, ditas discursivamente aos olhos de grandes empreendimentos como formas de desenvolvimento sustentável, na realidade provocam devastação e monoculturas, as quais vem causando a mudança de paisagem e a mudança do modo de vida de diversas populações na qual se inclui as ribeirinhas.

Conforme afirma Renó (2016), as populações da várzea necessitam do comércio para manter o seu sustento. Enquanto os grandes empresários, a serviço do capital, tendem a cada vez mais ampliar a demanda do mercado de forma que intensificam a exploração dos recursos naturais e contribuem, para a degradação daquilo que foi explorado, alterando a paisagem.

São os próprios ribeirinhos a notar que há uma mudança na paisagem ao longo do tempo por consequência da monocultura do açai, bem como o assoreamento dos rios, a mudança nos furos e igarapés e a escassez do camarão, sem mencionar vários cardumes de peixe. É o que diz o entrevistado do Rio Maúba:

Complicado essa situação do rio aqui, porque o rio vem secando muito. Quando é dessas marés que seca muito, dá pra atreversar o rio andando. Hoje tá diferente do tempo antigo, é muito motor, a maresia do motor vai jogando a beirada tudo em baixo. Outra coisa, é tirada dos pau que é derrubado e jogado no rio, um miritizeiro, ele vai forçando tudinho a beira, ai fica só o açai e a terra fica fraca. (Nando, rio Maúba, novembro de 2018)<sup>14</sup>.

A descrição feita pelo ribeirinho é um alerta e também se vê a preocupação dos moradores do Rio Maúba e de tantas outras comunidades espalhadas nas ilhas, sobre a situação socioambiental que vem ocorrendo na paisagem local e que interfere no cotidiano dos moradores. Essa situação é apresentada no mapa da cartografia socioambiental da comunidade (COSTA e MARTINS, 2019), a qual trata também da escassez do camarão dentro do rio, e esta, ligada ao monocultivo da palmeira do açai.

Contudo há quem mencione outros motivos para esse fenômeno, como relata o senhor Heraldo sobre a situação da Costa Maratauíra. Para este entrevistado, o principal motivo da erosão da margem dos rios são as embarcações que tem passagem constante pelo local. Os motores mais potentes provocam maresia a todo momento nas beiradas e jogam a terra da margem de rios, furos e igarapés comprometendo até a estrutura das casas. Assim diz ele: “Esse motivo é a embarcação, é muita maresia, ontem eu coloquei um pedaço bem ali atravessado que tá saindo tudinho o achapus<sup>15</sup> já, mas é muita maresia, muita embarcação e agora só motores pesado” (Heraldo Ribeiro, Costa Maratauíra, 2021).

Para minimizar esses efeitos, os moradores têm buscado estratégias para evitar a erosão das margens do rio, principalmente porque ameaça a estrutura das casas que estão localizadas nas margens. Isso tem comprometido a estrutura das pontes e das próprias moradias. Então o entrevistado propõe como medida colocar tronco de árvore atravessado o solo para minimizar o impacto da maresia. E assim, o que antes era papel da mata ciliar, tal como a aninga, tão característica da região, seu Antunes explica da seguinte forma:

Quando a pessoas quer fazer uma limpeza no manejo do açazal, sempre, na cana também foi assim, dá esse impacto no rio. Porque sempre foi assim, da gente cortar os aningais, o turiá né, todas aquelas situações excesso na beira e ai sempre. A gente tá vendo que com essa retirada desses matos, dessas aningueiras, de turiá e de muitas outras, isto a gente tá vendo que as beiras estão ficando fracas e a beiras vem caindo, mas a gente sempre pensa de ter um terreno limpo, preparado, pra quando encostar o barco, a rabeta, a muntaria, mas a gente tá vendo que isso daí prejudica o meio ambiente (Antunes Cardoso, Costa Maratauíra, novembro de 2020).

<sup>14</sup> O relato foi feito por ocasião de trabalho de campo no curso de especialização AGIS, em 2018.

<sup>15</sup> Termo utilizado por ribeirinhos da área de várzea das ilhas de Abaetetuba, para os tronco de árvores que são utilizados para firmar os esteios das casas, para evitar que as casas cedam a erosão.

O estudo de Nunes e Pinto (2017), sobre as matas ciliares mostram a importância dessas espécies destacando a proteção do rio. Elas também protegem as margens do assoreamento, a temperatura da água, o sombreamento e a alimentação das espécies de peixes, além do fortalecimento do solo, estimulando a necessidade de promover o reflorestamento.

Em campo foi possível perceber os igarapés com características diferenciadas do que é relatado por moradores sobre o passado, pois para eles, os igarapés têm em sua estrutura interna, os poços. Nesses poços havia variedades de cardume de peixes, como é frequente escutar em relatos como este: “antes era grande quantidade de peixe, tinha camarão só do graúdo, a gente ia rápido pescar e já tinha a boia, hoje em dia o cara coloca quantidade de matapi e não dá um prato” (Maria Costa, Costa Maratauíra, 2021).

A descrição dos moradores, expressa sua desolação no ato de colocar o matapi e saber que não vai pegar mais que um prato de camarão. Os motivos são diversos e vão desde a mudança do tempo, que é símbolo da cultura do povo ribeirinho, o qual se vê alterado, modificado pela monocultura em seu território.

Os estudos de Urano destacam que: “O conceito de paisagem abriga uma curiosa ambivalência: refere-se tanto ao ambiente físico que se apreende com o olhar, quanto a sua representação” (URANO, 2020, p. 134). Essa interação com a mudança de paisagem se verifica nos relatos dos sujeitos que vive estabeleceram uma relação com a várzea e que percebem alteração paisagística, pois é comum olhar para e ver a predominância de uma única espécie em predomínio, a qual vem provocando a retirada das espécies nativas.

O Pai Pedro, parte de um grande emaranhado que recorta a vasta área insular do município de Abaetetuba e liga a Costa do rio Maratauíra ao outro furo maior, o Maracapucu-Miri e deságua tanto no rio Maratauíra, quanto no rio Tocantins, tem uma representação ainda maior. Na memória dos entrevistados e entrevistadas, o Furo Pai Pedro, mais que um lugar de passagem, foi lugar refúgio de cabanos, de um sistema de uso comum baseado na floresta e no cultivo de recursos, além de um entreposto comercial, a *Casa Branca*, que por muito tempo foi a responsável por um sistema de aviação estabelecido nessa região das ilhas.

A passagem do tempo traz outros elementos a essa paisagem na medida em que as transformações mudam o cotidiano e a forma do Furo Pai Pedro. Tais mudanças tendem a uma maior proporção, com as afetações nas áreas de cultivo onde se predomina a várzea, e na pesca. Essas mudanças têm causado efeito no hábito alimentar, principalmente para quem depende da pesca como meio de sobrevivência. Durante a oficina, moradores da Costa Maratauíra, assim descreveram a área de entrono do Pai Pedro (Figura 5).

**Figura 5:** Vista da paisagem do Furo Pai Pedro na percepção dos entrevistados e entrevistadas



Legenda:

- 1- Pesqueiros
- 2- Embarcações
- 3- Olarias

- 4- Casas de madeira
- 5- Casas cobertas de palha
- 6- Campo de futebol
- 7- Roças

- 8- Açaizeiros
- 9- Poços de Igarapé
- 10- Igarapé da Velha
- 11- Árvore de 200 anos

**Fonte:** Pesquisa de campo, 2021.

O croqui acima traz as lembranças de como era a paisagem antes e ajuda a mostrar o que tem sido modificado. Como explica a legenda, a pintura verde representa a mata virgem, substituída hoje pela monocultura do açaí, os peixes em abundância que tinha antigamente, bem como os igarapés marcados com seus poços que hoje são quase inexistentes.

O conceito de paisagem tratado neste trabalho, diz respeito a sua relação com o território, um lugar que é vivido por comunidades onde perpassa as experiências vivenciadas por sujeitos. Aquilo que é vivido de forma próxima com os animais, o solo, o clima, o rio e a floresta. Faz-se pensar na paisagem formada por um conjunto de elementos que o ser humano interage, como afirmam Castro, Cunha, Santos (2005):

A paisagem é constituída por um conjunto de elementos, dos quais fazem parte os processos naturais e a utilização que deles fazem os grupos humanos, apresentando determinada organização e estrutura espacial. Qualquer uma das componentes existentes apresenta clara dependência em relação a um todo, resultando sempre da sua interação no tempo e no espaço. Desta forma, é a materialização das componentes físicas e humanas que reveste de sentido aquilo a que chamamos paisagem e que constitui, no fundo, o território. (2005, p. 139).

Como argumentam os autores, a paisagem é uma formação que se constitui por um conjunto de materialidade, que se manifesta conforme a cultura local. Nessa perspectiva, a

utilização dos recursos naturais feita por grupos humanos se liga a mudança na paisagem. Isso se estabelece na luta pela sobrevivência, mas que interfere na floresta e na água, na medida que essas paisagens são exploradas.

Victor Toledo e Barrera-Bassols (2015) apontam que a expansão da espécie humana está ligada a diversificação biológica e da paisagem e o ser humano tirou proveito disso para suprir suas necessidades, a partir da sua relação com a natureza, desde uma “apropriação adequada”. Essa forma de uso por comunidades espalhadas no mundo todo, demonstram uso prudente da biodiversidade. Tal “condição humana” (ARENDR, 2007), reflete as próprias ações do tipo de trabalho, o qual é vital, pois estimula a forma de pensar sobre as atividades cotidianas realizadas.

Ao aproximar a abordagem de Toledo e Barrera-Bassols (2015) a este objeto de pesquisa nota-se que “as ações” dos agentes sociais estão baseadas nas suas vivências, as quais estão intimamente relacionadas aos recursos que o meio ambiente proporciona. O relato de um entrevistado pode exemplificar esse argumento:

Várias vezes eu tive a proposta de sair daqui e ir trabalhar pra fora nesses empresas, mas aí eu penso: aqui eu não tenho salário. Se eu não tenho nada pra dá pra minha família, eu vou pro rio, joga a minha rede ou coloco um matapi e já tenho o que comer, porque somos privilegiados no lugar que a gente vive (Adevaldo Costa, Costa Maratauíra, 2021).

O relato do entrevistado configura a relação íntima que há entre esses agentes sociais com o seu território, o seu lugar de vida. Esse o lugar onde está o ribeirão é o elo, conforme afirma Yi-Fu Tuan (1980), estabelecido entre seres humanos, assim como a pesca e as atividades de coleta e manejo da terra e isso reflete nas relações socioambientais, a partir das suas vivências.

A utilização de embarcação, sempre foi um elemento importante para ligar esses sujeitos com o lugar que habitam. Sendo necessário sua utilização para se locomover nos rios, furos e igarapés, para a atividade de pesca, transportar açaí e até mesmo ir a casa das pessoas e a cidade. Como dito anteriormente, a locomoção das comunidades ribeirinhas se dá através do rio, e as embarcações são essenciais para a locomoção, principalmente em se tratando da várzea, devido o solo úmido e as travessias que há entre rios, furos e igarapés.

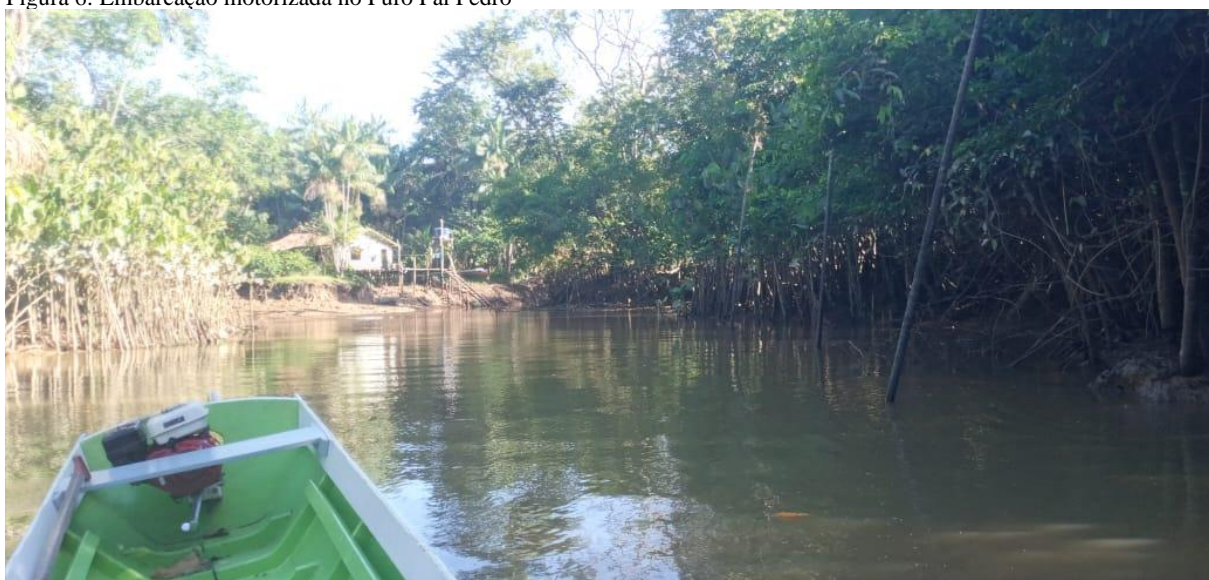
No passado recente havia poucas embarcações motorizadas e assim, as viagens até a cidade se davam através da canoa – o casco – movida a remo, e duravam horas para chegar, visto que dependiam da força de quem remava. Quanto mais distante o rio da cidade, maior o

tempo de viagem e assim, muitas vezes, as famílias se juntavam para irem juntas remando até a cidade. Na entrevista feita com um morador, ele relata como era esse modo de vida:

Ninguém tinha motor, isso foi aparecendo, por aqui, nós tinha batelão, que a gente levava a cana, pra indústria, o pessoa usava pra trabalhar na olaria também, a gente ia a remo pra cidade, uma ou duas vez no mês, a gente demorava mina pra chegar (risos), hoje em dia não, em menos de uma hora a gente chega lá. (Entrevistado, Manoel José Costa, Costa Maratauíra, 71 anos).

Hoje, poucas pessoas remam ou tem montaria (canoas). A embarcação movida a motor na atualidade é o principal meio de locomoção nos rios, o que facilita o acesso a diversas localidades, e beneficia o transporte do açaí, bem como o tempo de deslocamento de um lugar ao outro.

Figura 6: Embarcação motorizada no Furo Pai Pedro



Fonte: Alex Ribeiro, 2021

Outros elementos da paisagem também foram se modificando ao longo dos anos como descreve a entrevistada: “Tinha uma olaria, bem na entrada do furo do lado esquerdo de quem entra, do outro lado tinha uma sede do clube de futebol Itamar Sport Clube, que ficava do lado direito. As festas eram bonitas lá! O campo ainda existe” (Maria Costa, Costa Maratauíra, setembro de 2021).

Da descrição feita pela entrevistada, sobre os objetos que era possível visualizar na paisagem, não há mais a olaria e o campo, nem a sede da entrada do furo. Na medida que as memórias são relatadas, surgem elementos que marca a trajetória desses agentes sociais. O campo de futebol Itamar Esporte Club, ambiente onde ocorre a prática esportiva, ainda é

ambiente de jogos com equipes de outras comunidades, mas não com a grandeza que havia no passado, como a rivalidade entre o Itamar e o time de futebol do rio Maracapucu chamado Claudinho.

Quando tinha o evento reuniam-se dezenas de pessoas para ver o jogo, que era sempre de emoções, o campo de futebol recebeu times tradicionais de Abaetetuba, como é o caso do Abaeté Esporte Clube e o Vênus Atlético Clube. Hoje, o assoreamento tem também afetado esse espaço de lazer, que promoveu e ainda promove a sociabilidade dos comunitários.

Esse campo ele é antigo, uma coisa que nós ver que mudou é a beirada dele que caiu, a terra caiu bastante e quanto mais o tempo passa, mas a terra cai. Outra coisa é a participação, o pessoal que tem hoje, parece que não tem amor por isso. Tem tarde que não dá ninguém, eles prefere ir pra Arena do Jupariquara, até demais longe, só porque é mais moderno. Tudo que eu vive aqui, deixa eu desanimado (Ivanildo Cardoso, Costa Maratauíra, 42 anos).

Com efeito, o abandono do campo de futebol do Pai Pedro por outro “mais moderno”, implica mencionar não só o assoreamento das margens, mas no desaparecimento de outros cursos d’água. Os entrevistados mencionam o Furo do Ira, um afluente do Pai Pedro, que com suas curvas sinuosas, cortava extensa porção das ilhas. Antes, era ele quem dava ao rio a trajetória mais extensa comparado o itinerário pela costa do rio Maratauíra.

O igarapé da Velha, que deságua no Furo Pai Pedro é outro espaço que aciona a memória local e a relaciona a aspectos mais marcante na história do Pará. Diz respeito a Cabanagem, certamente o mais notável movimento revolucionário na história do Pará ocorrido entre os anos de 1835 e 1840 (FERREIRA, 2020). Conforme a autora, a cabanagem foi uma revolução com muitas histórias, embora a centralidade esteja voltada na luta do povo negro por espaço social e a luta contra a opressão dos brancos. Mas é importante ressaltar que o movimento se espalhou na Amazônia, como o caso da Vila de Beja (distrito de Abaetetuba), destacada por comandantes da guerrilha como lugar privilegiado pela fertilidade do solo e escoamento da produção.

Os entrevistados relataram que o Igarapé da Velha, serviu de esconderijo de cabanos, que foram perseguidos durante o período mencionado. Nos relatos, fazem menção a uma senhora que foi assassinada e velada nesse igarapé, daí o nome desse topônimo. Diz a entrevistada:

Os mais antigos contavam que nesse igarapé uma velha fugia da revolta da cabanagem, ela foi se esconder pra esses lados com medo que matassem ela, aí parece que pegaram ela, mataram e enterram ela nesse Igarapé e assim ficou o nome, ‘igarapé da velha’, até porque lá começou a fazer barulhos, jogarem pedra. Lá tinha muitos poços e uma vez me jogaram uma pedra lá (Maria Costa, Costa Maratauíra, setembro de 2021).

Os poços aos quais a entrevistada faz referência, são muito comuns no Pai Pedro. Do ponto de vista físico são depressões que se formam no leito dos igarapés e lugar de procriação de cardumes de peixes endêmicos, ou seja, próprios desse ambiente. Por outro lado, eram lugares pouco frequentados, haja vista, as histórias de visagem contadas pelos entrevistados. Embora não tenha nenhuma ruína de cemitério ou tumulo no local, nos relatos mencionam pedras que eram arremessadas ou barulhos que causavam arrepios. Esses são indícios de um acontecimento real que marcou a história do Pará.

As travessias das baías, rios, furos e igarapés sobre a revolta da cabanagem destaca a violência e expropriação de terras e de cabanos que tiveram seus corpos desaparecidos nas matas e nos rios do Grão-Pará (FERREIRA, 2020). O Igarapé da Velha carrega consigo o sangrento conflito. Por outro lado, os poços, verdadeiros criadouros de peixes, ao serem preservados pelos espíritos invisíveis da mata, deixava antever um modo de proteção dos recursos naturais. Pois ao não serem alterados com frequência, permitiam o desenvolvimento dos peixes, que ao atingirem a fase adulta, desciam para o igarapé e rios.

Conforme descrito no croqui (figura 5), os igarapés eram tomados por poços, nesses locais havia diversas espécies de peixe. Hoje os peixes estão em menor quantidade e os entrevistados relatam o desaparecimento de algumas espécies, como afirma o entrevistado:

Hoje a gente não ver mais muito tipo de peixe, só que também o poço tá secando, têm muito pau de arvore e isso vai enchendo o poço, aí o camarão, o acará, jacundá, cachorro de padre tão saindo. Tem garapé que nem tem mais poço. Olha o bacú, que era o que mais se via aqui, num se vê mais e com isso até a pesca vai ficando ruim. A gapuia ninguém mais faz, antes era muita fartura. (Manoel José Costa, Costa Maratauíra, setembro de 2021).

É preciso ressaltar que o assoreamento altera os habitats dos peixes e isso leva a escassez do peixe, como apontam Ramalho et al (2014), quanto aos fatores que levam a ausência de peixes nos rios e seus afluentes. Isso se nota nos igarapés que estão com sua profundidade alterada, tendo como principal elemento os troncos das árvores que são jogados nos seus leitos.

De modo geral, o território de povos e comunidades tradicionais está sendo apropriado pela agroestratégia, a partir de projetos pensados para o crescimento econômico, o qual que beneficia o agronegócio e projetos ruralistas do estado (ALMEIDA, 2004), mas ameaçam a biodiversidade territorial.

Desta maneira é possível dizer que ribeirinhos e demais povos tradicionais da Amazônia, desempenham uma pluralidade de funções (ALMEIDA, 2012), tal como pescador, agricultor, peconheiro, caçadores e outras desempenhadas por pessoas que pertencem a este território. Nas ilhas de Abaetetuba, ainda se destaca a figura do oleiro e as olarias.

No entanto, na Amazônia paraense, as olarias mudaram sua configuração de produção nas últimas décadas. Aponta-se para a baixa dessa atividade a ação de órgãos fiscalizadores nas condições de trabalho (MACIEL, VALE E MOURA, 2013). Hoje, reduziu o número desses empreendimentos e os artefatos de barro (potes, alguidá no passado utilizado para amassar açáí, vasos, filtros), já não são fabricados como antes, embora ainda permaneçam a produção de telhas e tijolos, utilizados para a construção de casas.

A maioria das casas, hoje são de madeiras e de alvenarias, além de equipamentos modernos como geladeira, ventilador, televisão entre outros utilizados no cotidiano das famílias. O relato a seguir descreve como era antes:

Quem tinha casa de madeira era quem tinha uma condição melhor, era os dono de olaria, os viajantes também, ou quem tinha maior quantidade de terra. Tinha na beira da costa uma indústria imensa, que também era comercio, o pessoal trabalhava e nem recebia o que ganhava porque tinha que pagar o que tinha pego lá. Eles chamavam de ‘meus lambaia’ pra quem servia eles. (Maria, Costa Maratauíra, setembro de 2021).

O relato do entrevistado remete a questão do aviamento. De acordo com os estudos de Roberto Santos (1980), o aviamento é uma forma de crédito informal que foi muito utilizado no período de colonização do Brasil. Os trabalhadores faziam seus débitos e pagavam com seu trabalho, enquanto sua dívida não tinha fim. Paralelo a isso, o termo “lambaia” citado na fala da entrevistada, remete a situação daquele que dependia do dono do comércio para sobreviver, seja para trocar o peixe ou a colheita da agricultura ou pelo trabalho. Era subordinado a quem tinha melhor condição patrimonial, que por sua vez eram portugueses ou famílias com melhor capital.

Além da agricultura uma das estratégias utilizadas pelos moradores para evitar o aviamento foi e é a prática da pesca. Essa prática realizada pelos pescadores e agricultores é a forma de expressar sua sobrevivência nesse território:

Antes, o nosso terreiro tinha muita planta pra remédio, tinha os roçado. O nosso roçado era nossa comida, o arroz, feijão, milho, jerimum. E as roças não era pro centro do mato. Hoje tem que carregar o açáí de longe mesmo, esse é o nosso trabalho hoje. A gente veio de escravidão, tinha gente que penava na tiração de barro pra olaria, o trabalho com a cana, trabalho pesado mesmo e os senhores que tinham propriedade, eles exploravam mesmo. Se tu ia passando no rio e eles te chamassem, tu tinha que voltar pra ver o serviço que era pra fazer. Ai de quem não voltasse. (Manoel José Costa, produtor de açáí, 71 anos).

As famílias, segundo os relatos, tinham como fonte de subsistência a agricultura. Como tinham dificuldade no acesso à cidade, plantavam em seus terreiros e faziam as roças na intenção de ter na terra, variedades de vegetais utilizados como remédio caseiro e alimento. Na

atualidade reduziu o número de hortas, e com a evolução das embarcações o acesso a sede municipal ficou mais fácil, assim, comprar alimentos é a opção mais utilizada, como é possível observar no relato da entrevistada:

O comida era a que nós fazia na panela de barro. Pegava tudo do nosso terreiro. Era uma comida gostosa, até o açaí que a gente tomava amassado no aguidá, o açaí tinha gosto. Hoje em dia nós bebi um açaí travoso, porque a máquina escangalha o caroço e essas comida de hoje, num dá nem vontade” (Lucimar Cardoso, Costa Maratauíra, 90 anos).

A opção por escolher o que comer e a forma como se alimenta é algo que vem sendo debatido acerca dos conceitos da soberania alimentar. Uma vez que com a modernização e o avanço da industrialização, vem se alterando o hábito alimentar, principalmente das comunidades rurais que tem um jeito próprio de fazer suas culinárias e suas refeições.

Subsistir na atualidade, em que a modernização é também responsável pelas mudanças desses hábitos alimentares, como se nota na fala da entrevistada, é a demonstração da resistência diante dos impérios alimentares que ofuscam a verdadeira sustentabilidade a partir do saber dos povos tradicionais (PLOEG, 2008).

Atualmente muitos tem suas redes e materiais de pesca feito de linha náilon, no entanto, o peixe está escasso. Antes tinha uma variedade de espécies: jacatinga, braço de moça, jandiá. No entanto, como fala o entrevistado José, “têm peixe que essa juventude que taí não conhece, nunca viu, nunca pescou com o pari, não sabem o que é” (Manoel José Costa, 71 anos).

Esses relatos explicam os modelos de pesca, antes. O pari<sup>16</sup>, por exemplo, era como se fosse as redes de pesca dos dias atuais. Como não havia condições para comprar rede de náilon, faziam o pari com a tala do jupatí<sup>17</sup>, um artefato como se fora um matapi aberto. O pari servia para várias práticas pesqueiras, principalmente dentro dos poços que havia no furo e nos igarapés que banham as margens do furo Pai Pedro.

Quando capturavam o camarão, as famílias tinham várias receitas e algumas se mantêm hoje, uma delas, a jacuba, uma refeição que sustentava as pessoas, como relata a entrevistada:

A jacuba era usada pelas mulheres antigas. Minha mãe colocava eu e meus irmão para descascar o camarão quando ele já estava frito, ai coloca no camarão água, a farinha, pimenta em pouca quantidade e limão, esses são os principais se tiver outros temperos

16 Conforme o Meu Dicionário de Coisas da Amazônia (MORAES, 2013, p. 132) Pano de talas e varas com que se constrói o cacuri, que é uma espécie de tapagem armada nas praias e onde o peixe que desce ou sobe a margem esbarra, resvala, procurando o fundo e cai no saco do cacuri.

17 Para (MORAES, 2013, p. 110), o Jupatí (*Raphia tadigera*) é uma palmeira típica de ambientes banhados pelo fluxo e refluxo da maré. “Do talo cilíndrico das folhas se extrai uma fibra alva, delicada, da qual se fabricam chapéus tão leves que parecem feitos de plumas”.

da pra colocar. Isso matou muito a nossa fome, mamãe colocava a gente na roda e fazia a roda de jacuba. (Maria Costa, Costa Maratauíra, setembro de 2021).

Assim, nota-se que a alimentação ribeirinha era proveniente dos recursos naturais, a forma comum dessas comunidades se alimentarem, sem necessariamente ter dinheiro, mas daquilo que produziam e tinha em seus territórios.

Antes os pescadores não precisavam de muito tempo para pescar, usavam suas ferramentas de pesca e com pouco tempo já pegava o peixe, hoje, se joga a rede e pesca-se sacolas plásticas, vidros, pneus, etc. É notório também que os próprios moradores jogam tais objetos nos rios, mas é notório também, que são embalagens e produtos de grandes empresas, que desde o início da revolução industrial não sensibilizaram as pessoas sobre o uso de seus produtos.

Se junta a isso a situação da palmeira do açaí que de acordo com Freitas (2021 apud, CAMARGO, 2021), vem trazendo sérios problemas não só para a Amazônia. Assim as espécies de árvores nativas estão ficando escassa, pois elas são retiradas para ser plantação do açaizeiro e comprometendo a funcionalidade da floresta. Nesse sentido, pode-se falar de uma condição humana a partir da alienação com relação ao mundo, pois o ser humano, ao criar ferramentas para fazer o seu labor leva em conta sua realidade, que desaparece a medida que novas ferramentas vão surgindo (ARENDDT, 2007). As figuras a seguir mostram as margens dos rios onde há manejo de açaizal e outra com a vegetação nativa mantida:

Figura 7: Vegetação nativa da várzea



Fonte: Pesquisa de campo (2021).

A figura 7, apresenta a saída de um igarapé na várzea, é possível considerar a permanência da mata ciliar, com espécies nativas que têm como característica a proteção da margem dos rios, a exemplo da aninga. Embora a imagem apresente a maré alta, o tráfego é melhor, além da preservação dos poços que contém peixes.

Figura 8: Igarapé assoreado

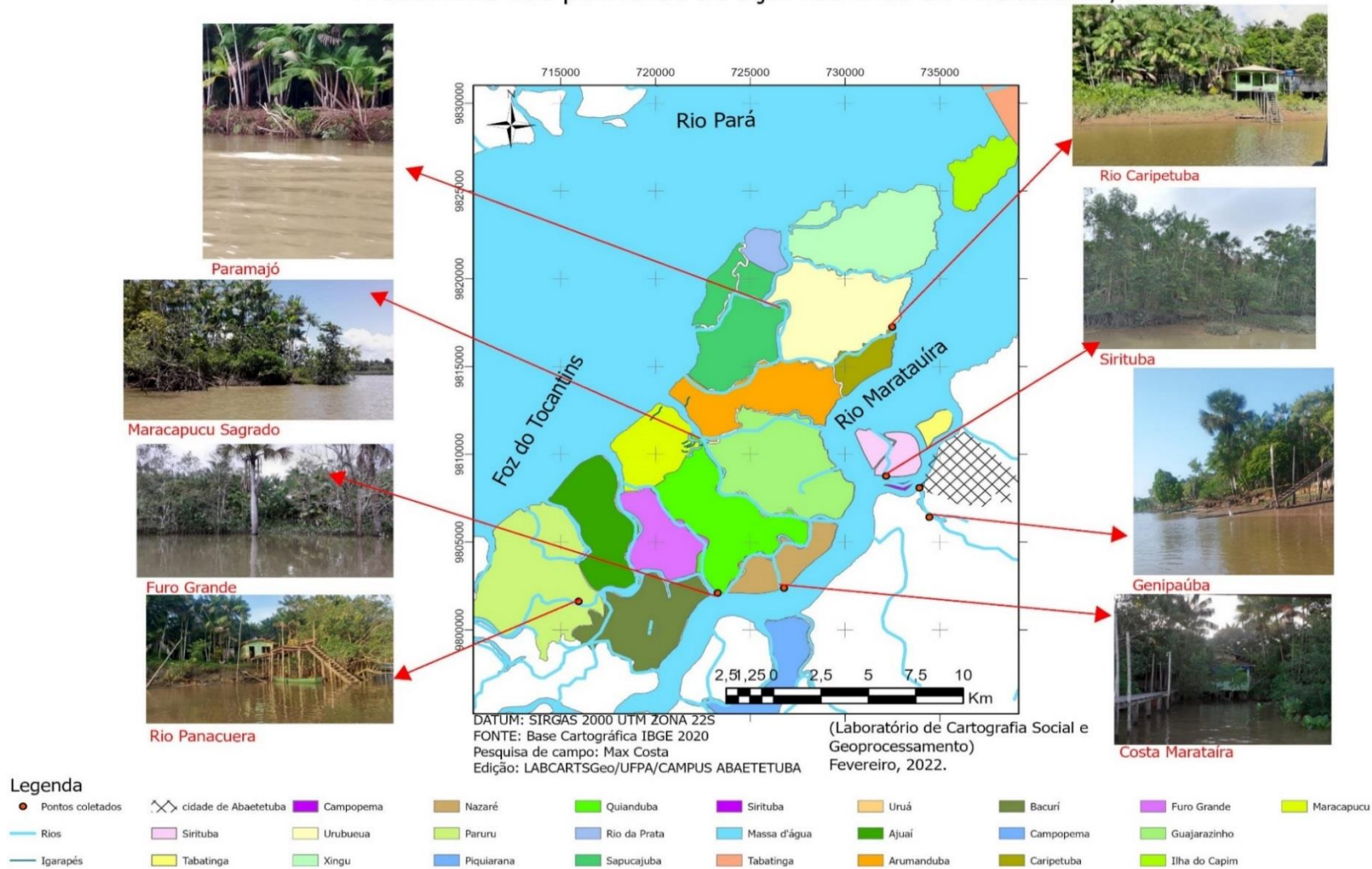


Fonte: Pesquisa de campo (2021)

Assim, a mudança se expressa na paisagem por meio do domínio de palmeiras de açai e sua consequência ao relevo, a figura acima é a representação da perda de um elemento fundamental para a subsistência das comunidades que pertencem a esse território. A figura 9, apresenta os pontos coletados em locais da pesquisa que demonstra os efeitos provocados pela monocultura do açai na várzea nas ilhas de Abaetetuba.

Figura 9: efeitos da monocultura na paisagem das comunidades

### Predomínio das palmeiras de açaí nas ilhas de Abaetetuba/PA



Fonte: LABCARTS, 2022.

Na figura 9 é apresentada locais onde a paisagem tem sido dominada pela palmeira do açazeiro. Além disso, apresenta as marcas deixadas pela erosão que leva o assoreamento do rio, o desmatamento da mata ciliar. Tais mudanças são registradas no relato do ribeirinho:

Se não tiver as árvores vai ficando mais complicado o negócio. Pelo menos eu tava olhando de umas certa mediação, esses dias agora, de uma certa mediação pra cá o açáí tá secando muito, aí eu fui hoje dá uma volta no fim do terreno, eu entrei pelo furo lá pelo Paulino, não se ver um bago de açáí em baixo da árvore, que é onde tem mais árvore, tem mais miritizerá, onde faz mais sombra (Heraldo Ribeiro, Costa Maratauíra, novembro de 2021).

A situação mencionada pelo entrevistado faz relação com o efeito de devastar e compromete a funcionalidade da floresta, na medida que a própria palmeira de açáí fica refém da alta temperatura, o que faz com que o fruto não tenha um amadurecimento regular dos frutos no cacho. Assim, enquanto uma parte está verde, tem caroços secos que se soltam dos cachos. Os efeitos que esse esquema de manejo provoca, pode ser compreendido na explicação dada pelo entrevistado a seguir.

Eu penso que muita árvore que é tirada e só fica o açáí. Vem acontecendo essa situação de que a terra seca, né, e o calor também é muito e até o próprio açáí seca, mas quando se trata da terra, pra que ela se tenha as árvores pra proteger, é uma situação que o açáí tuíra, açáí solido, mas isto é bom e aguenta mais na árvore. Se você tira as árvores, você vai sentir essa grande falta, que é dessas árvores, depois, acumular muito calor, esquenta mais e o açáí seca. E a pessoa que apanha o açáí não vai aguentar, porque quando é tarde, das onze horas em diante, ele não tá aguentando, porque é muito calor, mas se você deixa as árvore de uma forma padrão traz muita vantagem pro açáízal (Antunes Cardoso, Costa Maratauíra, novembro de 2020).

O relato do entrevistado evidencia a necessidade da diversidade de espécies vegetais para proteger a funcionalidade ecológica. O calor é outra realidade que vem incomodar conforme é mencionado no relato. Por outro lado, mostra a alteração no cotidiano dos ribeirinhos, que tendem a acordar mais cedo para trabalhar, como para aproveitar o tempo em que a temperatura está mais baixa. Embora não seja objetivo deste trabalho tratar sobre mudanças climáticas é interessante alertar para esse contexto. Pois nas hipóteses dos moradores desses territórios, elaboradas a partir das vivências e de anos da experiência do contato com a terra, a floresta e o rio, estes são fatores a serem considerados. Porque escuta-se dizer que o apanhador de açáí não dá mais conta de exercer sua prática depois das onze hora da manhã, devido a elevada temperatura, significa que ele deve começar a subir no açazeiro mais cedo, para encher o necessário de rasas de açáí e assim, garantir sua sobrevivência.

De uma perspectiva mais técnica, conforme aponta Freitas (2021 *apud*, CAMARGO, 2021) sobre a demanda do açaí, toda essa situação traz sérios problemas para a várzea amazônica, visto que as espécies de árvores nativas estão ficando escassas, pois elas são retiradas para ser plantado o açaizeiro, comprometendo assim, a funcionalidade da floresta.

### 4.3. A comercialização do açaí

Estudos sobre a comercialização do fruto do açaí, como analisado por Azevedo (2019), Pinto e Souza (2019), nas ilhas Capim e Maúba, respectivamente, bem como, sobre o potencial econômico do fruto (TEIXEIRA, 2018), tem-se em conta, não só o produto. Verificam quais agentes sociais da cadeia produtiva são mais afetados no processo de comercialização do açaí, voltando-se para os quais vivem no território e movimentam a saída do fruto.

Esses agentes sociais que ao longo do tempo utilizaram um modelo de tecnologia contrário a “modernização” ou “desenvolvimento”, seja na coleta de açaí, seja em outras práticas tem suas vidas transformadas por uma mundialização que se une a busca desenfreada pelo desenvolvimento e consolida a organização do espaço para a articulação do capitalismo (SANTOS, 1994).

O quadro a seguir apresenta características das categorias da produção do açaí, desde a coleta até a comercialização do fruto:

**Quadro 2** – Categorias da produção de açaí.

| <b>Categoria social</b> | <b>Quem são</b>  | <b>Atividades exercidas</b>   | <b>Ferramentas</b>   |
|-------------------------|--|---|--|
| <b>Produtor</b>         | Dono do açazal   | -Arrendamento de pontas de outros produtores<br>-Pesca na entressafra do açaí   | Lona.<br>Rasa.<br>Embarcação.  |
| <b>Peconheiro</b>       | Proximidade com o produtor (filho, sobrinho, amigo).<br>Pescador.<br>Trabalha no manejo do açazal. | Trabalha no manejo do açazal.<br>Coleta os cachos de açaí.                      | Peconha.<br>Faca.  |
| <b>Debulhador/a</b>     | Homens e mulheres.<br>Pescadores (Esposas de peconheiros e produtores)                             | Retira o açaí dos cachos e armazena os frutos em recipientes denominados rasas. | Luva de tecido e roupas longas para se proteger da picada de insetos, outros não acham necessário. |

**Fonte:** Pesquisa de campo, 2022

O quadro aponta para as funções desempenhadas pelas categorias que realizam mão de obra na comercialização do fruto. O produtor, por exemplo, é dono dos açazais, mas há produtores, que dada a baixa do preço no mercado no período da safra tem realizado o arrendamento na perspectiva de reduzir as despesas e assim ter uma melhor renda da sua própria produção.

Na concepção de Guedes e Cazella (2018), o arrendamento é uma forma de ampliar negócios financeiros. Trata-se de uma prática antiga, e ainda é muito utilizada onde há um contrato entre agricultores envolvidos na negociação. No caso dos produtores de açaí deste estudo, o contrato do arrendamento, se dá oralmente, por meio da palavra.

Quanto aos peconheiros e debulhadores, são categorias essenciais no processo de coleta e técnica de preparação das rasas. Essas pessoas estão atreladas ao produtor. Existe a confiabilidade neste processo, então há um grau de parentesco ou de amizade entre essas categorias e o dono do açazal.

Neste sentido, é importante refletir, quem de fato vem obtendo lucro financeiro com a alta produtividade e comercialização do açaí. Santiago et al (2017), afirmam sobre a valorização do produto:

Devido à grande valorização e crescimento da demanda pelo fruto, este passou a ser responsável por uma grande movimentação na economia, crescendo sua importância tanto no mercado nacional quanto no internacional. Seu uso chegou à indústria de cosméticos, tanto nacional quanto internacional, para a produção de cremes, shampoos dentre outros. Suas sementes são utilizadas no artesanato da região norte, as folhas para a produção de produtos trançados (bolsas, redes, sacolas, etc) e, devido sua resistência, serve como cobertura de casas (produção de telhados). Assim, o açaí é rentável não somente para o produtor/coletor, mas também para os demais agentes da cadeia de comercialização (SANTIAGO et al, 2017, p. 5).

Como se nota no excerto, o mercado do açaí movimenta a dinâmica econômica a nível mundial. No entanto, nem sempre é rentável para todos os agentes que se “beneficiam” da extração do açaí, que desconhecem o fim da cadeia de comercialização. O entrevistado analisa dessa forma:

Nós aqui não sabe, até onde chega esse nosso açaí, o que se sabe é que ele tem uma saída grande, mas quem passa o maior trabalho é o que menos ganha. Meu medo é que este açaí, é que venha acontecer pra ele o que aconteceu com a borracha, o cacau. Eu mesmo não sei o que nós vamos fazer (Vitor Dias, Costa Maratauíra, novembro de 2021).

As comunidades ribeirinhas demonstram as incertezas com relação a renda provenientes do fruto do açaí, como mencionado acima, haja vista a experiência adquirida com o *boom* do leite da seringa, bem como o fruto do cacau. De outra perspectiva, a movimentação do açaí, no sentido estrito da palavra, mudou o sossego que antes caracterizava a beira do rio. Atualmente, no período da safra, essa movimentação aumenta como menciona a moradora:

Aqui na beira da costa é um lugar onde passa muita embarcação, passa barco até de outros municípios. De manhã começa cedo, três horas da madrugada passa barco com açaí, até umas seis da manhã, depois começa a tarde, uma, duas horas da tarde começa e não tem hora pra parar. Os barcos passam chapados de açaí. A gente tem medo até de sair à noite porque é escuro e fica arriscado ter acidente (Maria Costa, Costa Maratauíra, novembro 2021).

O movimento intenso das embarcações se liga a forma de comercialização do açaí. Pela manhã as embarcações de freteiros ou pessoas ligadas aos produtores, conduzem o fruto em rasas para vender na feira. Segundo o entrevistado os ribeirinhos negociam o fruto do açaí da seguinte forma:

Cada um tem uma forma de vender o açaí, eu observo muito isso. Eu entrego direto pro meu patrão, ele me ajuda no inverno quando o açaí tá fraco, por isso eu não viro a costa pra ele. Mas como tô lhe falando, cada um faz de um jeito. O “fulano” ali, ele organiza a família dele e eles vão entregar direto pro maquinário. Tem gente que leva pra feira da cidade, mas é arriscado, se dá tampa de açaí tem prejuízo. O meu sobrinho um dia desses, ele comprou do pessoal pra levar pra feira, ele comprou a 23 reais, chegou na cidade e vendeu a 19 reais, aí veja um prejuízo desse (Manoel José Costa, Costa Maratauíra, novembro de 2021).

Logo, várias possibilidades para a venda do produto. Ou seja, coletar o açaí e vendê-lo diretamente na feira, para o atravessador ou acertar a venda com um maquinário. Destaca-se o período da safra e entressafra é marcada pelas variações de preço, sendo assim, a cadeia comercial está diretamente ligada a chamada demanda da oferta e da procura. O período da safra reflete também na qualidade de volume do fruto, na entressafra essa qualidade é média ou fina, e os preços nos pontos de venda do município altos, quando relacionados a qualidade. Ao contrário, na safra o açaí fica numa qualidade média para grosso é o preço fica baixo para comprar em boa qualidade (SANTOS, 2019).

#### **4.4. O produtor**

O produtor é aquele que maneja o terreno, que chama os trabalhadores para fazer toda a limpeza, que toma a decisão de como vai ficar sua produção, isto é, a forma de manejo, levando em consideração a distância das árvores, que espécies vai manter, a quantidade de pés de açaí que vai plantar. Contudo, nos dias atuais, devido a demanda exigida no mercado em

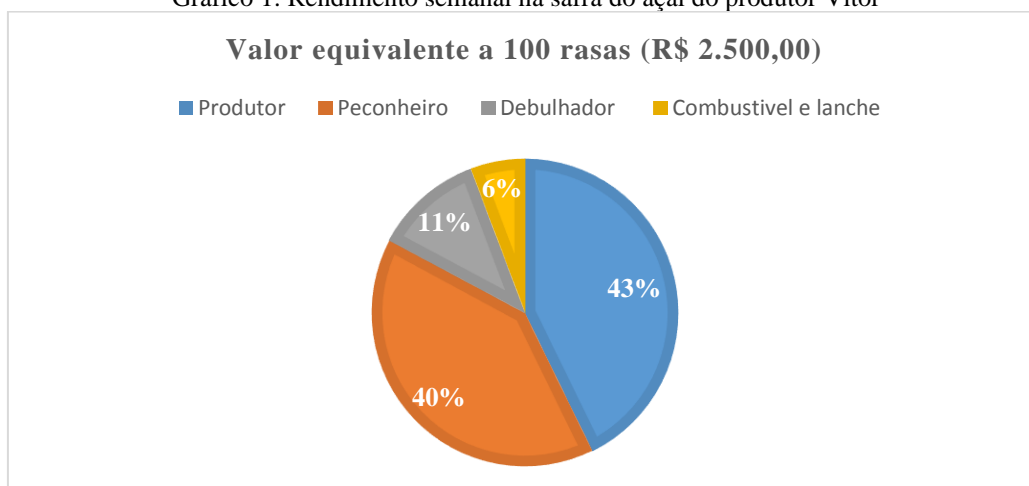
decorrência da popularidade do açaí, o produtor vê nessa possibilidade a fonte maior de sua subsistência e da sua família e assim obter melhor qualidade de vida. Porém, os custos e as despesas, reduzem o lucro para o produtor, se comparado o valor exorbitante das empresas e o considerável lucro dos atravessadores, presentes no “negócio”. Para o entrevistado o produtor é prejudicado:

Aquilo que o produtor ganha é muito baixo, quando a venda abaixa muito. A gente se preocupa porque tudo tá caro e nós não damos o valor da rasa, aí as despesa é alta. Como nós faz só com o peconheiro? Que não é um trabalho fácil, eu tenho vergonha de pagar um preço ruim. Tá certo, que hoje o que a gente ganha dá pra comer, comprar um remédio, alguma coisa pra casa, mas no inverno o cara já fica liso, porque o que o que ganha, dá só pra se manter, pro pequeno produtor é assim (Giovane Rodrigues, Furo do Panacuera, dezembro de 2021).

O relato apresenta o desafio financeiro que os produtores arrecadam no período de safra, comparado as despesas para manter os trabalhadores em sua propriedade. Tais dificuldades se justificam pela oscilação do preço do fruto, fator determinante para não dar condições econômicas favoráveis para assinar a carteira de um trabalhador - a exemplo do peconheiro - com todos os direitos trabalhistas de um funcionário. Se soma a essa questão, ainda o fato de ser a única fonte de renda de grande parte dos produtores, os quais passam a depender somente do açaizal. Além disso o fruto do açaí não tem um valor fixo, pois o preço não é definido pelo produtor, mas sim pela venda na feira ou nos grandes mercados que estão no topo da cadeia e que influenciam direto na determinação no valor do preço.

Outro entrevistado, o senhor Vitor, fez um relato ao utilizar os números que são gerados sobre o preço do açaí na dinâmica existente várzea. Ele explicou que sua área de terra é de 5 hectares e utiliza a área por coleta com dois debulhadores, sendo que na maioria das vezes ajuda neste serviço, e ainda três apanhadores de açaí. Segundo este entrevistado, na safra, seu terreno produz em média 100 rasas de açaí por semana. Com a baixa do preço em 2021, o açaí teve uma queda chegando a um valor de 23,00 reais/rasa, assim ele decidiu entregar direto ao maquinário em um custo de 25,00 reais, sem passar pelo atravessador. No mês de outubro, vendeu o açaí para o maquinário na cidade de Abaetetuba, por um valor acima daquilo que é pago pelos atravessadores no porto. Gráficamente, pode-se a situação fica assim explicada:

Gráfico 1: Rendimento semanal na safra do açaí do produtor Vitor



Fonte: Pesquisa de campo, novembro de 2021

O gráfico apresenta que no período de uma semana, o produtor arrecadou de saldo líquido de sua produção 43%, 6 % da arrecadação bruta foi destinada a despesas com alimentação e transporte durante os serviços. O peconheiro obteve 40% da renda bruta enquanto o debulhador ficou com 11%. É importante ressaltar que nesses dados apresentados pelo entrevistado não foi contabilizado seus gastos com o manejo do açaizal.

É possível verificar lucro obtido do entrevistado Vitor, no período que a coleta da produção é mais intensa na safra. Desta forma, é possível analisar as dificuldades para assalariar trabalhadores o que é reflexo da arrecadação incerta do lucro produzido nas pontas de açaizais. Produtores como o senhor Vitor estão inseridos em um circuito de comercialização menor, uma vez que ele faz a entrega direta ao maquinário. Pinto e Souza (2019) mencionam essa situação na forma de aviamento na região das ilhas, que se trata dos produtores que emprestam um valor financeiro no inverno para pagar ao atravessador, também chamado de marreteiro, no período da safra do açaí.

A pesquisa de Azevedo (2019) aponta que os marreteiros também pagam um valor abaixo do estipulado no porto do produtor. Mas ainda que esse agente não tenha despesas com o combustível, o valor sai mais abaixo, haja vista que na ilha do Capim, onde o estudo foi feito, as embarcações utilizadas por esses marreteiros têm capacidade de 600 a 800 rasas de açaí. Contudo, para o produtor não é benéfico, pois o valor recebido é baixo, um dos motivos de Azevedo propor o cooperativismo como saída para a comercialização.

Soma-se a essa situação o fator distância entre o produtor e o local da venda. É o que se verifica no caso do produtor do Maúba, a localidade mais distante da cidade. Esse agente se diferencia daqueles que estão na Costa Maratauíra, Sirituba, Genipauba, dada a proximidade

com a cidade de Abaetetuba, o centro mais próximo de comercialização. Devido a essa condição, as despesas com combustível, alimentação, segurança e tempo serão determinantes para o rendimento, mas isso não se verifica no preço imputado pelas empresas e maquinários, o que deixa esses produtores nas mãos do atravessador, enquanto não há um cooperativismo.

#### **4.5. O peconheiro e o debulhador**

O peconheiro ou apanhador é a categoria essencial na extração do açaí. Cabe a este sujeito o papel de escalar várias palmeiras de açaí, munido de um facão para cortar os cachos do fruto e encher as rasas, que devem comportar ao menos 14 kg. Na maioria das vezes faz uso de *short*, e camisa que protege seu peito no contato com o açaizeiro. A peçonha, que é um material feito pelas suas próprias mãos é colocada nos tornozelos e deve ser bem amarrada para evitar acidentes e assim ajuda a impulsionar o sujeito na subida dessa palmeira.

O trabalho de Silva e Ferreira (2020), sobre as condições de trabalho do peconheiro, menciona os riscos aos quais ele se sujeita nesse tipo de trabalho. Segundo as autoras, isso viola o conceito de trabalho decente, pois a ação de subir e descer das palmeiras é a que mais apresenta risco ao trabalhador informal, como explicam:

Compreende-se que a cadeia produtiva do açaí envolve diversos agentes que estão interligados entre si, correspondendo a um ciclo longo de trabalho. Apesar da existência de diversos postos de trabalho, é preciso reconhecer que são empregos informais e estão sendo desempenhados em condições precárias de trabalho, merecendo atenção daqueles que se beneficiam da cadeia produtiva, como por exemplo, as empresas, os varejistas e o consumidor final. (SILVA, FERREIRA, 2020, p. 63).

Portanto, mesmo que os peconheiros sejam determinantes no início do circuito de comercialização do açaí, não há quem se atente para a situação dessa categoria. Principalmente da parte das empresas, as quais faturam milhões de dólares, enquanto esses sujeitos com muito esforço físico vão buscar o fruto nas alturas, em palmeiras de até 20 metros, mas com uma remuneração baixa.

Figura 10: Peconheiro escala no açazeiro



Fonte: Pesquisa de campo, dezembro de 2021

Na figura 10, a qual mostra o peconheiro com os utensílios que utiliza na atividade, se diferencia do peconheiro de anos atrás: a faca presa na parte interna das suas vestes, a peconha que antes era feita da folha do miritizeiro (*Mauritia flexuosa*) ou açazeiro, hoje é feita com sacos de ráfia, por ser um material mais resistente e tem maior durabilidade. Outra característica é a utilização de calçados. O uso de bota curta, minimiza risco de acidentes e impede que os pés fiquem doloridos no atrito com o açazeiro, como menciona o peconheiro na entrevista:

O meu trabalho aqui é como peconheiro, que vai apanhar o açai, vai trazer o açai lá da rama da açazeira pra baixo, que é uma missão muito importante. Ser peconheiro é acordar cedo no período da safra do açai pra poder tirar o açai, que aqui na região ribeirinha é o que nos sustenta. Dentro desse nosso trabalho a gente tem vários riscos e o principal deles é cair da açazeira, de arrebentar, o que a gente chama de peconha, pra poder subir. Também a gente trabalha com faca pra cortar o cacho, aí a gente pode se furar com a faca. É um risco muito grande. O açai deveria ser mais valorizado pra gente sobreviver melhor (Thainan Pinheiro, Tucumanduba, dezembro de 2021).

Quanto ao pagamento, não há um valor fixo para essa categoria, isso porque o preço varia no período de safra e entressafra. Por isso não é possível ao produtor efetivar um preço ao serviço prestado pelo peconheiro. E isso pode prevalecer sem se vislumbrar melhorias, enquanto não houver uma atenção política que regule as empresas, as quais determinam o valor e se beneficiam com a extração do fruto, e se crie alternativas que assegurem o trabalho desses que compõe a cadeia.

Não há um número exato da quantidade de palmeira que é necessário subir para encher uma rasa, isso porque os tamanhos dos cachos variam. Na entressafra ou no início e final desta, a tendência é que os cachos de açai sejam menores. Assim, o peconheiro deve subir maior

número de açazeiros, como relata o entrevistado: “A gente tem que subir na safra do açaí umas três ou quatro açazeira, porque os cachos são maiores e o bago do açaí é graúdo, mas nem sempre é assim. Por *apanha* não dá pra contar” (Adevaldo Costa, Costa Maratauíra, novembro de 2011).

No ano de 2021 houve queda do preço do fruto do açaí, que chegou até R\$ 7,00, no auge da safra e o valor máximo nesse mesmo período, não ultrapassou R\$ 15,00. É importante salientar que em algumas situações o peconheiro assume a função de debulhador, o que aumenta seu pagamento em torno de R\$ 2,00 a R\$ 3,00. No entanto, como bem menciona o entrevistado: “Quando nós *apanha* e *disbulha*, nosso serviço atrasa mais, a gente chega mais tarde na nossa casa” (Adevaldo Costa, Costa Maratauíra, dezembro de 2021).

O debulhador ou debulhadora é uma categoria que pouco aparece no extrativismo do açaí, mas atualmente é fundamental. Ele ou ela assume essa atividade a convite do agricultor ou pelo peconheiro, que terceiriza a atividade, como se fizesse parte da equipe de trabalho do apanhador. A entrevistada do rio Sirituba, menciona que “na safra a gente paga doze reais para os peconheiro, ai ele já trazem o *disbulhador*, ele que paga o *disbulhador* deles” (Maria Soares, rio Sirituba, janeiro de 2022)

Nessa atividade é considerável a participação das mulheres ou pessoas que não sobem mais na palmeira do açaí por questões de saúde ou peso. Os debulhadores e/ou debulhadoras recebem em média R\$ 2,00 reais a R\$ 3,00 por rasa e assim como o apanhador deve carregar os cachos com um braço e retirar os caroços de açaí das pencas no cacho, fazendo um movimento de cima para baixo (Figura 11):

Figura 11: Atividade do debulhador do açaí



Fonte: Pesquisa de campo, realizada em 2021

A figura 11, apresenta como é realizado o trabalho do debulhador. Embora a figura apresente o mesmo com vestes curtas, há debulhadores que utilizam vestes longas para se proteger da picada de animais peçonhentos, já que o açaí mancha a mão com sua tintura é opcional uso de luvas. Essa atividade também exige esforço físico, principalmente nos braços e espaldar, mas sua remuneração está atrelada a quantidade de frutos que debulha.

### **CAPÍTULO III - O EFEITO DA MONOCULTURA DO AÇAÍ NA ALIMENTAÇÃO RIBEIRINHA**

Este capítulo trata da relação existente entre a monocultura do açaí e seus efeitos na alimentação. Notadamente se verifica nos freteiros, a quantidade de sacolas plásticas com produtos adquiridos no comércio da cidade, sobretudo alimentícios, situação que aponta para uma situação de insegurança alimentar em famílias ribeirinhas das ilhas de Abaetetuba.

Os terreiros, considerados um patrimônio das comunidades ribeirinhas, por conter riquezas frutíferas e por compor as ervas medicinais, também passam pela transformação nas últimas décadas, para beneficiar a palmeira do açaí. Como diz o relato de uma entrevista sobre o uso do terreiro:

É o nosso chão, nós sai da casa pra apanhar um fruto e descemos para o terreiro, pisamos na terra. Nele, tinha antes planta pra remédio, e outras coisa pra se alimentar, eu ainda tenho umas por aí, mas muita gente planta o açaí e tira do terreiro aquilo que servia antes”. (Maria Soares, Rio Sirituba, entrevista realizada em 2022).

O trabalho de Nascimento e Guerra (2016), destacam que dentre outros fatores, a destinação de áreas para uma única produção agrícola, prejudica a garantia da segurança alimentar em comunidades tradicionais. Se comparada ao passado, o “avortado” pelo que era produzido na terra, no presente é o comprado que dá mais acessibilidade a cidade. A mudança é mencionada pelo entrevistado:

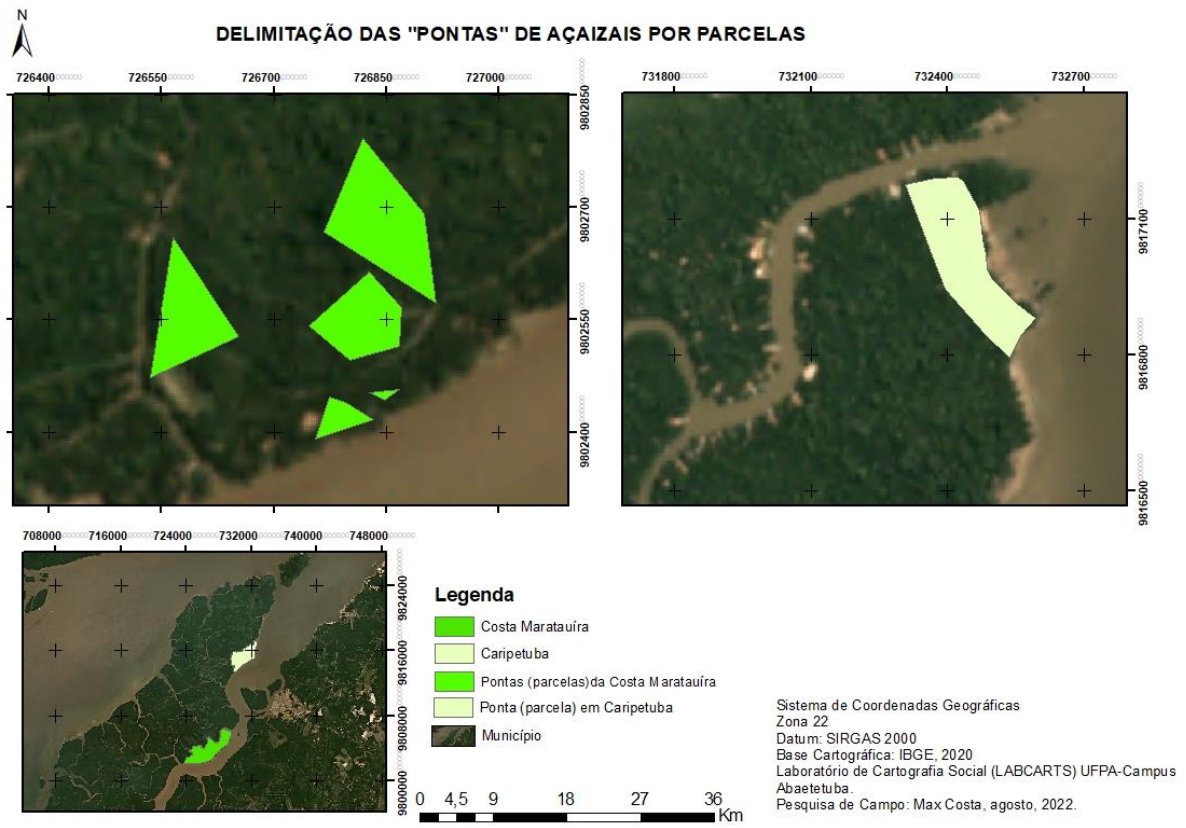
A minha comida aqui é carne, frango e peixe, e a maioria é tudo da cidade que vem (...) o que a gente ainda consome do terreno é o açaí, miriti e a manga, que ainda tem bem quando tá na safra a gente vende, tira pro consumo. A maior parte da área é o açazal (Manoel José Costa, Costa Maratauíra, 2021).

Para Martins (2019), o hábito alimentar de famílias ribeirinhas está modificado. O que antes era tomado pela diversidade, agora é trocado pelos produtos processados e ultraprocessados. A consequência dessa mudança se verifica nos terrenos dos moradores tomado pela plantação de açaí, que somado a impactos de grandes empreendimentos no baixo Tocantins, tem afetado o sistema alimentar quanto a autonomia e a qualidade dos alimentos consumidos por ribeirinhos.

No tempo que a gente trabalhava com roça, tinha a macaxeira, maxixe, jirimum, milho, arroz. A mamãe fazia aquele caldo do arroz pra gente, era bom pra fortalecer o peito, ela dizia. Ingá de toda marca tinha, a caça, porque tinha fruta. Tem caça que a gente não vê, o tatu, não tem mais, e os jovens de hoje não come mais isso (Maria Costa, Costa Maratauíra, novembro 2021).

A mudança no hábito alimentar, pode ser relacionada a uma maior dedicação ao açazal que predomina na várzea. Em terreno onde antes havia maior diversidade de espécies, agora está tomado por palmeiras de açazais. Esses espaços, os moradores denominam “pontas”. O mapa abaixo apresenta a distribuição e medida das parcelas, as quais correspondem a essas parcelas do terreno e o tamanho de cada.

Figura 12: Mapeamento das parcelas dos produtores de açaí nas ilhas de Abaetetuba



Ponta do Meio - 0,8609

Ponta do Turiá - 1,59525

Ponta do Furo - 1,0267

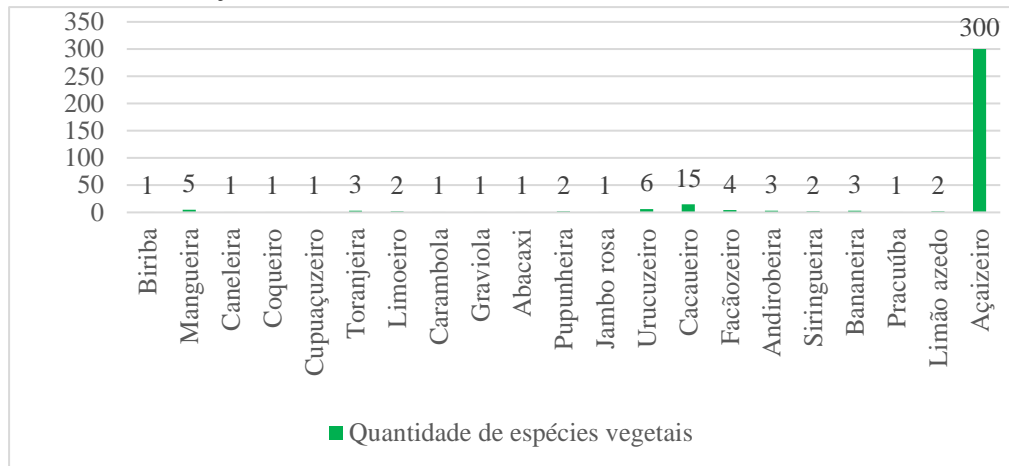
Ponta do Seu Moises - 0,02235

Ponta Beira da casa - 0,2016

Terreno Sr. Miguel Lobato – Rio Caripetuba - 4,496962

Graficamente essas pontas de açaizal e outros terrenos pesquisados dos produtores de assim, considerando exemplares de espécies vegetais ficam assim distribuídas:

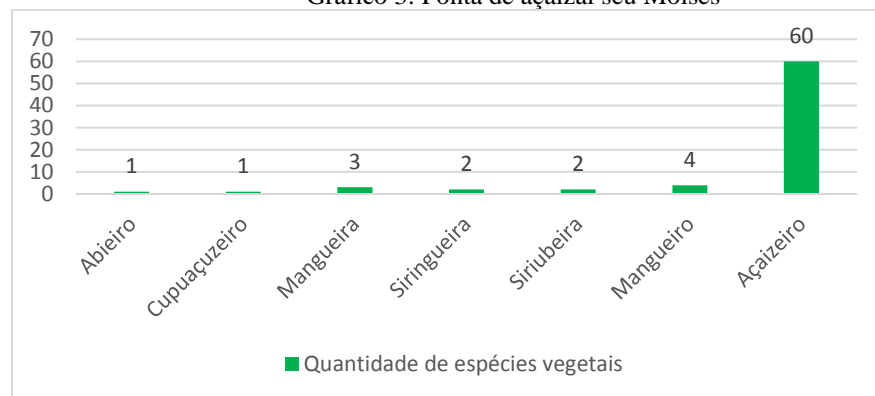
Gráfico 2: Ponta de açai da beira casa



Fonte: Pesquisa de campo, novembro de 2021

A parcela do gráfico 2, corresponde a vegetação que está em volta da casa do agricultor equivale 50 m de frente x 100 m de fundo, onde é possível perceber uma variedade de espécies, porém em número reduzido. Destaca-se o elevado quantitativo de açaizeiros. O cacau ainda se mantém nessa ponta, embora quase extinto nas outras parcelas, ao passo que frutos como cupuaçuzeiro (*Theobroma grandiflorum*) e abieiro (*Lucuma caimito*) tem apenas uma unidade cada um.

Gráfico 3: Ponta de açai seu Moises

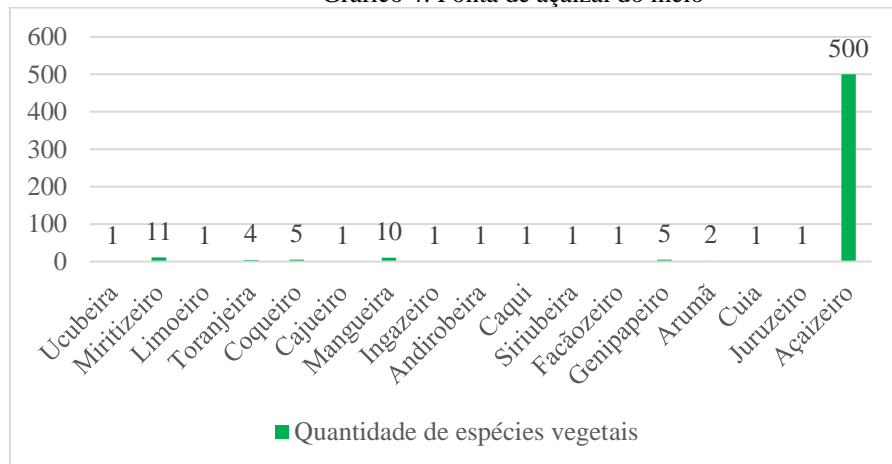


Fonte: Pesquisa de campo, novembro de 2021

O gráfico 3 é a menor dentre todas as partes desse terreno, que tem como medida 20 metros de frente por 20 metros de fundo. Com uma parte dominada por manguezal, o restante da área tem predomínio da palmeira de açaizeiro.

No gráfico 4 representa-se terreno com 100 metros de frente por 150 metros de fundo. De acordo com seu proprietário é a parte do terreno que mais se produz manga. No período da safra, a fruta é vendida para atravessadores locais.

Gráfico 4: Ponta de açaizal do meio



Fonte: Pesquisa de campo, novembro de 2021.

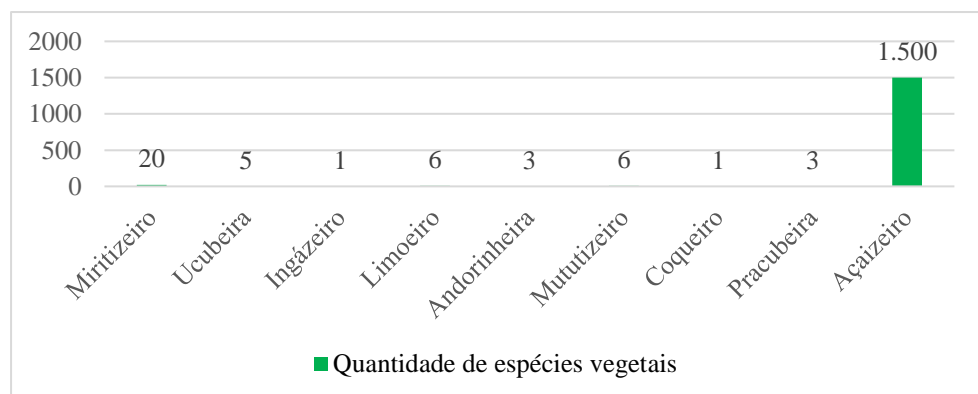
O entrevistado ainda relata que antes, havia muito arumã no seu terreno. Trata-se de planta da família das Marantáceas, anteriormente muito utilizada para fabricar rasas:

“tinha muito nessa ponta era o arumã, mas na limpeza foi tirado. A mulher tava reclamando outro dia, porque a folha do arumã serve pra fazer a poqueca do matapi. Antes era usado pra fazer a rasa, mas hoje em dia todo mundo tá trabalhando com as rasa de fibra” (Manoel José Costa, Costa Maratauíra, janeiro de 2022).

Se percebe que a retirada do arumã compromete a prática da pesca do camarão, uma vez que a folha do arumanzeiro (*Ischnosiphon spp.*) serve para fazer a isca na pesca com matapi; é considerada um dos melhores tipos de isca. Outras espécies nativas também aparecem em número menor, a exemplo da cuia (*Crescentia cujete*) e da andirobeira (*Carapa guianensis* Aubl.).

O gráfico 5 representa a parcela que mais produz açai durante o ano, segundo seu proprietário. Mede 140 metros de frente por 300 de fundo.

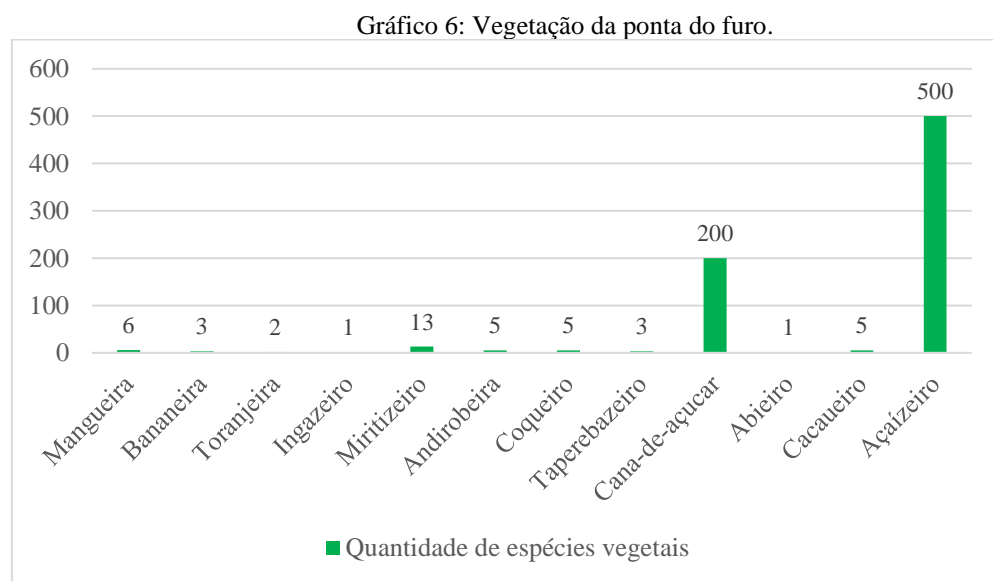
Gráfico 5: Vegetação da ponta do Turiá.



Fonte: Pesquisa de campo, realizada em novembro de 2021

O proprietário diz ainda na entrevista que: “essa parte do terreno era aonde até ano passado tinha mata virgem, mas eu fiz um manejo, tirei muito pau, miritizeiro, pra colocar açai. Não é o certo, mas é o que vende hoje” (Manoel José Costa, Costa Maratauíra, novembro de 2021).

No gráfico 6 demonstra-se parcela do terreno, o qual tem como medida 150 metros de frente por 100 fundo. Nessa situação também há predomínio dos açazais, mas há uma plantação de cana-de-açúcar.



Fonte: Pesquisa de campo, realizada em novembro de 2021

Destaca-se que antes o terreno demonstrado no gráfico acima, antes havia uma área extensa reservada ao cultivo da cana-de-açúcar, mas segundo o entrevistado, houve a desvalorização deste produto e ele passou a utilizar a área para cultivo de açazeiro. Destaca-se ainda no gráfico, a quantidade do miritizeiro e outras espécies com o número apenas cinco árvores.

Também nesse terreno, o predomínio da palmeira do açazeiro é evidente comparado as outras espécies presentes no terreno. Algumas quase inexistente, que são aquelas com o número reduzido de cultivo. Outras nem existem mais, como menciona este outro entrevistado: “têm coisa que nós comia, agora é só na beira da cidade, que o pessoal de terra firme planta, mas olha, a roça quase ninguém faz, aí não tem milho, o arroz, macaxeira. Isso era fácil antes por aqui” (Heraldo Ribeiro, Costa Maratauíra, novembro de 2021).

Quanto a variedade das espécies, também diminuiu e hoje encontra-se mangueira e ingá (*Inga edulis*), outras variedades não foram encontradas. Diz o entrevistado: “O meu terreno tem

manga, na safra a gente tira só pro consumo. Tem tipo de manga que eu não vejo mais, a manga rosa é muito difícil, outra é a manga gitita que tem um nome saliente, é muito difícil de encontrar já” (Jair Ferreira, Costa Maratauíra, novembro de 2021).

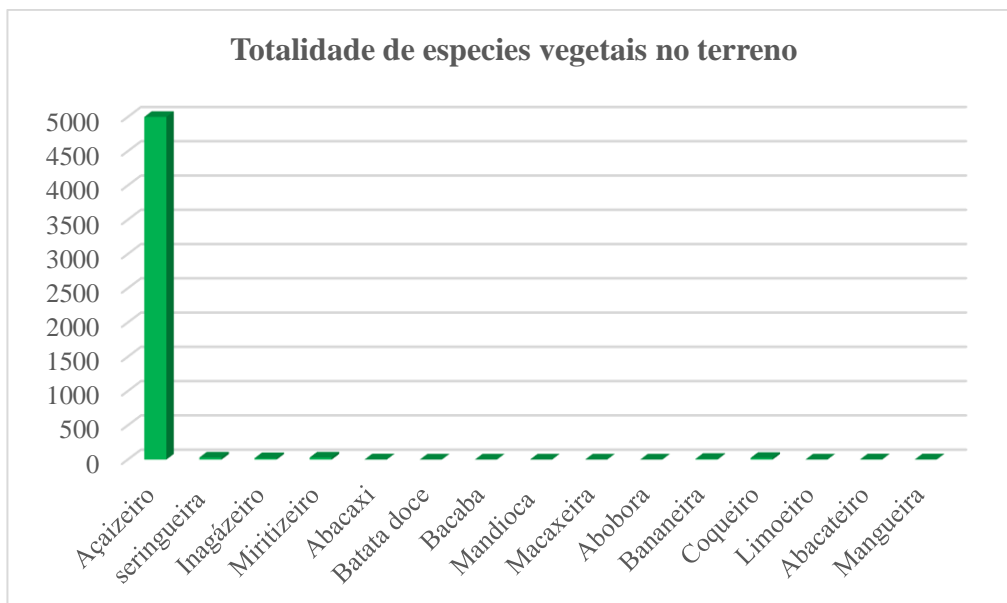
Estudos que relacionam essa situação estudada ao fator alimentar, ainda são tímidos, diz Souza (2019). Isso porque, há a disputa desigual, se analisada na perspectiva dos interesses econômicos, visto que estes se baseiam no agronegócio e na monocultura, os quais agitam o mercado, mas por outra perspectiva, levam a uma vulnerabilidade alimentar.

Com a modernização na construção de estradas e o acesso a motores, que facilitaram a venda de alimentos na cidade, também contribuiu para a alteração dos hábitos e padrões alimentares tradicionais (MENASCHE, 2007). “Hoje nós come mais comida da cidade, até as criança, a minha filha caçula não gosta do mingau. Hoje tem opção, o cara compra o suco da garrafa, refrigerante, biscoito, elas mesmo não são chegadas em fruta” (Adevaldo Costa, Costa Maratauíra, janeiro de 2022).

Rocha e Romero (2018), sugerem que a biotecnologia de onde advém os alimentos comprados, e citados pelos entrevistados nesta pesquisa, visa produzir alimentos geneticamente modificados, que proporcionem melhores alimentos e em grande quantidade para uma demanda mundial. Todavia questiona-se quanto a garantia e o valor nutricional desses alimentos, pois colocam em risco a saúde das pessoas.

Para além da análise nas pontas do terreno, fez-se o levantamento de espécies na propriedade do senhor Miguel Lobato no Rio Caripetuba. Esse produtor também organiza o manejo e coleta da produção de açaí em pontas que geralmente são subdivididas em cinco pontas. O quadro a seguir apresenta as espécies contidas nessas pontas

**Gráfico 7:** Espécies vegetais totais do terreno do produtor Miguel Lobato



**Fonte:** Pesquisa de campo, 2022

O gráfico 7 é a representação da vegetação existente no terreno do senhor Miguel com medida de 120 metros de frente por 730 metros de fundo. Analisar a somatória das pontas, ou seja, a área do terreno, é a possibilidade de verificar como há o predomínio de açaizeiros, uma superpopulação da palmeira, em comparação as outras culturas, que beneficiam o mercado do açai. Em meio a este predomínio, uma parcela desse terreno se apresenta como resistência desse terreno, como expõe o Senhor Miguel: “a ponta do plantio é logo ai, é tem um plantio lá. Planto de tudo, esse pedaço aconteceu algo que eu não entendi, ficou alto e água dificilmente entra lá, ai tenho várias plantaço lá” (Miguel Lobato, Rio Caripetuba, maio de 2022).

Conforme observado em campo, a ponta do plantio é a menor, face as outas, no entanto é que obtém mais culturas em relação às pontas que foram apresentadas pelo produtor. A figura 8, apresenta algumas plantações realizadas pela família, além disso a família fez um levantamento das espécies que contém nessa parcela do terreno do senhor Miguel, tal como batata doce (*Ipomoea batatas*), bacaba (*Oenocarpus bacaba*), Mandioca (*Manihot esculenta*), Macaxeira (*Manihot esculenta Crantz*), Abobora (*Cucurbita spp*), bananeira (*Musa spp.*), coqueiro (*Cocos nucifera*), Limoeiro, mangueira e Abacateiro (*Persea americana*).

Figura 13: Ponta da plantação do senhor Miguel Lobato, Rio Caripetuba.



**Fonte:** Pesquisa de campo, 2022.

Esse contexto da família do senhor Miguel retrata a necessidade das famílias ribeirinha, que se tornam refém da comoditização do açaí. Para esses moradores o fruto do açaí é uma renda certa no período da safra, enquanto as outras culturas não tem vez no mercado, se comparadas ao açaí, conforme afirma esse ribeirinho:

Se a gente tirar todo o açaí a gente fica sem renda né, então e consociar as espécies, manter, diversificar as espécies também de uma maneira planejada, que a gente não tem orientação técnica pra isso, se tivéssemos uma orientação melhor, ter as espécies, porque as vezes tu tem as espécies, mas estragam como a manga, aí tu planta muita manga que tu não vende depois e nesse espaço da manga o açaí tem saída econômica. Ai tu planta manga e tu vai vender pra quem? Não tem pra quem vender (Lailson Azevedo, Ilha do Capim, maio de 2022).

O estudo de Toledo (2001), enfatiza acerca do conhecimento das populações tradicionais. Elas são responsáveis e protagonistas na relação com a biodiversidade. Por outro lado, há uma expansão de mercado que além de patentear o conhecimento destas comunidades, promovem situações que ameaçam a vida destas populações e de toda a biodiversidade, a exemplo do mercado de grãos para as monoculturas.

Por outro lado, a relação que há entre as comunidades ribeirinhas com seu território é o caminho para manter a biodiversidade, como afirma Gawora (2010) sobre os povos tradicionais. Para este autor, eles são sujeitos da mudança no real sentido que se direciona o termo

sustentabilidade. Suas estratégias de ainda se defender a agressão da modernidade como é o caso do plantio do senhor Miguel, confere uma relação de pertencimento a seus territórios.

### **5.1. A funcionalidade dos territórios afetada pelo “progresso”**

O bioma amazônico é conhecido por suas riquezas naturais, como as populações de peixes nos rios, igarapés e furos, bem como toda a forma de sustento que existe nesse bioma, marcado pela sociobiodiversidade. Diante disso, retomar o conceito de ecologia, na qual é estruturada a várzea, é entender que dentro deste território há uma ecologia e que ela é funcional. Peroni e Hernandez (2011) destacam a interação entre as espécies e como elas interagem entre si, entre habitats diferentes em um mesmo território nos seus níveis de organização, desde indivíduos, populações, comunidades e ecossistemas.

Há uma rica interação entre os organismos no bioma amazônico, que dada sua forma organizacional explica a sobrevivência das espécies entre si. Porém é sabido dos riscos, se fatores determinantes são afetados em sua funcionalidade, como quando a diversidade é substituída pela monocultura ou pelos efeitos desta. Empiricamente, isso se verifica no relato do entrevistado:

Com relação a pesca não teve falha, porém tá mais escasso, tem o bacu que antes tinha muito, muito mesmo e hoje é raro a gente ver. Antes a gente pegava daqueles grande. Tem pequeno, mas do grande acabou, na medida que vai tirando a aningá da beira do rio e também outras árvores essa questão da pesca diminui bastante (Sidney Pantoja, Maracapucu Sagrado, 2022).

Soma-se a essa afirmação do entrevistado, as observações de Souza et al (2015), que apresenta a variedades das espécies de peixes existentes na várzea como uma de suas características, numa co-dependência da água que cobre a terra e a nutre para a promoção das sementes, frutos, folhas e insetos. Nessa mesma direção, Claro-Jr et al (2004), afirmam que as áreas de várzea contêm fatores importantes para a sobrevivência dos peixes, pois a floresta em pé serve de alimento e de abrigo. Logo, a derrubada das espécies traz prejuízos para os peixes que dependem desse habitat, e assim há a redução da diversidade e de alimento disponível.

A dinâmica da vida ribeirinha se verifica por meio de um calendário agroecológico dividido em dois períodos: “verão” e “inverno”. O “verão” se dedica ao trabalho no açaizal durante o período da manhã; o “inverno” é dedicado a pesca, que marca a entressafra do açai, como é possível perceber no relato do entrevistado:

O açai é uma fonte de sustento, quando chega nesse período do verão, a gente vai coletar esse açai pela manhã, então a nossa economia do povo ribeirinho é quase voltada pro açai, dessa tira do açai pra se sustentar. Quando chega no período do inverno é mais voltada pra pesca, mas o foco é açai e o meu trabalho é como peconheiro, pela manhã mesmo quase ninguém vai pro rio pescar, porque o foco tá no açai. (Thainan Pinheiro, Tucumanduba, Novembro 2021).

Os estudos de Silva e Freitas (2021), alertam que a monocultura vem transformando o meio de vida dos ribeirinhos e isso está relacionado a demanda do açai. As horas de trabalho dedicadas ao manejo do açazal obriga esses trabalhadores a comprar alimento, uma vez que, práticas antigas como a caça e a pesca tem se alterado devido o atendimento de mercado que é realizada pelos produtores.

Nos dias presentes os países mais pobres investem na monocultura para atender a demanda das commodities de alimentos dos países ricos. Mas enquanto produzem o desenvolvimento econômico de pequenos grupos, geram miséria para a população como a perda de culturas e de práticas como a pesca. Desse modo, passam a consumir com mais intensidade alimentos transgênicos (ZIMMERMANN, 2009). Tal afirmação se verifica no seguinte relato:

Hoje a gente come e bebe a comida que a gente compra da cidade. Come hoje e amanhã ela contribui para as doenças, o frango, boi, suíno que comem uma ração que tem aí, que é ração vitaminada. Se o cara compra porco, come o porco, quando é de manhã a gente tá com problema de coração. Aqui no terreno que nós temos plantado mais o açai, mas, tem outras frutas em pequenas quantidade, e nem cria, a gente tem mais. (Antunes Cardoso, rio Maúba, novembro de 2018).

Questões relacionadas ao uso dos recursos naturais e problemas de saúde afeta a vida de muitos trabalhadores inseridos nessa relação. Nos estudos de Murrieta (2001) alimentação é um instrumento simbólico e social construído por comunidades locais. Diz o autor: “É a dicotomia entre o que é a comida da cidade e a comida do “sítio” (interior ou área rural) (MURRIETA, 2001, p. 59)”, causando assim fronteiras entre comunidades amazônicas como sinônimas do atraso. Acrescenta-se a essa afirmação a fala entrevistada:

De onde eu vim, a gente fala e os mais jovens até caçoam. Eu comi muita caça do mato, tinha muita caça, hoje tem umas que nem tem, porco do mato, tatu, isso ninguém ver mais. Comi muita mucura de mundé, esses bicho do mato tá acabando. Até a lenha, aquela que é boa, da andorinha, tá ficando ruim, antes nós comia muita comida de brasa, hoje tem gás e óleo, por isso que dá muita doença na gente também (Maria Costa, Costa Maratauíra, novembro de 2021).

O discurso do atraso é utilizado como argumento pelos grandes empreendimentos que estão se consolidando na Amazônia e de forma mais específica na região do baixo Tocantins.

Assim, afeta a diversidade e o saber de povos e comunidades tradicionais que devem ter seu direito garantido ao território, conforme aponta da Organização Internacional do Trabalho (OIT) na Convenção 169, nos seus artigos (art. 13 – 19) no que se diz respeito ao direito à terra:

1. Dever-se-á reconhecer aos povos interessados os direitos de propriedade e de posse sobre as terras que tradicionalmente ocupam. Além disso, nos casos apropriados, deverão ser adotadas medidas para salvaguardar o direito dos povos interessados de utilizar terras que não estejam exclusivamente ocupadas por eles, mas às quais, tradicionalmente, tenham tido acesso para suas atividades tradicionais e de subsistência. Nesse particular, deverá ser dada especial atenção à situação dos povos nômades e dos agricultores itinerantes.

2. Os governos deverão adotar as medidas que sejam necessárias para determinar as terras que os povos interessados ocupam tradicionalmente e garantir a proteção efetiva dos seus direitos de propriedade e posse (Art. 14).

No que se refere ao domínio das *commodities* na Amazônia, no tocante a região do baixo Tocantins, tais projetos atingem povos e comunidades tradicionais, uma vez que interferem nos seus modos de vida, relacionado as cultura e identidade dessa população. Alguns dessas *commodities* são relatadas como prejudiciais em atividades que comprometem a segurança alimentar. Como é o da criação da hidrelétrica de Tucuruí, que segundo os entrevistados, desde que foi implantada alterou a atividade da pesca e a quantidade de pescado. Considerando o antes e depois de concretizado o projeto, o entrevistado diz:

Tudo que nós tinha desapareceu depois da hidrelétrica de Tucuruí. Quando eu me casei a gente pegava mais mapará, é que tinha mesmo, aqui você pegava com o paneiro era muita quantidade, hoje a gente não pode dizer que nós tem muito peixe, mas pode dizer que vou continuar aqui. Nós tinha uma grande quantia de peixe, hoje a maioria dos peixes a gente já não tem, é difícil e cada vez vai só sumindo peixe (Nando, rio Maúba, setembro de 2019).

Esse tipo de relato é recorrente, por ribeirinhos da foz do rio Tocantins e é relacionado ao efeito provocado pelo empreendimento da hidrelétrica de Tucuruí e suas consequências na pesca artesanal, o que afetou uma prática essencial para o sustento de comunidades ribeirinhas. Além da hidrelétrica de Tucuruí, o projeto Albrás Alunorte, é outro empreendimento que causa efeitos no modo de vida da população ribeirinha, direcionado ao rio, especificamente como mencionado por Amaral (2016) sobre a alteração ocasionada na floresta da várzea.

Além disso estudos tem apontado problemas ambientais sofridos por comunidades ribeirinhas com a implementação desses empreendimentos. Como é apontado por Alves e Faial (2012), quanto ao elevado índice de metais identificados nos rios que banham os municípios de

Barcarena e Abaetetuba, entre eles o Alumínio, superior a 0,01 mg, Chumbo, maior que 0,03mg e Cádmiio maior que 0,001 mg.

O referido estudo, ainda menciona a alta concentração desses metais no organismo humano que provoca sintomas como a irritação gastrointestinal, ataca a medula óssea e consequentemente, reduz os glóbulos vermelhos. Ou seja, trata-se de uma grave ameaça a saúde humana, da população ribeirinha que depende da água para consumir e ter o peixe, bem como preparar os alimentos. A percepção dessa situação se verifica na fala do entrevistado:

De uns tempos pra cá, começou a dá nas criança e muitas pessoas ai, a questão de coceira. Teve um tempo mesmo que tava ruim isso, era diarreia no pessoal, tem muita gente que fala que isso é da água, que vem dessa química das empresa e eu acredito que seja mesmo, antes não dava isso. (Mateus, rio Caripetuba, dezembro de 2021).

Não fosse suficiente, nessa região, se projeta a instalação do Terminal de Uso Privado (TUP-Abaetetuba), da empresa Cargill. S.A, a área pertencente ao Projeto Agroextrativista (PAE) Santo Afonso, que viola diversos direitos dessas comunidades previstos na Convenção 169 da OIT, principalmente o direito de serem consultadas.

O estudo de Bastos (2019) aponta as ameaças que o projeto TUP Abaetetuba no PAE Santo Afonso, a territorialidade das comunidades tradicionais que vivem nessa localidade, as quais dependem da agricultura e da pesca e da diversidade que ainda se encontra nos habitats daquele lugar.

Esses empreendimentos ganham potencial com um projeto maior que visa maior possibilidade de mercado. Fala-se então do "Pará 2030", um projeto de “desenvolvimento sustentável” proposto pelo governo do estado do Pará, o qual tem por finalidade fomentar o crescimento econômico do estado. A tendência é fazer com que o estado possa atender a demanda internacional e isso abala a conservação dos recursos naturais (SOARES et al, 2018).

O portal REDEPARÁ, divulgou que o “Programa Pará 2030 aposta no crescimento de 50% na cadeia do açaí nos próximos anos”. Essa nota é uma exibição da reunião ocorrida no Parque de Ciência e Tecnologia (PCT), a qual discutiu juntamente com produtores de açaí, bem como representantes da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Mineração e Energia (SEDEME), que aponta o açaí como um dos principais produtos debatidos no Programa Pará 2030.

Esse estímulo de mercado por uma maior exportação do açaí, reflete drasticamente no modo de vida das populações ribeirinhas, e que em conjunto com outros projetos em nome do “progresso” ou do “desenvolvimento” apontam para uma falsa sustentabilidade que ameaça a soberania alimentar da população ribeirinha das ilhas de Abaetetuba. Em outras palavras, isso

tem a ver com as agroestratégia, que conforme Almeida (2010) são uma tentativa de incorporar a expansão do mercado de *commodities* ao território das comunidades tradicionais. Tal estratégia está articulada a projetos políticos e afeta o plano jurídico, como ainda afirma o autor:

Ao privilegiar os anteprojetos de leis, logram uma passagem do Legislativo para o Judiciário, consolidando tanto suas pretensões mais gerais quanto as específicas, quais sejam: legitimar a expansão dos cultivos homogêneos para fins industriais em todos os biomas, sedimentando os grandes empreendimentos vinculados ao mercado de *commodities*: reduzir a área correspondente à Amazônia Legal, retirando partes do Maranhão, Tocantins e Mato Grosso; reduzir a faixa de fronteira de 150 km para 50 km: permitir a mineração em terras indígenas e rever leis de desapropriação e impugnar o Decreto nº 4.887/2003, de reconhecimento e titulação das terras das comunidades remanescentes de quilombos. (Almeida, 2010, p. 30).

A citação faz menção às discussões que se direcionavam a mudança do código florestal brasileiro, que tem desfecho em 2012. Conforme Fereguetti (2015) sobre o novo código florestal, tal reformulação traz modificações, a exemplo da Política Nacional de Meio Ambiente (Lei 6.938/1996), bem como a Proteção de Florestas (7.754/1989), isso porque a mudança não trata de forma mais específica questões como área desmatada e a proteção contra queimadas. Na realidade, traz limitações no que diz respeito a área de proteção permanente, gera lacunas para a consolidação do agronegócio e suas *comodities*.

Do ponto de vista do território dos povos e comunidades tradicionais também Almeida (2012), reflete acerca das agroestratégia na perspectiva de “proteção” e “protecionismo”. Para este autor “proteção” é o “que deriva de mecanismos de uma ação ambiental conservacionista perpetrada por agências multilaterais”, enquanto que “protecionismo”, “consiste, numa ação de Estado inspirada principalmente no potencial de crescimento econômico” (ALMEIDA, 2012, p. 63).

Esses termos analisados pelo autor supracitado se une ao um conceito de desenvolvimento sustentável. É pertinente considerar que esses conceitos, no mais das vezes, visam concretizar crescimento econômico, no qual se insere a monocultura. Em seu trabalho sobre a agroestratégia na expansão da soja, Sauer e Pietrafesa (2013), afirmam que na expansão das fronteiras encontram-se os povos tradicionais e que nelas ocorrem o discurso de crescimento econômico, o que acaba por suscitar o dilema do conflito.

Esses conflitos alteram diretamente o modo de vida de populações e povos tradicionais que como afirma o entrevistado sobre seu território: “O lugar que a gente vive é a nossa vida, porque aqui ainda dá peixe, camarão, a terra que dá pra nós o trabalho, que dá o açaí, isso é graça de Deus pra nós” (Reginaldo Junior, Rio Panacuera, setembro de 2021).

A expansão do mercado por uma maior exportação do açaí, reflete drasticamente no modo de vida, a exemplo da alimentação das comunidades ribeirinhas de Abaetetuba e que em conjunto com outros projetos em nome do “progresso” ou do “desenvolvimento” apontam para uma falsa sustentabilidade que ameaça sua autonomia alimentar.

## 5.2 Monocultura x Soberania alimentar

Nos debates acerca da alimentação é relevante tratar sobre a soberania alimentar, uma vez que segurança alimentar e soberania, caminham paralelamente. No entanto esses conceitos quando relacionados as comunidades e povos tradicionais, pedem cautela, visto que as comunidades tradicionais têm como característica produzir seus próprios alimentos, dadas as estratégias de caça, pesca, criação de animais e o cultivo de plantas para acrescentar a alimentação, bem como de frutos ricos em nutrientes. E nesse contexto, se insere os ribeirinhos/as, entrevistados neste estudo, como no relato abaixo:

A gente que é morador das ilhas, tem que plantar. Porque é assim, se você só compra, pode chegar uma hora que não tem dinheiro e a gente vai recorrer pra onde? Se a gente não tiver fruta, uma criação de galinha, o negócio fica difícil. Eu tenho muito medo da fome. Eu venho de um tempo que minha família não tinha como comprar nem carne, e o que a gente pescava e plantava era o nosso sustento (Maria Soares, Rio Sirituba, entrevista realizada em 2022).

Assim, há a necessidade de compreender o conceito da soberania alimentar. Quanto a este tema, Oliveira (2012), conclui que o homem precisa da preservação ambiental, dada a cadeia que isso envolve: o homem precisa de alimento, o alimento, por sua vez, precisa do meio ambiente para ser produzido e o meio ambiente precisa da natureza.

De acordo com Silva, Petry, Barrera-Bassols (2021), o conceito de soberania alimentar é um tema amplo, que chegar a ser maior que o de segurança alimentar. Por isso, ao tratar deste assunto torna-se relevante expor as práticas agrícolas, as quais interferem nos hábitos alimentares e causam crise alimentar, compreendidas por estes autores como “erosão alimentar”.

Os estudos de Meireles (2004) acerca da soberania alimentar, salientam que este conceito está ligado sobretudo ao direito que as populações têm ao acesso a alimentação. Leva-se em consideração questões relacionadas: “à qualidade sanitária e nutricional dos alimentos; à conservação e controle da base genética do sistema alimentar; às relações comerciais que se estabelecem em torno do alimento, em todos os níveis” (MEIRELLES, 2004, p.11).

O Brasil adotou como métrica a Escala Brasileira de Insegurança alimentar (EBIA). Essa escala é uma ferramenta que mede o nível de insegurança alimentar em domicílio. Segundo Bickel et al. 2000 apud, Mattos, Bianchi e Toigo (2020), os Estados Unidos são pioneiros na aplicação dessa escala. Mas segundo Mattos, Bianchi e Toigo (2020), em seu estudo “Avaliando a insegurança alimentar no Brasil: a questão dos efeitos não simétricos”, a situação de casos individualizados, em que há diferentes níveis de insegurança alimentar e efeitos assimétricos, não são considerados na EBIA.

Estudos recentes publicados na revista DEMETRA por Lopes et al (2022) fazem fortes críticas a forma com que a EBIA faz o levantamento acerca da insegurança alimentar dos povos e comunidades tradicionais, pois não considera os costumes desses povos que em sua maioria produzem seus alimentos, pois alimentação com valor nutricional não se resume em “comprar” e ter “dinheiro”. Neste sentido a urgência de elaborar uma escala que contemple as especificidades desses grupos.

Na tabela (tabela 1) elaborada pelos autores acima mencionados, a EBIA, considera o ponto de corte para cada categoria envolvendo a idade.

Tabela 1: Escala brasileira de Segurança Alimentar, adaptada da PNAD.

| Classificação                  | Pontos de corte para domicílios |                        | Descrição   |
|--------------------------------|---------------------------------|------------------------|---|
|                                | Com menores de 18 anos          | Sem menores de 18 anos |   |
| Segurança alimentar            | 0                               | 0                      | A família/domicílio tem acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais.  |
| Insegurança alimentar leve     | 1 – 5                           | 1 – 3                  | Preocupação ou incerteza quanto ao acesso aos alimentos no futuro; qualidade inadequada dos alimentos resultante de estratégias que visam não comprometer a quantidade de alimentos.  |
| Insegurança alimentar moderada | 6 – 9                           | 4 – 5                  | Redução quantitativa de alimentos entre os adultos e/ou ruptura nos padrões de alimentação resultante da falta de alimentos entre os adultos.   |
| Insegurança alimentar grave    | 10 – 14                         | 6 – 8                  | Redução quantitativa de alimentos entre as crianças e/ou ruptura nos padrões de alimentação resultante da falta de alimentos entre as crianças; fome (quando alguém fica o dia inteiro sem comer por falta de dinheiro para comprar alimentos). |

Fonte: Extraído da tabela organizada por Mattos, Bianchi e Toigo (2020), com base no documento

Sobre segurança alimentar da PNAD.

Levando em consideração a tabela 1, nota-se os fatores que levam da segurança alimentar para uma situação de insegurança alimentar. No que diz respeito a insegurança alimentar mais grave, diz-se que é pela falta de dinheiro para comprar alimentos, e desconsidera a autonomia alimentar dos diferentes grupos humanos. Se une a isso o Guia alimentar para a população brasileira, que por sua vez menciona o bem-estar, que leva em consideração questões culturais da culinária e de práticas alimentares, o guia de alimentação considera as características da alimentação brasileira, a partir da Pesquisa de Orçamento familiares (POF).

Athila e Leite (2020) afirmam que os povos indígenas não são consultados no tocante a situação de insegurança alimentar em domicílios urbanos e rurais. Seus hábitos alimentares não foram incluídos na EBIA, embora essa categoria tenha como característica a capacidade de produzir seus próprios alimentos.

Quanto as comunidades ribeirinhas, é possível dizer sobre sua alimentação como potencializada por recursos naturais, que antes era a forma com que essas comunidades se alimentavam, sem necessariamente ter dinheiro. Ou seja, aquilo que produziam e tinha em seus territórios, era seu alimento, como relata o entrevistado:

Quando a gente morava no Xingu, a gente comia muito peixe, a gente lanciava e pegava quantidade de camarão! Naquele tempo era muito farto, alimento da terra. Era feijão, jerimum, aí com 20 ano eu vim pra cá pro Caripetuba, hoje por aqui a gente não tem essa fartura (Miguel Lobato, rio Caripetuba, maio de 2022).

O relato do entrevistado é uma demonstração de que as comunidades e povos tradicionais, não influenciadas pela comoditização, tem autonomia e capacidades de produzir seu próprio alimento, de forma que os recursos naturais existentes em seus territórios são fontes de sobrevivência. Porém, na maioria das vezes, os guias de alimentação, bem como as escalas de alimentação que apontam para a insegurança alimentar são definidos do ponto de vista de quem pode plantar e não de quem tem autonomia.

O estudo de Chonchol (2005) voltado a América Latina, sinaliza que a insegurança alimentar se baseia na perda de recurso, a exemplo de água e da fertilidade do solo, que consumidos desenfreadamente no âmbito da urbanização e da industrialização, vem cada vez mais ganhando expansão. De igual modo, o avanço das tecnologias, como o caso da biotecnologia, também tem promovido um declínio em alternativas como na agricultura familiar.

Por analisar a soberania alimentar de ribeirinhos residentes nas ilhas de Abaetetuba, utilizou-se a aplicação feita com o questionário recordatório da alimentação do dia anterior com membros das famílias, as quais relataram todas as refeições feitas no dia anterior, bem como a proveniência desses alimentos. A aproximação com essas famílias se deu através do aplicativo WhatsApp com 24 jovens com faixa etária entre 17 e 29 anos. O quadro a seguir apresenta os resultados obtidos desse questionário e aponta as comunidades moradas pelos entrevistados.

Quadro 3: Alimentos e suas origens consumidos em comunidades ribeirinhas pesquisadas.

| Famílias pesquisadas                | Alimentação   |   |
|-------------------------------------|---|---|
|                                     | Comprados   | Provenientes do terreno e da pesca            |
| Panacuerazinho<br>(1 família)       | café, rosca salgada, arroz, macarrão, frango, açúcar  | açaí, peixe, camarão                          |
| Furo do Panacuera<br>(2 famílias)   | café, leite, bolo, bolacha, abacate, macarrão, açúcar, calabresa, feijão, xarque, suco de paqué, frango, peixe, pão, farinha, rosca, ovo  | mingau de açaí, açaí                          |
| Maracapucu Sagrado<br>1 família     | café, leite, pão, açúcar, bolacha, suco de paqué, farinha, pastel, picadinho, ovo, mortadela  | peixe, açaí                                   |
| Maracapucu Santa Maria<br>1 família | café, pão, leite, frango frito, farinha, café, açúcar, suco de paqué, bolacha, frango, açúcar   | peixe, açaí                                   |
| Genipaúba<br>(1 família)            | café, leite, pão, arroz, sal, frango, farinha, ovo, açúcar  | cupuaçu, mamão, açaí                          |
| Ilha do Capim<br>(1 família)        | café, pão, leite, carne, legumes, açaí, farinha, pão, açúcar, bolacha, carne  | Peixe   |
| Furo grande<br>(2 famílias)         | café, bolacha, leite, suco de paqué, bolacha, pão, macarrão, carne, sal, frango, óleo, arroz, refrigerante, calabresa, mortadela  | açaí, pescada, camarão                        |
| Tucumanduba<br>(1 família)          | café, tapiquinha, leite, macarrão, farinha, açúcar,   | banana, suco de abacaxi, jambo, camarão, açaí |
| Costa Maratauíra<br>(10 famílias)   | café, pão, bolacha, leite, biscoito, suco de paqué, salsicha com macarrão, farinha, feijão, refrigerante, picadinho, farinha, carne, açúcar, frango, empanado, mortadela, torrada, suco de caju (garrafa), açúcar | camarão, açaí, peixe                          |
| Sirituba<br>1 família               | café, pão, leite, açúcar, farinha, frango, bolacha  | camarão, açaí                                 |
| Maúba<br>(1 família)                | café, bolacha, leite, refrigerante, carne, arroz, calabresa, açúcar, suco, mortadela, farinha   | Açaí  |
| Assacu<br>(1 família)               | café, rosca, açúcar, farinha, carne, porco, farinha   | peixe, açaí, camarão                          |
| Caripetuba<br>(1 família)           | café, leite, açúcar, tapiquinha, arroz, feijão, charque, bolacha, língua de boi   | açaí, peixe, camarão                          |

|                           |  |      |
|---------------------------|--|------|
| Campompema<br>(1 família) | café, bolacha, leite, manteiga, suco,<br>bolacha, frango, arroz, farinha, pão de<br>tapioca, carne | Açaí |
|---------------------------|--|------|

**Fonte:** Pesquisa de campo, 2022

O recordatório do dia anterior dessas 24 famílias, contou pelo menos 72 refeições, tais quais: café da manhã, lanche, almoço, lanches da tarde e jantar. Foram realizados recordatório em 14 comunidades, porém em quantidades diferentes. Foram entrevistados mais jovens da Costa Maratauíra, devido à proximidade do pesquisador com a referida comunidade. Em menor proporção foram os jovens que se dispuseram a responder o questionário, bem como jovens que já havia entrado em contato anteriormente, no âmbito das organizações da igreja católica ou dos próprios movimentos sociais.

A segunda coluna do quadro apresenta um demonstrativo da alimentação que aparece ao menos uma vez nessas refeições e está dividido em duas partes. A primeira parte representa os alimentos comprados e consumidos pelas famílias entrevistadas, a segunda parte, se trata de alimentos que produzidos pela família, seja ele da pesca artesanal ou que foram colhidos no terreno familiar.

Portanto, o quadro é um demonstrativo daquilo que é consumido pelos entrevistados. A lista maior de alimentos provenientes da zona urbana são geralmente os industrializados, enquanto os produtos adquiridos através da agricultura e pesca são mais ausentes na refeição destas famílias, o buriti muito presente na cultura ainda é consumido, porém não aparece nesse recordatório devido a aplicação do questionário ser realizado na entressafra do mesmo.

Ainda sinalizando para as respostas dadas ao questionário do recordatório do dia anterior, obteve-se os alimentos consumidos nas refeições diárias. Para compreender melhor os dados elaborou-se a tabela 2, visando demonstrar quantas vezes um determinado alimento foi consumido, durante a refeição destas famílias. A tabela formada por seis colunas, traz na primeira, as 24 famílias pesquisadas e em sequência as refeições realizadas por estas famílias, bem como o alimento consumido nas refeições, com base no recordatório do dia anterior.

Tabela 2- Alimentação de famílias que foi aplicado o questionário alimentar do dia anterior.

| Família<br>entrevistada | Café da manhã | Lanche da manhã | Almoço | Lanche da<br>tarde | Jantar |
|-------------------------|---------------|-----------------|--------|--------------------|--------|
|-------------------------|---------------|-----------------|--------|--------------------|--------|

|            |                                       |                                   |   |   |  |
|------------|---------------------------------------|-----------------------------------|---|---|--|
| Família 1  | Café, Leite, Rosca salgada, açaí      | Mingau de açaí e farinha          | Macarrão, Frango, Peixe, Camarão                      | Café, Rosca salgada                     | Macarrão, Peixe*, Camarão, Farinha e açaí  |
| Família 2  | Café, Leite, Bolo, Margarina, Bolacha | Bolo, Bolacha, Suco de abacate    | Arroz, Frango, Calabresa, feijão com xarque, Camarão* | Suco de paqué, Bolo                     | Frango, pescada* frita e Farinha e açaí    |
| Família 3  | Café, Leite, Margarina, Pão           | Pastel, Suco de paqué             | Picadinho de carne, Macarrão, Frango, Peixe           | Café                                    | Picadinho de carne, Frango, Farinha e açaí |
| Família 4  | Café, Leite, Pão                      | Mingau de açaí e farinha          | Peixe frito frango e açaí                             | Café, Margarina, Bolacha, Suco de paqué | Carne, ovo, moratadela, Farinha e açaí     |
| Família 5  | Café, Leite                           | Mingau de açaí e farinha          | Arroz, Frango   | Café, Bolacha                           | Frango e açaí                              |
| Família 6  | Café, Leite, Pão                      | Mingau de açaí e arroz            | Frango, arroz açaí, farinha                           | Suco de cupuaçu* e mamão*               | Mingau de açaí com arroz, ovo,             |
| Família 7  | Café, pão, Leite Margarina            | -                                 | Peixe frita, Carne com legumes, Açaí e Farinha        | Suco de polpa, Pão, Bolacha, Margarina  | Carne, Açaí e Farinha                      |
| Família 8  | Café, Leite, Tapiquinha               | Banana*, Jambo*, suco de Abacaxi* | Camarão* frito e com macarrão, Açaí e Farinha         | Café, Margarina, Bolacha                | Frango frito, açaí e farinha               |
| Família 9  | Café, Leite, pão                      | Suco de paqué,                    | Carne, arroz, açaí farinha                            | Café, Refrigerante, Margarina, Bolacha  | Carne, arroz, açaí e farinha               |
| Família 10 | Café, Leite, Bolacha                  | Suco de paqué e biscoito          | Salsicha, Arroz, Camarão*, farinha, açaí              | Refrigerante e biscoito                 | Camarão, farinha e açaí                    |
| Família 11 | Café, Leite e bolacha                 | Mingau de açaí e farinha          | Arroz, Frango, Camarã*o, açaí e farinha               |   | Carne, açaí e farinha                      |
| Família 12 | Café, Leite                           | Mingau de açaí e arroz            | Charque, Picadinho de carne, açaí e farinha           | Café, Margarina, Bolacha,               | Frango, açaí e farinha                     |
| Família 13 | Café, Leite, Margarina, bolacha,      | Café, leite e Bolacha             | Mortadela, calabresa, açaí e farinha                  | Margarina, Bolacha                      | Mortadela, farinha açaí                    |
| Família 14 | Café, Leite e bolacha                 | Bolacha e suco de garrafa         | Peixe* frito, farinha e açaí                          | Rosca salgada e suco de garrafa         | Frango, Peixe, farinha e açaí              |
| Família 15 | Café, Leite                           | Mingau de açaí e farinha          | Empanado, farinha e açaí                              | Margarina, café e bolacha               | Mortadela, farinha e açaí                  |

|            |                             |                                      |   |                                |                                     |
|------------|-----------------------------|--------------------------------------|---|--------------------------------|-------------------------------------|
| Família 16 | Café, Leite, Margarina      | Refrigerante, Suco de paqué, Bolacha | Macarrão, calabresa                       | Café, Suco de garrafa, Bolacha | Mortadela, Macarrão, açaí e farinha |
| Família 17 | Café, Leite, Bolo           | Refrigerante, Bolacha                | Frango, feijão, açaí e farinha            | Café,                          | Frango, açaí e farinha              |
| Família 18 | Café, Leite, Tapiocinha,    | Mingau de açaí e farinha             | Feijão, Peixe, açaí e farinha             | Café, Bolacha e Suco de paqué  | Língua de boi, Macarrão, Camarão    |
| Família 19 | Café, Leite                 | Mingau de açaí e arroz               | Peixe, farinha e açaí                     | Café e rosca salgada           | Picadinho de carne, açaí e farinha  |
| Família 20 | Café, Leite, Rosca salgada  | Mingau de açaí e farinha             | Peixe*, Camarão*                          |                                | Arroz e Carne                       |
| Família 21 | Café, Leite                 | Pastel e suco de paqué               | Feijão, Frango, calabresa, açaí e farinha | Bolacha, Margarina             | Feijão, peixe, açaí e farinha       |
| Família 22 | Café e rosca                |                                      | Peixe, farinha, camarão e açaí            |                                | Carne, porco, açaí e farinha        |
| Família 23 | Café, Leite, Pão de tapioca | Mingau de açaí e farinha             | Macarrão, Camarão, açaí e farinha         | Café, Suco                     | Carne, açaí e farinha               |
| Família 24 | Café, Leite, pão            | Mingau de açaí e arroz               | Arroz, Frango, Peixe                      | Café, Rosca salgada            | Arroz, Peixe, Farinha e açaí        |

(\*) Alimentos provenientes da agricultura e pesca praticado pelas famílias  
Fonte: Pesquisa de campo, 2022.

Na tabela, o símbolo (\*) marca a proveniência do alimento, se da agricultura ou pesca. É notório também que a maioria das refeições são comprados fora do ambiente familiar. Essa maior abrangência é adquirida na sede municipal, como é o caso dos produtos industrializados.

Comparando com a tabela 2, nota-se que em todas as refeições, pelo menos 6 alimentos (mamão, banana, abacaxi, jambo, açaí, cupuaçu) foram produzidos na terra. Junta-se a estes o peixe e o camarão, que aparecem em menos da metade de famílias entrevistadas.

O consumo de alimentos com baixo teor nutricional, como é o caso dos industrializados são muito relevantes no recordatório alimentar destas famílias. A exemplo do café, mortadela, bolachas salgadas, sucos de garrafa e os ditos “paqué”, além de outros alimentos que aparecem várias vezes na refeição. Por outro lado, aqueles, que são produzidos *in natura* aparecem em menor número nas refeições, como é o caso das frutas: jambo, banana, cupuaçu, abacaxi e mamão. O açaí em função do seu predomínio é o alimento mais consumido na refeição das famílias entrevistadas.

Ainda outras observações quanto a refeição destas famílias, obteve-se que uma delas comprou açaí da ilha do Marajó e menciona-se a falha total desse produto no período da entressafra. Ainda três famílias responderam ter comprado peixe na cidade e com pescadores da comunidade, o que mostra o quanto produtos comprados é a realidade para comunidades

ribeirinhas, mudando o hábito alimentar de comunidades que tinham seus próprios alimentos e hoje recorrem a mercearias da comunidade e o mercado da cidade, tal como afirmam Nascimento e Guerra (2016).

A modernização alimentar como afirma Toledo e Barrera-Bassols (2015) tem hoje seu melhor momento, devido a industrialização. Em vista disso, a biodiversidade encontra-se ameaçada pelas novas tendência da era moderna. E assim domesticar animais e plantar diversidade não é mais relevante, face a imperiosidade da monocultura. O entrevistado Lailson Azevedo faz menção a tal influência, no que diz respeito ao monocultivo do açaí:

O açaí ele é uma barreira para plantar, porque as pessoas preferem plantar o açaí porque dá mais dinheiro e de forma imediata. Na nossa comunidade tem pessoas que só planta açaí, ai não planta as outras espécies ou tira outras espécies que também são frutíferas, ou que dão também renda como a andiroba, murumuru, miriti, a sirigueira, então a gente acaba tirando as outras espécies e deixando só o açaí (Lailson Azevedo, Ilha do capim, Junho de 2022).

Os dados apontam para uma crise na segurança alimentar nutricional. Mas como afirma Costa (2021), deve-se entender que a soberania alimentar como ponto discussão política dentro dos programas governamentais, como é o caso dos auxílios a famílias em situação de vulnerabilidade social. No entanto, assegura o autor supramencionado, quando articulada aos interesses econômicos, não pode perder de vistas as potências industriais ou grandes produtores, que vem interpretando com equívocos o conceito de soberania e segurança alimentar.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

As comunidades da várzea das ilhas de Abaetetuba passam por um processo de transformação no modo de vida, que se adapta a crescente modernização nas últimas décadas, e por outro lado, atravessam uma crise identitária e cultural, sobretudo no que diz respeito a alimentação.

A centralidade aqui abordada é a dedicação dos açaizais, processo estimulado pela comoditização. Para o manejo dos açaizais realiza-se a retirada da mata ciliar e outras culturas e suas variedades para beneficiar a palmeira do açaí. Enquanto isso, o trabalho desde o manejo, assim como coleta e comercialização geram renda para muitas pessoas. No entanto, observa-se que isso é maior para quem detém as commodities, os monocultivadores que multiplicam valores econômico imensuráveis neste processo. Na outra ponta, ou seja, quem está no início da cadeia de comercialização da coleta, acaba “lucrando” valores mais baixos, em comparação as

comodities que por sua vez definem o preço do fruto do açaí, tira a autonomia de produtores e modifica o território.

Os pequenos produtores de açaí alegam em seus relatos dificuldades quanto a rentabilidade. Seus investimentos iniciam na entressafra do fruto, e os trabalhadores são pagos para fazer todo o processo de manejo. E finalmente, no período de coleta, as despesas com outros agentes inseridos na cadeia tem trazido baixo rendimento, porque grande parte da venda são imbutidas nas despesas. Os mais vulneráveis nessa cadeia são o debulhador de açaí e o peconheiro. Este último, além do trabalho pesado e arriscado, uma vez que escala açazeiros com mais de 20 metros com ferramenta cortante, bem como o debulhador que fica horas em uma única posição com cachos de açaí de vários tamanhos, recebem um preço fixo e ficam sujeitos ao valor que é imposto pela variação do preço na cidade.

Além da exploração desses agentes sociais, o capitalismo incentiva a monocultura em larga escala. Visivelmente é possível analisar essas alterações nas parcelas de terreno, denominadas “pontas de açazal” dos produtores de açaí, nas quais foi possível identificar a superpopulação de açazeiros. Dessas pontas, são removidas a vegetação, principalmente espécies nativas, e provoca a redução de outras espécies, assim como o desaparecimento de outras culturas. É evidente a falta de políticas públicas para abrir mercado e assim potencializar outras culturas, que promovam uma agricultura familiar orgânica e assegure valor nutricional para as famílias.

Se une a isso o debate acerca da soberania alimentar, pois ter dinheiro nem sempre significa fazer refeição com valores nutricionais adequados. Hoje as famílias conseguem obter renda com a produção de açaí, no entanto a dedicação ao fruto leva esses grupos sociais a pescar menos e a plantar menos, o que torna o consumo exacerbado de alimentos industrializados no supermercado e no comércio da cidade. Esses alimentos provenientes do agronegócio são compostos lapidados pela biotecnologia, que coloca no mercado alimentos com alto teor de sal, gordura e açúcar. Por outro lado, produtos orgânicos pensados e produzidos no âmbito cultural e indenitário dessas famílias, estão sendo consumidos em menor intensidade e encontram-se ameaçadas, uma vez que alta produtividade de açaí tem deixado perecer a biodiversidade alimentar que manteve por vários séculos a vida dos povos e comunidades tradicionais.

O recordatório alimentar realizado pelas famílias, trouxeram como resultado que ainda há alimentos que (re)existem no território dessas comunidades. Os orgânicos oriundos da agricultura e pesca simbolizam que para as comunidades tradicionais o mamão, jambo, o peixe, mandioca é essência de alimentação com qualidade nutricional.

Por fim, há necessidade vital de discutir políticas que sensibilize os desgastes causados pela monocultura de açaí no território das ilhas de Abaetetuba. E que venha valorizar não somente o fruto do açaí, mas toda diversidade que a várzea tem. A potencialidade de produzir para a diversidade fomenta mercados, além do que esses alimentos colhidos na/da terra são capazes de fortalecer a soberania e a segurança alimentar dos ribeirinhos.

## 7. REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Alfredo. **Terras tradicionalmente ocupadas:** processos de territorialização e movimentos sociais. Centro de Estudos do Trópico Úmido (CESTU) - Universidade do Estado do Amazonas (UEA), Manaus, Amazonas. 2004.

ALMEIDA, Alfredo W.B. **A reconfiguração das agroestratégias:** novo capítulo da guerra ecológica. In: SAUER, S.; ALMEIDA, W. (org.). *Terras e territórios na Amazônia:* demandas, desafios e perspectivas. Brasília: Editora da UnB, 2011. p.27-44.

ALMEIDA, Alfredo. **TERRITÓRIOS E TERRITORIALIDADES ESPECÍFICAS NA AMAZÔNIA:** entre a “proteção” e o “protecionismo”. CADERNO CRH, Salvador, v. 25, n. 64, p. 63-71, Jan./Abr. 2012.

ALMEIDA, Benedito. O aumento da produção do açaí e as alterações socioambientais na várzea de Igarapé Miri/PA. 2020. 125. Dissertação (Mestrado Cidades Territórios e Identidades). Universidade Federal do Para, Abaetetuba-PA, 2020.

AMABIS, José Mariano, MARTHO, Gilberto. **A diversidade dos seres vivos – Anatomia e fisiologia de plantas e animais.** 2. Ed. Vo. 2. São Paulo: Moderna, 2004.

ARANGO, Vladimir, RENDÓN, German. **Territórios visuales del tempo y la memoria. Exploraciones metodológicas em la vereda Mogotes del município de Buriticá (Antioquia, Colombia).** Boletim de antropologia, vol. 22 N° 39, Universidad de Antioquia, 2008.

ARFUCH, Leonor. **O espaço biográfico:** dilemas da subjetividade contemporânea. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2010.

ARENDT, Hannah. **A condição humana.** Tradução Roberto Raposo; revisão técnica Adriano Correia. 11. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

AZEVEDO, Dadiberto Pereira. **A construção social do mercado de açaí para fortalecer a gestão territorial na ilha do Capim, no município de Abaetetuba no estado do Pará.** 2019. 159 f., il. (Mestrado profissional em sustentabilidade junto a povos e territórios tradicionais) – Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

AZEVEDO, Elaine, RIBAS, Maria. **Estamos seguros? Reflexões sobre indicadores de avaliação da segurança alimentar e nutricional.** Rev. Nutr., Campinas, 29(2):241-251, mar./abr., 2016.

**BOLETIM ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO, MINERAÇÃO E DESIGUALDADE:** cartografia social dos conflitos que atingem povos e comunidades tradicionais na Amazônia e no Cerrado / Cartografia Social do Baixo Tocantins até sua foz no Rio Pará, ao sul da Ilha de Marajó: Povos e Comunidades tradicionais na rota dos grandes empreendimentos no Pará n. 4. São Luís: UEMA Edições/PPGCSPA/PNCSA, 2020.

BOURDIEU, Pierre. **A miséria do mundo.** Petrópolis/RJ: Vozes, 1997.

CAMARGO, Suzana. **A demanda global por açaí está destruindo a Amazônia.** Disponível em: [www.uol.com.br/ecoa/colunas/noticias-da-floresta/2021/09/30/demanda-global-por-acai-esta-destruindo-as-florestas-de-varzea-da-amazonia.htm](http://www.uol.com.br/ecoa/colunas/noticias-da-floresta/2021/09/30/demanda-global-por-acai-esta-destruindo-as-florestas-de-varzea-da-amazonia.htm). acesso em: 25 de janeiro de 2022.

CAMPOS, Maria, OLIVEIRA, José, VENDRAMINI, Ana Lúcia. **Segurança alimentar:** conceito, história e perspectiva. Org. Bianca Ramos Marins, Rinaldini C. P. Tancredi e André Luís Gemal. - Rio de Janeiro: EPSJV, 2014. p.37 – 68.

CASTRO, E; CUNHA, L; SANTOS, N. P. **Análise Integrada da Paisagem da Raia Central portuguesa.** Minerva, v. 5, n. 2, p. 139-147, 2005.

CAVALLI, Suzi. **SEGURANÇA ALIMENTAR:** A abordagem dos alimentos transgênicos. Rev. Nutr., Campinas, 14 (suplemento): 41-46, 2001.

CHAVES, Genisson, FURTADO, Lourdes. **ENTRE RIOS, FUIROS E IGARAPÉS: O AMBIENTE AQUÁTICO NO IMAGINÁRIO SOCIAL DOS RIBEIRINHOS DE UMA SOCIEDADE AMAZÔNICA.** Universidade Federal do Pará, Brasil, disponível em: <https://www.eumed.net/rev/cccss/2017/02/rios-fuiros-igarapes.html> Acessado dia 07/06/2021.

CHONCHOL, Jacques. **A soberania alimentar.** Estudos avançados, v.19, n. 55. P. 33-48, 2005 Visto em <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/10092>. Acessado em 18 de abril de 2022.

CLAVAL, Paul. **O território na transição da pós-modernidade,** In: Geographia, vol 1, no2, 1999, P. 7-26.

CLIFFORD, James. **A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX.** Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011.

CANDIOTTO, Luciano, SANTOS, Roseli. **Território, espaço de identidade.** Marcos Aurelio Saquet, Eliseu Savério Sposito (org) --1.ed.-- São Paulo : Expressão Popular : UNESP. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2008. p. 315-240.

COSTA, Joaquim Gonçalves da. **Soberania alimentar:** dimensões material, prático -político e utópica/ - 1. ed. - Rio de Janeiro : UERJ, LPP, 2021. 766 p.

COSTA, Max, MARTINS, Paulo. **Assoreamento do Rio Maúba.** Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmnmbpajpcgleclefindmkaj/https://transforma.fbb.org.br/storage/socialtecnologias/529/files/Boletim%20-%20Assoreamento%20do%20Rio.pdf>, acesso em 23 de fevereiro de 2021, Abaetetuba, PA, 2019.

FREITAS, Madson Antonio Benjamin. **O extrativismo de açaí (*Euterpe oleracea* Mart.) e a natureza das assembleias de árvores em várzea amazônica.** 2019. 132, Dissertação (Doutorado em Biologia vegetal) Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2019.

FREITAS, Maria, PENA, Paulo. **Segurança alimentar e nutricional: a produção do conhecimento com ênfase nos aspectos da cultura.** Rev. Nutr., Campinas, 20(1):69-81, jan./fev., 2007.

GAWORA, Dieter. **Povos e comunidades tradicionais e seu papel estratégico – da perspectiva defensiva à ofensiva.** IV Colóquio Internacional Cultura e Memória Sociais, 2010

GONSALVES, Denival, BRASIL, Davi. **Problemas ambientais e sustentabilidade nas várzeas da Amazônia Tocantina:** um estudo no Projeto de Assentamento Agroextrativista São João Batista II Abaetetuba, Estado do Pará, Brasil, 2016.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização:** do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HAESBAERT, Rogério. **DOS MÚLTIPLOS TERRITÓRIOS À MULTITERRITORIALIDADE.** Porto Alegre, Setembro, 2004.

Harley, Brian. **Mapas, saber e poder. Confins** [En ligne], 5 / 2009, mis en ligne le 24 avril 2009. Disponível em: <http://confins.revues.org/5724>.

HALE, Katia. **Jean Ziegler e a geopolítica da fome.** Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 122, p. 381-386, abr./jun. 2015.

LÉNA, P. OLIVEIRA, A. E. Introdução. In: (LÉNA, P. OLIVEIRA , Orgs.) **Amazônia: a fronteira agrícola 20 anos depois.** Museu paraense Emílio Goeldi, 1991.

MACIEL, Maria Eunice. **Cultura e Alimentação ou o que têm a ver os Macaquinhos de Koshima com Brillat-Savarin?** Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, v. 7, n. 16, p. 145-156, 2001. Disponível em: [www.scielo.br](http://www.scielo.br). Acesso em: 04 de agosto, 2012.

MARTINS, Thalissa. **Refletindo sobre os hábitos alimentares adotados no rio Maúba.** Disponível em: <chromeextension://efaidnbnmnnibpcajpcglclefindmkaj/https://transforma.fbb.org.br/storage/socialtecnologias/529/files/Cartilha%20sobre%20mudanca%20de%20habitoss%20alimentares%20-%20Rio%20Mauba.pdf>, Abaetetuba-PA, 2019.

MEDEIROS, Rosa. **Território, espaço de identidade.** Marcos Aurelio Saquet, Eliseu Savério Sposito (org) --1.ed.-- São Paulo : Expressão Popular : UNESP. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2009. P. 217-227.

MEIRELLES, L. **Soberania alimentar, agroecologia e mercados locais.** In: Revista Agriculturas: experiências em agroecologia: AS-PTA, v. 1, n. 0, p. 11-14, set. 2004.

MORAES, Clara, DIAS, Terezinha, NOGUEIRA, Mônica. **Feiras Krahô de sementes tradicionais:** promovendo a soberania alimentar e a conservação da agrobiodiversidade. Revista Agriculturas: experiências em agroecologia v.14, n. 2, AS-PTA Agricultura Familiar e

Agroecologia, um projeto editorial executado no âmbito da Rede AgriCulturas, RJ, 2018. Acesso em: [www.agriculturesnetwork.org](http://www.agriculturesnetwork.org).

MORAIS, Raimundo. **O meu dicionário de cousas da Amazônia** / Raimundo Morais. – Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2013.

NASCIMENTO, Elcio, GUERRA, Gutemberg. **Do avortado ao comprado: práticas alimentares e a segurança alimentar da comunidade quilombola do baixo Acaraqui, Abaetetuba, Pará.** Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum., Belém, v. 11, n. 1, p. 225-241, jan.-abr. 2016.

NUNES, Flavia, PINTO, Maria. **Conhecimento local sobre a importância de um reflorestamento ciliar para a conservação ambiental do Alto São Francisco, Minas Gerais.** Biota Neotrop. Sep/Dez 2007 vol. 7, no. 3, disponível em: <http://www.biotaneotropica.org.br/v7n3/pt/abstract?article+bn03307032007v7> (n3) p. 171-179.

OLIVEIRA, Luiz Felipe. **SOBERANIA ALIMENTAR.** Revista Anhanguera v.13 n.1 jan./dez. p.103-122, GO, 2012.

PASTORAL DA JUVENTUDE. **Pastoral da Juventude: Um jeito de ser e fazer.** Org. Joaquim Alberto Andrade Silva, Luis Duarte Vieira e Roberta Agostinho da Silva. Brasília, DF: PJ, 2012.

PLOEG, J. D. Van der. **Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização.** Porto alegre: UFRGS, 2008.

PINTO, Nilma, SOUZA, Renan. **MAPEAMENTO SOCIAL DAS RELAÇÕES MERCANTIS NO RIO MAÚBA-PA: Marcas de um aviamento moderno e relações personalizadas na produção e comercialização do açaí.** NEA GEDAF, UFPA, Abaetetuba-PA, 2019.

PORTELA, Mirya. BARBOSA, Ranyellson. **Impactos ambientais da exploração de argila em uma olaria em Teresina-Pi.** Caderno de Estudos Ciência e Empresa – ISSN 1983- 4141, Teresina, Ano 12, n. 1, jul. 2015.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder.** (trad.) Maria Cecília França, São Paulo: Ed. Ática, 1993.

RAIMUNDO, Livia, BATALHA, Mário, TORHOMIAN, Ana. **Dinâmica tecnológica da Indústria Brasileira de Alimentos e Bebidas (2000-2011).** Gest. Prod., São Carlos, v. 24, n. 2, p. 423-436, 2017.

RAMALHO, Werther, SUSÇUARANA, Monik, LÓPEZ-ROJAS, Jhon, ROCHA, Lucena, KEPPELER, Erlei, VIEIRA, Lisandro. **Impacto do assoreamento sobre a diversidade de peixes em igarapés de um complexo vegetacional de campinarana no noroeste do Acre, Brasil.** Neotropical Biology and Conservation. V. 9, n, 2. P. 105-114, 2014.

SAQUET, Marcos. **Por uma abordagem territorial.** Marcos Aurelio Saquet, Eliseu Savério Sposito (org) --1.ed.-- São Paulo : Expressão Popular : UNESP. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2009. p. 74-94.

SANTOS, Milton. **O retorno do território**. In: SANTOS, M. et. al. (Orgs.). Território: globalização e fragmentação. São Paulo: Hucitec/Anpur, 1994. p.15-20.

SEVERINO, A.J. **Metodologia do trabalho científico**. Cortez. São Paulo, 2007.

SHIVA, Vandana. **Monoculturas da Mente**: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia. São Paulo: Gaia, 2003.

SANTOS, Sávio. **“O IMPORTANTE É TER NA MESA”**: Análise da cadeia de comercialização do açaí oriundo de ilhas de Abaetetuba, Pará - dinâmicas, atores e formação de preço. 2019. 44,p. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Educação do Campo), Universidade Federal do Pará, Abaetetuba, PA, 2019.

SILVA, Elielson. **Necrosaber e regimes de verificação**: Governamentalidade bioeconômica da plantation do dendê no Brasil e na Colômbia. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Belém, 2020.

SILVA, Fábio Cunha Fiock da. **Bolthouse do Brasil**. Belém, PA, 2010. Disponível em: <https://www.agencia.cnptia.embrapa.br/gestor////acai/catalogo/REC000gecqkkgbp02wx5ok0ylax2llsyl2ko>. Acesso 14/01/2022.

SOUZA, Alessandra. **UM DEBATE ACERCA DA SOBERANIA ALIMENTAR E DA AGROECOLOGIA**: Um desafio de percepção e de prática. Ou, de que lado é o meu quintal?. Revista Pegada – vol. 10 n.1, Junho/2009. p. 113-133.

SANTOS, Roberto. **História econômica da Amazônia:1800-1920**. São Paulo: T.A. Queiroz, 1980.

SILVA, Luziane, ALVES, Helionora, SILVA, Danielle, ROMANO, Maria . **Alimentação na várzea amazônica**: estudo dos hábitos alimentares de famílias ribeirinhas do município de Alenquer-PA. Revista Ciências da Sociedade (RCS), Vol. 4, n. 7, p.177-206, Jan/Jun 2020.

TOLFO, Mauricio. **DIAGNÓSTICO FLORÍSTICO/CONSERVACIONISTA DA MATA CILIAR DA SANGA FONTE DO MATO NO MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA DO SUL – RS**. Relatório de estágio apresentado ao Curso de Graduação em Engenharia Florestal, da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA, SG), São Gabriel-RS, 2011.

TOLEDO, Victor. **Povos/comunidades tradicionais e a biodiversidade**. In: LEVIN, S. et al., (eds.) Encyclopedia of Biodiversity. Academic Press, 2001.

VALENTE, Flavio. **Rumo à realização plena do direito humano à alimentação e à nutrição adequadas**. Marcos Costa Lima, Eduardo Matos Oliveira (orgs,). Recife: FASA, 2019, p. 129-168.

URANO, Pedro, NOVAES, André. **Imagens e desmatamento**: paisagens, perspectiva e expansão colonial. Dossiê pensamento econômico , v. 23, n. 2, p. 127-162, UFRJ, 2020

## **ANEXOS**

## TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PESQUISA E UTILIZAÇÃO DE DADOS

Abaetetuba, .... de ..... de 2021

Prezado (a) Senhor (a)

Eu, \_\_\_\_\_, responsável principal por este projeto de pesquisa de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Cidades: Territórios e Identidades - PPGCITI/UFPa, Campus Abaetetuba-PA, residente neste município de Abaetetuba, venho pelo presente, solicitar vossa autorização para realizar esta pesquisa na comunidade \_\_\_\_\_, zona rural deste município, com \_\_\_\_\_, para o trabalho de pesquisa com o tema “.....”, orientado pela Professora Dra. Eliana Teles. A pesquisa tem como objetivo \_\_\_\_\_

Comprometemo-nos a preservar a privacidade dos dados orais, visuais e escritos. Assumimos também a responsabilidade de que estas informações serão utilizadas única e exclusivamente para execução da presente pesquisa. Comprometemo-nos a conceder o crédito correspondente as pessoas que participarem na documentação de materiais. Comprometemo-nos, ainda, a fazer a divulgação das informações coletadas de forma anônima, se assim o (a) entrevistado(a) preferir.

Salientamos, outrossim, estarmos cientes dos preceitos éticos da pesquisa, pautados na Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde.

Aa, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.  
(informar dia, mês e ano)

\_\_\_\_\_  
Pesquisador Principal



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ**  
**GRUPO DE ESTUDO E PESQUISA INTERDISCIPLINAR EM AMBIENTE,**  
**TERRITÓRIO E INTERCULTURALIDADE-GEPIATI**

**Pesquisa de campo**  
Profa. Eliana Teles

**1 – CONVERSA COM ENTREVISTADO**

- 1) Apresentação
- 2) Fonte de renda
- 3) Função na coleta de açaí
- 4) Estrutura fundiária
- 5) Subsistência
- 6) Fontes de renda
- 7) Rotina diária
- 8) Manejo dos açaizais
- 9) Entressafra
- 10) Comercialização do fruto
- 11) Interação com o comercio

**2 - PERFIL DE CONSUMO ALIMENTAR DA COMUNIDADE**

**- Fazer o Recordatório de 24 horas**

Objetivo: medir os alimentos consumidos pelas famílias (MURIETA, 2001).

Para a realização desta técnica, a pessoa responsável pela preparação e compra dos alimentos será questionada para lembrar todos os alimentos consumidos no seu domicílio nas 24 horas do dia anterior. Este resume-se a entrevistas semi-estruturadas sobre as refeições, horário das refeições, tipo, quantidade e origem (agricultura, coleta, pesca, caça e mercado regional) do alimento consumido na unidade domiciliar. Este levantamento será realizado ao mesmo tempo das entrevistas semi-estruturadas nas unidades domiciliares.

|                     |
|---------------------|
| <b>DIA ANTERIOR</b> |
|---------------------|

| Refeição<br>(café da<br>manhã,<br>almoço,<br>jantar,<br>lanche) | Hora | Quantidade<br>(em Kg ou<br>medida<br>caseira) | Alimento | Origem do<br>alimento<br>(agricultura,<br>mangue, roça,<br>quintal, floresta,<br>rio, lago, doação,<br>cesta de alimentos<br>ou compra, etc) |
|---|------|---|----------|--|
|   |      |   |          |  |
|   |      |   |          |  |
|   |      |   |          |  |
|   |      |   |          |  |

### 3 - INQUÉRITO FAMILIAR

#### - Entrevistas nas unidades domiciliares

- 1) Alimentação tradicional
- 2) Práticas alimentares da memória
- 3) Práticas alimentares atuais
- 4) Compra de alimentos
- 5) Representações dos alimentos
- 6) Segurança alimentar
- 7) Observação participante